



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 62ª reunião, realizada em 31 de julho de 2020**

1 Em 31 de julho de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio  
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros  
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante  
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildefonso Cunha  
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro  
8 e Marcelo Ladeira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico  
9 (Sede); Jeane Araújo Jorge Magnane, da Secretaria de Estado de Trabalho e  
10 Desenvolvimento Social (Sedese); Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro, da  
11 Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio  
12 Marcus Brandão Fonseca, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos  
13 Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Claudinei Oliveira Cruz, da Agência  
14 Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise  
15 Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais  
16 (Sindiextra); Wagner Soares Costa, da Federação das Indústrias do Estado de  
17 Minas (Fiemg); José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque  
18 Estadual do Rio Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção  
19 Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima,  
20 da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação  
21 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta.**  
22 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
23 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou  
24 aberta a 62ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS**  
25 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de  
26 Oliveira Trovão: “Informar para os senhores que hoje foi publicado o Decreto  
27 48.017, de 30/7/2020. Ele prorroga a suspensão dos prazos de processos  
28 administrativos prevista no artigo 5º do Decreto 47.890, de 19/4/2020. Essa  
29 prorrogação, no momento, é até 31 de agosto de 2020.” Conselheiro Julio Cesar  
30 Dutra Grillo: “Na última reunião da CMI, o Sr. Rodrigo Ribas, da Suppri/SEMAD,  
31 disse: ‘Agora, sim, eu vou te fazer uma provocação. A Câmara de Atividades  
32 Minerárias do COPAM, no Decreto 46.953, nas suas competências, tem a  
33 competência de propor norma. A Laura falou mais cedo que a gente, técnico, chão  
34 de fábrica – vamos chamar assim –, tem a obrigação de cumprir norma. É preciso  
35 então que seja promovida, talvez por você, pela sociedade civil, uma moção ou  
36 uma proposta de regulamentação de uma avaliação ambiental integrada, aí, sim,  
37 como uma ferramenta. Assim como tem a avaliação ambiental integrada do setor

38 hidrelétrico, que trata dos impactos sobre bacia, é preciso que haja isso. O que  
39 não pode acontecer? Temos sempre recebido reclamação e não vamos dar conta  
40 de tratar disso no licenciamento. 'O Estado precisa fazer avaliação ambiental  
41 integrada dentro do licenciamento.' Não dá, porque o licenciamento é menor que  
42 a avaliação ambiental integrada, não pode se arvorar de ser maior que ela. É  
43 preciso então que, primeiro, haja uma proposta de regulamentação da avaliação  
44 ambiental integrada do setor minerário, que isso gere parâmetros técnicos e que  
45 esses parâmetros técnicos sejam desenvolvidos dentro de uma outra ferramenta,  
46 que está prevista na 6.938.' Eu queria novamente parabenizar e agradecer a  
47 sugestão do Rodrigo Ribas. Foi realmente uma boa sugestão. E a minha resposta  
48 naquele momento não foi completa o suficiente para o que ele colocou. A minha  
49 resposta naquele momento foi: 'Você tem razão, Rodrigo, esta é uma Câmara de  
50 políticas ambientais, faz parte do COPAM. Nós temos que discutir políticas  
51 ambientais aqui. E todos esses processos podem evoluir e têm que evoluir ao  
52 longo do tempo. Então eu acho que abrir determinadas discussões aqui na  
53 Câmara até que elas estejam maduras e possam ser levadas, por exemplo, ao  
54 Plenário do COPAM seria ótimo. Nós poderíamos ter uma discussão específica  
55 sobre pilhas, poderíamos ter uma discussão específica sobre a montagem de  
56 modelos hidrológicos integrados de águas superficiais e profundas na bacia, que  
57 é uma coisa que tem que estar andando ao lado dos processos de licenciamento.  
58 Tem ali toda uma bacia, com todo o modelo hidrológico integrado daquela bacia,  
59 quando você pega o empreendimento novo, você pega aquele empreendimento  
60 e coloca naquele modelo, e aí você vê os impactos. Isso é uma evolução.' O  
61 presidente Yuri Trovão se manifestou sobre esse assunto em seguida  
62 concordando com a proposta do Rodrigo e dando alguns outros exemplos,  
63 inclusive, falando a respeito da inclusão de condicionantes etc. Muito boa  
64 colocação também do Yuri. Sendo assim, eu gostaria de solicitar ao Yuri que ele  
65 marque uma ou mais reuniões extraordinárias da CMI para que possamos discutir  
66 pontos como os acima citados: avaliação ambiental integrada, tratamento das  
67 pilhas, corredores ecológicos, retirada de areia dos rios e aproveitamento das  
68 areias e dos rejeitos e diversos outros temas. Yuri, eu gostaria de solicitar que  
69 ainda hoje durante esta reunião você colocasse esse assunto em votação. Não  
70 sei qual seria o nome técnico para esse tipo de coisa, mais acho que tem que  
71 colocar em votação para que possamos já marcar uma próxima reunião e escolher  
72 o assunto que nós vamos discutir, que eu acho que isso vai ser muito útil. Nós  
73 estamos no momento em que temos que realmente começar a rediscutir as  
74 políticas ambientais, em função de uma crise climática, que é planetária, em  
75 função de uma crise hídrica que nós estamos entrando dentro dela. Tem muitos  
76 motivos, por exemplo, a matriz energética, um monte de motivos para se poder  
77 rediscutir essa nossa política ambiental. Hoje a política ambiental analisa o  
78 presente, ela tem que começar a analisar também o futuro. Então essa é a minha  
79 solicitação." Conselheiro José Angelo Paganini: "Escutamos e apoiamos  
80 integralmente a sua manifestação. Eu acho que isso é fundamental. O setor

81 hidrelétrico detém um modelo em vigor que precisa ser melhorado, aprimorando,  
82 mas já é o início.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores  
83 conselheiros, me desculpem, que o nosso link caiu. Eu escutei, Julio, até quando  
84 o senhor mencionou que gostaria de pedir para marcar reuniões, mais reuniões  
85 por mês. Logo depois disso, caiu aqui para mim, e aí nós não escutamos mais  
86 nada. Se o senhor pudesse repetir.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu vou  
87 repetir, mas é simples. A partir da palavra do Rodrigo, da sua palavra e do que  
88 nós conversamos, daquela conversa nossa, eu gostaria de solicitar que nesta  
89 reunião ainda nós fizéssemos alguma votação, votássemos reuniões  
90 extraordinárias com os pontos como os acima citados: avaliação ambiental  
91 integrada, tratamento das pilhas, corredores ecológicos, retirada de areia de rios  
92 ou aproveitamento de areia e rejeitos e outros temas. Então eu gostaria que você  
93 colocasse, ainda hoje, em votação, se for possível, essas reuniões  
94 extraordinárias, e já marcássemos a data da primeira e o tema que seria discutido  
95 nesta primeira reunião. Porque aí as pessoas se preparam, antecipadamente,  
96 para poder participar de uma discussão e expor as suas ideias. Era isso a minha  
97 solicitação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A marcação da reunião é  
98 provocada, e quem marca é o presidente executivo do COPAM. Como o senhor  
99 está colocando, eu acho que isso é uma ideia comum a todos os conselheiros –  
100 inclusive, nós debatemos isso na reunião passada –, eu sugiro que seja realizada  
101 uma moção dirigida ao secretário com essa intenção de marcar reuniões  
102 extraordinárias para debates. E eu sugiro ainda que formem um grupo entre os  
103 senhores para termos os temas a serem debatidos, para não divagar muito nas  
104 reuniões que vierem para isso. Por exemplo, na reunião extraordinária, qual vai  
105 ser o tema a ser debatido? Aí nós poderíamos: ao final da nossa reunião de hoje,  
106 colocamos em votação a moção, e já formamos um grupo de alguns dos  
107 conselheiros para fazer essa pauta de reuniões, sugerindo que sejam  
108 extraordinárias, para não ficar muito pesado em uma reunião ordinária, e com  
109 pauta a ser estabelecida por esse grupo, e passamos para todos os conselheiros.”  
110 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu concordo integralmente com você, votar  
111 essa moção hoje ainda e preparar o grupo ainda hoje. Eu acho que seria ótimo.”  
112 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ao final, fazemos isso, conselheiros,  
113 colocamos a moção e formamos o nosso grupo.” Maria Teresa Viana de Freitas  
114 Corujo/Representante da sociedade civil: “Considerando o inciso V do artigo 27  
115 do Regimento Interno, que diz que pedidos de retirada de pauta são apresentados  
116 após a votação da ata, eu estou me manifestando para requerer a retirada de  
117 pauta dos itens 5.1 e 6.1 e saber se apresento as razões agora ou em que  
118 momento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Esses pedidos, inclusive,  
119 constam também nos pareceres de vista do conselheiro Julio. Eu até recebi o e-  
120 mail da senhora, e os argumentos são até semelhantes àqueles colocados pelo  
121 conselheiro Julio. A senhora pode fazer agora neste momento, aproveitando o  
122 ensejo, mas eu já adianto que vou tratar no momento, e como sempre eu faço,  
123 depois de escutar a equipe sobre a pertinência ou não e vou tratar nos pontos

124 específicos. Mas a senhora pode se manifestar agora neste momento, sem  
125 problema algum.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/Representante da  
126 sociedade civil: “Ok. Como o rito do Regimento é que pedidos de retirada de pauta  
127 sejam apresentados antes, eu vou então apresentar as razões agora, embora eu  
128 tenha me inscrito nos referidos itens de pauta também. Em relação ao ponto 5.1,  
129 ontem eu formalizei ao secretário de Estado, ao secretário executivo e ao Sr. Yuri  
130 Trovão as razões para retirada de pauta. O item 5.1, referente à mina do  
131 Fazendão, tem questões que atestam que o processo não está devidamente  
132 instruído, relacionadas com o Estudo de Impacto Ambiental, com o Relatório de  
133 Impacto Ambiental e com a declaração de conformidade de Catas Altas em  
134 relação, principalmente, à audiência pública que foi realizada no dia 5 de março  
135 deste ano sem ter no bojo da realização da audiência pública um EIA e um Rima  
136 respectivo. Essas informações, com mais detalhamento, estão no parecer de vista  
137 do conselheiro Julio, colocadas como considerações do Movimento pelas Serras  
138 e Águas de Minas, do qual eu faço parte. Segundo a legislação federal, Resolução  
139 Conama e outros instrumentos legais, quando se publica um edital comunicando  
140 que o EIA e o Rima foram formalizados no processo para que então se possa  
141 requerer audiência pública e a partir daí superar mais uma etapa dentro do rito  
142 processual de licenciamento, o que aconteceu no processo da mina de Fazendão  
143 – e não estou tratando de questões de mérito – é que o único EIA que está no  
144 processo é um EIA de 2014. Embora o edital tenha sido publicado em 2019,  
145 quando se olha no processo, o EIA, que seria no caso o EIA de 2019, o que está  
146 no processo de licenciamento é o Volume 2, 3 e 4 de 2014. E o Relatório de  
147 Impacto Ambiental foi formalizado, sim, em 2019, mas foi formalizado mais de um  
148 mês depois de o edital publicado. E, principalmente, o que ocorreu é que houve  
149 mudanças no projeto inicial, e o novo Relatório de Impacto Ambiental foi  
150 formalizado no processo em maio deste ano, após a realização da audiência  
151 pública. E isso inverte completamente a ordem disposta na legislação em vigor e  
152 que tem todo um arcabouço ligado a princípios constitucionais, como direito à  
153 informação, a legalidade, a transparência, o direito à sociedade civil de  
154 acompanhar licenciamentos e empreendimentos de impacto ambiental. Então,  
155 como esse processo não está devidamente instruído, inclusive, porque no dia da  
156 audiência pública a declaração de conformidade de Catas Altas não era mais  
157 válida, era um processo que estava em audiência pública sem estar devidamente  
158 instruído também quanto a isso. Então, se não está devidamente instruído, não  
159 há como continuar na pauta hoje para deliberação, porque isso viola todo o  
160 arcabouço legal. Eu manifestei ontem ao secretário de Estado o requerimento de  
161 retirada de pauta. Terminou o meu tempo, eu quero mais 1 minuto para justificar  
162 a retirada de pauta do item 6.1. O item 6.1 eu também analisei, enviamos as  
163 nossas considerações ao conselheiro Julio Grillo, que colocou no seu parecer.  
164 Ontem, o conselheiro Julio Grillo, recebeu por parte da empresa Draga Milan um  
165 documento, uma contestação ao que estava colocado no seu parecer de vista.  
166 Ele me enviou, porque as considerações foram do Movimento pelas Serras e

167 Águas de Minas. E na contestação recebida do empreendedor se confirma o que  
168 tinha sido apontado nas nossas considerações, que eram muitas dúvidas e não  
169 clareza, principalmente em relação ao local onde foram concedidas duas  
170 Autorizações Ambientais de Funcionamento. A primeira em 2011. Na sequência,  
171 uma segunda. E depois uma LAS/RAS, em 2019, há um ano. Então segundo o  
172 próprio documento da empresa se confirmou aquilo que foi apontado nas  
173 considerações nossas no sentido da necessidade de retirada de pauta para  
174 clareza sobre a questão da extração da areia e cascalho. No documento da  
175 empresa se configura então e dá um retorno a nós onde é que estava  
176 acontecendo essa extração e realmente confirma que não é no direito minerário  
177 que veio sendo objeto das duas Autorizações de Funcionamento, da LAS/RAS.  
178 Eu consegui olhar hoje no sistema de consulta: essa lavra da draga está sendo  
179 retirada numa área que não tem direito minerário, uma parte é de um outro direito  
180 minerário de autorização de pesquisa. Por si só configura que esse processo de  
181 requerimento de uma Licença de Instalação Corretiva concomitante à Licença de  
182 Operação não está devidamente instruído, tanto é que as informações  
183 relacionadas com localização do que está posto na pauta não são a real  
184 localização de onde se efetua a extração de areia e onde se pretende ampliar  
185 50.000, concedida com LAS/RAS, para 180.000, concedida com essa Licença de  
186 Instalação Corretiva. Então essas são as razões pelas quais nós estamos  
187 requerendo retirada de pauta, porque o processo da Draga Milan não está  
188 devidamente instruído em algo fundamental, que é a localização no sentido,  
189 inclusive, do direito minerário.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como  
190 eu disse anteriormente – e os senhores já sabem desse meu procedimento –, eu  
191 não retiro o processo de pauta antes de escutar a equipe que fez a análise. Porque  
192 eu entendo que, para retirarmos um processo de pauta ou baixar em diligência,  
193 tem que ter uma utilidade. Então a equipe que analisou o processo deve se  
194 manifestar sobre se há realmente a necessidade de retirarmos ou baixarmos esse  
195 processo em diligência para trazer novas informações ou até mesmo um novo  
196 parecer sobre o tema. Então, como eu já disse, eu vou aguardar a manifestação.  
197 E aí já peço à equipe da Suppri para se manifestar, inicialmente, sobre a  
198 pertinência ou não de mantermos o processo, quando do item de pauta,  
199 mantermos em pauta. Da mesma forma, a Superintendência Noroeste.” **4)**  
200 **EXAME DA ATA DA 61ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 61ª  
201 reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 26 de junho de 2020,  
202 com as seguintes alterações: – Linha 89, onde está escrito “trouxeram”, leia-se  
203 “trouxemos”; – Linha 1.030, a frase correta é “retirada de pauta”; – Linha 1.092,  
204 substituir a palavra “seguir” por “sentir”; – Linha 1.935, substituir a palavra  
205 “arrebentar” por “abastecer”; – Linha 1.266, onde está escrito “pela empresa”, leia-  
206 se “por uma empresa”; – Linha 1.615, a expressão correta é: “Não se chegou a  
207 uma conclusão da origem dessas contaminações, das ocorrências de falta de  
208 monitoramento.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Codemig, Ibama, ANM,  
209 Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Ausência: Sedese. **5)**

210 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA**  
211 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**  
212 **OPERAÇÃO. 5.1) Vale S/A. Complexo Mariana. Mina de Fazendão. Lavra a**  
213 **céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minério de ferro;**  
214 **pilhas de rejeito/estéril. Catas Altas e Mariana/MG. PA 00312/1996/045/2015,**  
215 **ANM 203/2005. Classe 6. Apresentação: Suppri. Retorno de vista:**  
216 **ProMutuca, Sindiextra, Fiemg e SME. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:**  
217 “Quando eu li o Parecer Único pela primeira vez, eu o achei realmente muito bem-  
218 feito, muito detalhado, facilitando bastante a nossa análise, é um parecer muito  
219 claro. Mas eu já tive ali algumas observações antes de fazer uma análise mais  
220 profunda. Essas observações são as seguintes. Eu acho que nós sempre  
221 devemos aguardar a manifestação do lepha antes de iniciar a implantação. Seria  
222 desejável que fosse antes de iniciar a votação, o deferimento ou não do  
223 empreendimento. Porque senão estamos deixando começar a fazer uma coisa  
224 que pode vir a ser vetada depois. No caso específico da manifestação do lepha,  
225 eu acho que é importante, particularmente neste caso, porque vai ter a vista do  
226 patrimônio paisagístico cultural da serra do Curral obstruída parcialmente de  
227 alguns lugares. E um município que tem vocação turística. Então isso tem que ser  
228 pesado, o lepha tem que pesar isso. O lepha tem que pesar também o seguinte:  
229 esse mesmo município com a vocação turística vai estar perdendo a sua fonte  
230 termal, que é uma coisa muito rara no Estado de Minas e que pode ser explorada  
231 por séculos do ponto de vista turístico. Então tem que haver uma avaliação antes  
232 de licenciar. A outra observação minha é a seguinte. Os mapas inseridos no  
233 Parecer Único estão muito borrados. Isso quer dizer o seguinte: estão com baixa  
234 resolução, impedem que façamos a leitura de observações e detalhes naqueles  
235 mapas. Então eu solicito que os mapas e imagens inseridos nos Pareceres Único  
236 daqui para frente tenham ao menos 150 dpi. O ideal seria que tivessem 250 dpi,  
237 para nos possibilitar uma ampliação e uma melhor visualização de detalhes.  
238 Parabenizo o empreendedor por reduzir o escopo do projeto em atendimento a  
239 solicitações dos moradores de Morro da Água Quente e de Catas Altas.  
240 Parabenizo também pela proposta de disposição dos rejeitos em pilha na área da  
241 cava já exaurida, recompondo a cava de forma mais segura. E acrescento uma  
242 coisa: os cuidados que o empreendedor demonstrou no seu projeto da pilha, se  
243 forem seguidos à risca, vão nos trazer tranquilidade em relação a outros danos  
244 potenciais. Eu acho que todas as pilhas de rejeito deveriam ser tratadas com  
245 cuidado, apresentadas, inclusive, com cuidado, como foi pela Usiminas e como  
246 foi nesse caso desse processo. Nessa avaliação inicial, minhas maiores  
247 preocupações com esse licenciamento dizem respeito à consequência do  
248 rebaixamento do lençol freático proposto, apesar de esse rebaixamento contar  
249 com a anuência do Ibama. Mas eu questiono esse rebaixamento. Eu vou citar  
250 literalmente alguns trechos do Parecer Único. ‘Há projeção de rebaixamento  
251 topográfico e do nível de água subterrâneo para viabilizar a lavra.’ ‘O projeto  
252 contempla também o rebaixamento topográfico e do nível d’água subterrânea com

253 botton pit previsto na cota altimétrica de El. 800,00 m, resultando em um desnível  
254 topográfico de 280 m.’ ‘Na cava São Luiz foram previstos 107 metros de  
255 rebaixamento. O processo de outorga de rebaixamento de lençol é o nº  
256 16775/2015, classificado como de Grande Porte. O modelo hidrogeológico estima  
257 que a vazão média de bombeamento para atendimento ao plano da cava final é  
258 da ordem 441 m³/h. A implantação do sistema de rebaixamento do nível de água  
259 consistirá inicialmente na instalação de 8 poços tubulares com profundidade de  
260 aproximadamente 200 m cada, sendo essa quantidade passível de alteração.’ ‘O  
261 modelo hidrogeológico prevê reduções de vazão nestes cursos d’água devido ao  
262 rebaixamento do lençol freático nas cavas. A Vale esclareceu que não há cenário  
263 de remanejamento dos pontos de captação descritos, considerando que o  
264 empreendedor realizará a reposição de vazão da água explotada nos pontos de  
265 captação.’ 1O impacto na disponibilidade hídrica superficial está relacionado ao  
266 rebaixamento do nível d’água, essencial para a operação de lavra na cava São  
267 Luiz em níveis inferiores. Com esse rebaixamento é prevista variação da descarga  
268 de água subterrânea nos cursos d’água do entorno do projeto. O rebaixamento  
269 será realizado por meio de poços tubulares e drenos horizontais profundos. Foram  
270 feitas simulações com o Software SK Hidro 2013, que resultou em uma previsão  
271 de redução de aproximadamente 38% da vazão atual dos cursos d’água  
272 analisados (226 m³/h). Além disso, é previsto que as nascentes inseridas dentro  
273 ou próximas da Área de Ocupação do projeto sejam deslocadas para áreas à  
274 jusante, alterando a morfologia fluvial. A figura a seguir apresenta a provável  
275 redução de vazão agrupadas em sub-bacias. Além disso, as duas captações de  
276 água para abastecimento público situadas próximo à área de implantação do  
277 projeto poderão ser afetadas com a redução da disponibilidade hídrica superficial.’  
278 ‘Vale ressaltar que a estimativa de aproximadamente 38% de redução na vazão  
279 refere-se a uma média de todas as microbacias que compõe o estudo hidrológico,  
280 o que contemplou uma área maior que o escopo atual do empreendimento. A zona  
281 18, em que está previsto um rebaixamento de 93%, está inserida, em sua maioria,  
282 em área operacional da Vale. Os pontos de captação estão inseridos nas Zonas  
283 10 e 9, em que estão previstos rebaixamentos da ordem de 60% e 20%. Contudo,  
284 destaca-se que o projeto prevê o retorno de vazões nessas microbacias.’ Na  
285 minha opinião, para maior segurança desse licenciamento, seria necessária uma  
286 análise integrada dos impactos cumulativos e sinérgicos da mina de Fábrica Nova  
287 com Alegria e Fazendão e dos empreendimentos da Samarco e da BHP, todos  
288 esses em conjunto, sobre os recursos hídricos superficiais e profundos da região.  
289 O Parecer Único diz que: ‘É importante ressaltar que, de acordo com o EIA, o  
290 território abriga outras mineradoras, dentre elas, a Mina de Alegria, a Samarco  
291 Mineração S.A., e a Mineradora BHP Billiton.’ Fora a questão de rebaixamento do  
292 lençol freático, outro problema para mim é o impacto visual significativo, tendo  
293 como fundo o patrimônio paisagístico e cultural da serra do Caraça. Está aí no  
294 texto do Parecer Único literalmente: ‘As modificações do relevo poderão ser  
295 observadas principalmente pelos usuários da rodovia MG-129 e alguns pontos do

296 distrito de Morro D'Água Quente e de Catas Altas e podem afetar o conforto visual  
297 e o bem-estar da população do entorno e de transeuntes, principalmente devido  
298 à proximidade com a serra do Caraça. Esse impacto está previsto tanto na fase  
299 de instalação como na operação do empreendimento e possui duração  
300 permanente.' Eu gostaria de lembrar que grande parte do turismo de Catas Altas  
301 se deve à espetacular vista da serra do Caraça que temos naquela região, por  
302 exemplo, da praça Central de Catas Altas. Nós estaríamos tendo algum resultado  
303 financeiro? Quer dizer, a economia pública estaria tendo algum resultado  
304 financeiro no curto prazo, mas no longo prazo, inexoravelmente, seria prejuízo  
305 para a economia pública e prejuízo para a sociedade e o meio ambiente. Porque  
306 para a sociedade esse patrimônio paisagístico ainda pode e deve ser explorado  
307 por muitos anos, é um lugar belíssimo. A serra do Caraça é muito bonita. Agora  
308 nós temos também a perda de um bem excepcional e que é explorado  
309 turisticamente pela comunidade. Acho que ainda não da forma que deveria ser,  
310 mas tem um potencial muito grande de exploração, por prazo indeterminado.  
311 Então eu vou retirar aqui, literalmente, do PU: 'A comunidade de Morro de Água  
312 Quente, além de consumir, também usufrui das fontes hipotermiais que ali  
313 existem, por meio do turismo ou atividades de lazer. A surgência de águas em  
314 temperaturas superiores às encontradas localmente é um fenômeno decorrente  
315 de características geológicas específicas que se manifestam em superfície, e por  
316 isso seus impactos e mitigação estão ligados aos dois contextos ambientais:  
317 subterrâneo e superficial.' Essa é uma perda, provavelmente, irreversível. Nós  
318 não poderíamos ter uma perda como essa, isso significa uma exploração do  
319 turismo por séculos. E nós vamos perder, para ganhar um trocado no curto prazo?  
320 Eu não sei se vale a pena, isso tem que ser bem pensado, isso pode se tornar  
321 uma perda irreversível para o sustento da sociedade local. Outro item. O  
322 programa de monitoramento e controle hidrométrico parece bom, mas ainda não  
323 nos dá certeza sobre a totalidade dos impactos cumulativos e sinérgicos, os  
324 monitoramentos parecem adequados, mas o ideal seria que tivesse um modelo  
325 integrado de águas superficiais e profundas que incluísse todas as licenças de  
326 outorgas já concedidas na região. Sobre esse modelo, poderíamos avaliar com  
327 mais correção os possíveis impactos sobre as águas da região. 'Outras  
328 observações. A área de implantação do projeto de ampliação da mina de  
329 Fazendão é classificada como de importância biológica extremamente alta para  
330 conservação da biodiversidade.' Também retirado do PU. 'O programa de  
331 educação ambiental', aí, minha opinião, 'parece que atende os interesses da  
332 empresa e do Estado no relacionamento com a sociedade local'. Está muito bom  
333 sob esse aspecto. 'Mas não aproveita para dar uma formação específica em meio  
334 ambiente e sustentabilidade para as comunidades diretamente afetadas.' 'Consta  
335 na fl. 29 a Declaração emitida pela Prefeitura de Mariana, datada de 9 de  
336 setembro de 2014, atestando que o tipo de atividade desenvolvida e o local do  
337 empreendimento da ampliação da mina de Fazendão estão em conformidade com  
338 as leis e regulamentos administrativos do município, assinada pelo prefeito



339 municipal. A certidão do município de Catas Altas, datada de 10 de março de  
340 2020, atestando que a ampliação da Cava São Luiz e a PDE São Luiz estão em  
341 conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município, está  
342 assinada pelo prefeito municipal.’ Após terminar as minhas considerações acima,  
343 eu recebi da Teca o relatório elaborado por ela a partir de suas conversas com a  
344 comunidade diretamente afetada e o estudo detalhado do processo. O que a  
345 técnica levantou me parece grave, e eu prefiro que ela própria fale sobre isso, em  
346 seguida às falas dos conselheiros. Diante do exposto, das minhas considerações  
347 acima e das considerações das ONGs de defesa do meio ambiente a serem feitas  
348 pela técnica, a ProMutuca se manifesta pela retirada de pauta até que as  
349 considerações acima sejam levadas em conta e analisadas pela Suppri. Essa  
350 seria a minha observação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço.  
351 Como eu já disse, eu vou esperar a manifestação da equipe da Suppri para depois  
352 tomarmos a nossa decisão quanto à permanência ou à retirada de pauta do  
353 processo.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “O nosso relato de vista foi  
354 disponibilizado dentro do prazo regimental, é um relato conjunto feito por  
355 Sindiextra, Fiemg e Sociedade Mineira de Engenheiros. Nesse ponto, nós  
356 consideramos, no caso, os aspectos técnicos, quais são os objetivos do  
357 empreendimento, que no caso seriam a ampliação da cava São Luiz e  
358 implantação de uma pilha de estéril para ser conformada dentro do polígono da  
359 cava exaurida. Vimos a avaliação dos meios físico, biótico e socioeconômico e  
360 entendemos que essa avaliação foi devidamente caracterizada, devidamente  
361 feita, não há nenhum tipo de comentário a mais, a não ser os que a própria Suppri  
362 fez, que o parecer já coloca todas as informações devidamente. As informações  
363 foram devidamente prestadas e com qualidade no processo. No caso dos  
364 impactos ambientais e as medidas mitigadoras, nós também vimos que os  
365 impactos foram devidamente apresentados, mas também com a correlação de  
366 medidas mitigadoras devidamente capazes de segurar, de mitigar esses  
367 impactos. A Suppri também se mostrou de acordo, e as explanações também  
368 foram muito bem-feitas. Também vimos aqui que foram apresentados os  
369 programas ambientais de forma bastante robusta. São vários programas que a  
370 empresa apresenta, no caso, instruindo esse processo. E por fim a questão das  
371 condicionantes. As condicionantes estão sendo devidamente ajustadas ao  
372 projeto. Então nós estamos de acordo com o deferimento da Licença Prévia  
373 concomitante com a LI+LO ao empreendimento nos termos do parecer da Suppri.”  
374 Conselheiro Wagner Soares Costa: “Nós estamos de acordo com o que foi  
375 proposto porque, observando as questões que foram colocadas, nos pareceu  
376 bastante pertinente e atendeu aos anseios da legislação em vigor. E acreditando  
377 que o parecer feito pela Suppri é um parecer técnico e jurídico bastante  
378 consistente.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria me  
379 manifestar favorável também ao relatório que nós subscritamos também. Durante  
380 esse período, nós tivemos uma apresentação muito elucidativa da Vale sobre todo  
381 o complexo. Foi uma reunião muito boa, apresentada pela Dra. Isabel, e eu vejo

382 que atende a todos os requisitos. Eu não notei nenhuma inconsistência no  
383 processo. Somente quero apenas referendar um ponto que o Julio Grillo colocou,  
384 que eu também concordo que seja feita uma avaliação integrada do eixo minerário  
385 desde Ouro Preto, Mariana, Catas Altas e Santa Bárbara. Isso é importante,  
386 inclusive, sob o aspecto da própria manutenção de uma mineração sustentável  
387 naquela região. Eu vejo que os recursos naturais nossos são muito bem  
388 aquinhoados ali. A mina de Catas Altas está entrando com um fator muito  
389 importante sob o aspecto mineral, que é o valor elevado do percentual de ferro na  
390 jazida, que vai contribuir, inclusive, para melhoria da qualidade do pellet que está  
391 sendo produzido pela Samarco na Ponta do Ubu. Então isso é uma questão de  
392 equilíbrio. Eu acho que a mineração ali tem que estar devidamente equilibrada  
393 dentro de uma visão de componente de blender, onde uma melhora a qualidade  
394 da outra. E essa questão foi muito bem salientada na apresentação da Vale e  
395 também no relatório, que foi um relatório de 164 páginas, da Suppri, que por sinal  
396 está muito bem-feito. Eu elogio a equipe da Suppri pelo relatório, em que estão  
397 realmente muito bem levantadas todas as questões, e qualquer tipo de dificuldade  
398 de entendimento eu acho que é mínima possível, nem vale a pena comentar.  
399 Essas são as minhas considerações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
400 “Como houve um pedido de retirada de pauta, eu vou solicitar à equipe da Suppri  
401 – a equipe teve acesso à manifestação da Sra. Maria Teresa e do conselheiro  
402 Julio – sobre a pertinência ou não da retirada do processo de pauta. Ou seja, seria  
403 retornado um parecer diferente desse que foi disponibilizado, as questões que  
404 foram levantadas podem ser sanadas agora em nossa reunião? Sendo possível,  
405 eu não vou retirar de pauta. E não sendo possível quem vai indicar isso ou vai  
406 subsidiar a minha decisão é a própria equipe da Suppri. Então eu gostaria de ouvir  
407 a equipe da Suppri – antes de passar para os inscritos e voltar para os senhores  
408 conselheiros – sobre a pertinência ou não da retirada de pauta do processo em  
409 questão.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu gostaria de agradecer ao Julio Grillo  
410 e ao Carlos Orsini pelas palavras alentadoras, de reconhecerem a qualidade do  
411 Parecer Único. Então muito obrigado aos senhores. Oportunamente nós vamos  
412 discutir cada um dos pontos. Em relação à retirada de pauta, senhor presidente,  
413 nós não vemos nenhum ganho efetivo em tal retirada. Em primeiro lugar porque  
414 todos os pontos técnicos apontados pelo parecer de vista apresentado pelo Julio  
415 Grillo estão perfeitamente discutidos, e a equipe técnica está pronta para  
416 responder cada um dos pontos técnicos. Com relação aos pontos formais,  
417 aqueles que dizem respeito à formalização do processo, que foram apontados  
418 tanto no parecer do Julio Grillo, que instruiu o pedido de retirada de pauta, quanto  
419 na manifestação da organização não-governamental representada pela Maria  
420 Teresa, nós temos cada uma das respostas. São questões formais e que não  
421 entraram nem neste nem em nenhum outro parecer da Suppri ou das Suprams,  
422 porque não pontuam uma análise técnico-jurídica, mas nós temos cada uma das  
423 respostas àquilo que foi levantado e estamos prontos para apresentar aos  
424 senhores. Eu sugiro a permanência e a apresentação desses pontos ao

425 Conselho.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Considerando a  
426 manifestação do superintendente Rodrigo, informando que as questões ora  
427 levantadas podem ser sanadas no decorrer da reunião, eu não vou retirar o  
428 processo neste momento de pauta, vou permanecer com esse processo, sem  
429 prejuízo algum de depois de decorrida toda a discussão em relação aos pontos  
430 levantados restarem dúvidas sobre aquelas questões. Aí eu saliento que às vezes  
431 as dúvidas são sanadas, o que acontece é não nos darmos por satisfeitos da  
432 forma que foi respondida uma questão. E aí eu elogiava a equipe do Rodrigo, da  
433 Suppri, e dos demais integrantes da SEMAD, das superintendências, nessa  
434 questão. Sempre às vezes é pedida retirada de pauta ou baixa em diligência, e as  
435 equipes, com muita disciplina, consegue sanar todas as dúvidas. Então neste  
436 momento eu não retiro e solicito à equipe da Vânia que seja transcrita na íntegra  
437 toda esta reunião, inclusive as solicitações de retirada de pauta, as manifestações  
438 do Rodrigo e a minha decisão de permanecer com o processo ainda neste  
439 momento em pauta.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu queria pontuar que  
440 nesse processo o pedido de outorga para rebaixamento do lençol nesse  
441 empreendimento foi discutido no Comitê do Rio Piracicaba e contou com a  
442 participação forte e atuante da comunidade afetada pelos empreendimentos.  
443 Essa comunidade manifestou preocupação quanto à reativação das cavas de  
444 Almas e Tamanduá. É contra, radicalmente, pela proximidade dessas cavas com  
445 a urbanização atual. Também se mostrou preocupada com a perda de qualidade  
446 de vida da população, que utiliza aquela região e as áreas do entorno para o  
447 esporte, o turismo e outros usos. Também há perda de bens naturais e históricos  
448 utilizados pela comunidade. E principalmente a possibilidade de se perderem as  
449 fontes hipotermiais existentes e problemas de abastecimento de água para as  
450 comunidades locais. Posteriormente a essa discussão no Comitê, a Vale realizou  
451 uma audiência pública com as comunidades afetadas, e como consequência  
452 foram excluídas do processo as cavas de Almas e Tamanduá. No decorrer desse  
453 processo no âmbito do Comitê do Piracicaba, por problema de prazo, o processo  
454 voltou para ser decidido pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que  
455 concedeu a outorga solicitada para o rebaixamento do lençol. Apesar de a Vale  
456 ter atendido em parte as solicitações da sociedade civil retirando de pauta, do  
457 processo, as cavas de Almas e Tamanduá, ainda necessitam de uma avaliação.  
458 Um ponto fundamental, já falado pelo parecer do Julio, é a falta de uma avaliação  
459 integrada com outras minas do complexo minerário: Fábrica Nova, Alegria,  
460 Fazendão e outros empreendimentos da região. O Orsini também se manifestou  
461 a esse respeito. Também é preocupante que a outorga fornecida pelo Conselho  
462 Estadual de Recursos Hídricos para o rebaixamento do lençol freático ignorou as  
463 condicionantes sugeridas pela CTOC e CTIL do Comitê do Piracicaba e que se  
464 tenha somente modificado a condicionante para adensamento das redes de  
465 monitoramento a fim de melhorar caracterizar o avanço do rebaixamento e suas  
466 possíveis inferências causadas na área de influência da mina, em especial no  
467 regime de insurgências hipotermiais e das captações dos municípios. O Parecer

468 Único apresenta duas condicionantes relacionadas com as fontes hipotermiais no  
469 Morro de Água Quente. A condicionante 7 pede para ser apresentado pela  
470 empreendedora uma proposta de raio de proteção para essas fontes hipotermiais.  
471 E a condicionante 8 é para que se crie um canal específico para divulgação para  
472 a comunidade do distrito de Morro de Água Quente dos estudos contratados pelo  
473 empreendedor relacionados aos recursos hídricos. Nós entendemos que é  
474 necessária uma avaliação integrada desses impactos provocados pela mina de  
475 Fazendão, em conjunto com os provocados pelas minas de Fábrica Nova, Alegria  
476 e outras, que potencializam esses impactos, elevando seus efeitos e necessitando  
477 de medidas mitigatórias a serem cumpridas por todos os envolvidos. Por essa  
478 razão também, nós achamos que o processo deveria ser retirado de pauta, e os  
479 estudos, refeitos. Entendemos também que as condicionantes propostas  
480 estabelecendo monitoramento das insurgências hipotermiais, realização de  
481 estudos e divulgação para a comunidade não são suficientes para garantir a  
482 perenidade dessas insurgências. Por essa razão, sugerimos também a inclusão  
483 de uma condicionante específica para proteção desse bem natural de valor  
484 imensurável para a comunidade local e para o Estado de Minas Gerais. Essa  
485 condicionante poderia ser algo do tipo: o empreendedor deveria interromper  
486 imediatamente o rebaixamento do lençol freático tão logo se constatem alterações  
487 de qualidade e quantidade e nas insurgências hipotermiais com o  
488 restabelecimento das condições atuais. Porque realizar estudos e fazer  
489 monitoramento não garante que essas insurgências serão protegidas. Então  
490 precisaria de uma condicionante mais específica, mais forte, no sentido de  
491 paralisar a operação do empreendimento caso haja alguma alteração dessas  
492 insurgências. Seriam essas as minhas considerações.” Conselheiro Wagner  
493 Soares Costa: “As minhas considerações são as seguintes. Eu acredito que não  
494 deva sair de pauta e que realmente ocorra o debate para vermos se aprovamos  
495 e vou falar os motivos aqui. Primeiro a questão da AAI. Eu acho que é uma nova  
496 regra de jogo e que não poderia estar sendo colocada aqui dentro. Estamos  
497 mudando as regras do jogo durante o jogo. Então eu até acompanhe o Julio Grillo  
498 na questão de abrir uma moção para que possamos ter essas pautas para  
499 discussão e que a primeira seja a AAI ou a AAE. Porque se eu colocar uma AAI  
500 agora para essa empresa em relação às outras que estão na mesma região  
501 geográfica eu posso estar penalizando uma em detrimento de outra e causar uma  
502 série de situações inconvenientes ou restritivas para todas as mineradoras  
503 situadas naquela região. Então eu acho que a discussão da AAI sobrepõe a  
504 discussão desse projeto, desse processo. Nós podemos discutir depois e criar  
505 uma regra do jogo futuro para os próximos licenciamentos. Na questão da  
506 aprovação da outorga, apesar da fala do conselheiro José Angelo, eu vejo que a  
507 questão foi julgada no Conselho Estadual. Quer dizer, é o órgão máximo que nós  
508 temos. E me parece que o deferimento foi por votos sem ter proximidades de  
509 votos contrários e votos favoráveis. Eu acho que podemos estar confiando em  
510 outro Conselho que é semelhante ao nosso, que tem o mesmo poder de decisão

511 que este nosso COPAM. Com relação a essa questão das águas termais, eu já  
512 adianto que vou acompanhar o conselheiro José Angelo no sentido de estabelecer  
513 uma condicionante de monitoramento dessas questões futuras. Eram essas as  
514 minhas ponderações.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Wagner, eu vejo  
515 essas abordagens de uma forma diferente da Fiemg e já manifestei isso em outros  
516 fóruns. Eu olho para esse tipo de análise, por exemplo, análise ambiental  
517 integrada, sob a perspectiva da sustentabilidade. E nisso aí nós não estaríamos  
518 mudando as regras do jogo, porque nós estamos no Conselho de Políticas  
519 Ambientais que vai analisar pareceres emitidos por uma Secretaria de Meio  
520 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. E eu não vejo as análises no ponto em  
521 que são feitas hoje, e são assim porque estão nas regras atuais, e eu acho que  
522 as regras atuais não seguem a lei, a base da lei. A SEMAD seria responsável  
523 indiretamente, vamos dizer assim, por nos tutelar para o caminho da  
524 sustentabilidade e não tem feito isso em função de regras que já estão  
525 estabelecidas há algum tempo. Isso tem que ser questionado. É aquela história,  
526 eu não consigo olhar para uma intervenção localizada ali em Catas Altas sem  
527 olhar quais que são as perspectivas de futuro decorrentes dessa intervenção. E  
528 eu tenho certeza de que o pouco que é deixado para essa sociedade agora  
529 durante 30 anos, 40 anos, vai ser muito inferior a tudo aquilo que ela poderia ter  
530 ao longo de séculos de uma exploração bem-feita. Então eu acho que a  
531 sustentabilidade do ponto de vista da economia pública no curto, médio e longo  
532 prazo, é imprescindível tanto quanto a análise dos impactos ambientais de curto,  
533 médio e longo prazo e a análise dos impactos sobre a sociedade local e tudo que  
534 elas perdem no curto, médio e longo prazo. Isso só pode ser analisado se nós  
535 analisarmos os impactos cumulativos e sinérgicos de todas aquelas empresas na  
536 região. Nós não podemos mais, na minha opinião, e sei que não consigo  
537 sensibilizar a Fiemg para isso. Eu sei disso, mas tenho que continuar com essa  
538 bandeira. A Fiemg, a meu ver, deveria estar pensando no futuro. E o futuro não é  
539 esse, o futuro não é a defesa do lucro imediato de um empresário, o futuro é  
540 analisar de forma equilibrada qual seria a sustentabilidade da nossa decisão.  
541 Então eu me coloco num ponto completamente antagônico ao da Fiemg. Wagner,  
542 você vai me desculpar, mas em todos os projetos que passarem por aqui eu vou  
543 me recusar a analisar somente o impacto presente desses projetos, eu vou querer  
544 que haja discussão sobre os impactos futuros. E por ser sustentabilidade que haja  
545 discussão sobre a análise ambiental integrada. É essa a minha opinião, e espero  
546 que um dia a gente comece a convergir nesses temas. Eu espero que a Fiemg  
547 comece, ainda que tardiamente, a pensar em sustentabilidade, a discutir  
548 sustentabilidade. Eu estou pronto para discutir sustentabilidade com a Fiemg na  
549 hora que ela quiser.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Eu acho que falei grego  
550 aqui para o Grillo, porque eu concordei com ele na questão de ser elaborada a  
551 AAI. Eu concordei, estamos concordando, ele é que não percebe. Mas nós  
552 estamos concordando. A única divergência nossa neste momento é que aplicar  
553 esse estudo ao processo agora fica ruim porque é uma mudança de jogo. Vamos,

554 sim, discutir para o futuro: ‘de agora para frente, quais são as regras? Nas  
555 renovações de licenças que porventura ocorrerem ou novas lavras nessa região,  
556 eu vou ter um novo procedimento de análise. E aí então nós concordamos, mas  
557 não explicitamente em cima desse processo. Quer dizer, todos os processos que  
558 entrarem, antes de ter o estudo da AAI, não podemos paralisar essas análises  
559 porque eu não tenho uma AAI. Era isso.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
560 Nunes de Lima: “As minhas considerações. Primeira, eu sou totalmente contra a  
561 retirada de pauta de um processo desse, que foi muito bem-elaborado. Essa é a  
562 primeira questão. Segundo, eu sou muito favorável ao que o Julio Grillo comentou  
563 das avaliações ambientais integradas. Eu vejo que se você tem uma mineração  
564 isolada isso é uma coisa. Porque você tem um caso, por exemplo, de um  
565 determinado pegmatito que só tem naquela região, aí é um detalhe que você faz,  
566 não tem que fazer integração nenhuma. Mas quando você tem um complexo  
567 minerário, na verdade, eu falo que nós temos um complexo minerário que é o  
568 Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. É um complexo, Julio, é um tremendo  
569 complexo minerário. Então ele, sim, talvez deveria ter uma avaliação integrada. E  
570 eu acho que desde a época do Sr. Dorr, que foi o famoso que valorizou esse  
571 nosso Quadrilátero Ferrífero, desde aquela ocasião que talvez na mente dele  
572 poderia passar pela questão das avaliações integradas. Eu vejo o exemplo que  
573 nós temos dentro da questão hídrica nossa em Minas Gerais, que o IGAM, por  
574 exemplo, já vem fazendo isso de uma forma muito consistente, que são as  
575 avaliações integradas do meio hídrico. É um exemplo a ser seguido, eu acho que  
576 pode ser perfeitamente adequado isso para a mineração. Outro ponto que eu  
577 queria apenas comentar, aproveitando a oportunidade levantada aqui, é o cenário  
578 futuro. Eu também concordo plenamente, Julio, que nós temos que trabalhar  
579 dentro da visão do plano de fechamento de mina. Esse plano de fechamento, nós  
580 temos uma instrução toda muito bem-elaborada pela SEMAD, então ele deve ser  
581 provocado, deve ser trabalhado dentro dessa visão nossa de fazer com que nós  
582 possamos ver os cenários futuros de aproveitamento. Eu sinto isso, sempre na  
583 oportunidade que tenho, de grandes jazidas que foram fechadas e hoje são  
584 monumentos até espetaculares para o turismo. Eu convivi com isso, tenho  
585 convivido, e nós temos que partir realmente para algumas situações.  
586 Explicitamente com relação ao Caraça, é o exemplo, o Caraça continua, o Caraça  
587 está lá como exemplo de turismo bem elaborado em Minas Gerais. Então as  
588 minerações que estão ao seu entorno devem seguir um plano de fechamento que  
589 contemple a projeção turística do Caraça. Então eu não vejo nenhum problema  
590 em aprovar essa expansão da lavra da mina Fazendão, da Vale. O nosso parecer  
591 foi muito claro, somos favoráveis ao deferimento. E essas são as minhas palavras  
592 que eu quero colocar, e acho perfeitamente viáveis reuniões que possam fazer  
593 com que nós defendamos a mineração sustentável.” Isabel Roquete/Vale S/A:  
594 “Senhor presidente e demais conselheiros, o projeto formalizado em 2015 de  
595 ampliação da mina do Fazendão era representado pelas estruturas que estão na  
596 tela, consistia em ampliação da cava São Luiz, uma pilha de estéril conformada

dentro dessa cava, com sua exaustão nessa área; a retomada das cavas Almas e Tamanduá; uma reparação de finos depositados em pilha; e uma estrada de ligação entre essas duas minas com uma pilha também disposta na cava. Esse projeto perfazia 132,21 hectares. Assim, em atendimento a solicitação, como vários conselheiros já citaram, Catas Altas e o seu respectivo distrito de Morro de Água Quente, exposta em relações com a comunidade, exposta em escutas ativas, exposta em visitas guiadas, a Vale considerou que ia atender à solicitação da população e reduzir o escopo do projeto. Restando então a ampliação da cava São Luiz com a pilha de estéril conformada dentro dessa cava, e aí perfazendo 70,37 hectares. Isso, claro, reduziu o lucro, reduziu o desenvolvimento econômico nessa área que foi retirada, mas a Vale, com a sua política de sustentabilidade e pela expectativa da população, preferiu que fosse então reduzido o escopo do projeto e restasse então a ampliação da cava São Luiz com essa pilha conformada dentro da cava. Então hoje nós estamos discutindo esse projeto modificado. Agora eu vou passar a dirimir as dúvidas expostas pelos pareceres de vista. Começando pelo conselheiro Julio, a anuência do Iepha já foi emitida, em 2/7/2020. Então esse fato está consolidado, resolvido. Mesmo que legalmente o processo poderia ser votado com a condicionante de autorização dos órgãos intervenientes. Mas esse fato está resolvido, e a anuência foi concedida em 2/7/2020. O conselheiro fala na questão da perda das águas termais e de parcela da vista da serra do Caraça. Nesse projeto, não haverá impacto adicional na vista da serra do Caraça, a vista será mantida. Haverá uma pequena alteração quando houver a disposição da pilha, quando crescer a pilha conformando na cava. Mas é uma pequena alteração. Essa alteração tem seu impacto mitigado através do programa de aplicação paisagística, através do Prad, através de recomposição das áreas, tão logo sejam finalizados esses taludes as áreas vão ser reconformadas. Então nesse processo não há alteração ou impacto adicional na vista da serra do Caraça. Em relação às águas termais, não só com relação às águas termais, mas em relação aos recursos hídricos, eu estou com dois especialistas que vão falar na sequência, eles vão responder todas as dúvidas relacionadas aos recursos hídricos. Um engenheiro civil e um hidrogeólogo, especialistas, que estão aptos a dirimir todas as dúvidas, em relação aos recursos hídricos, tanto do Paganini quanto do Julio Grillo. É bom afirmar aqui que essa questão das águas termais também foi levantada pela comunidade, e a Vale contratou e está em elaboração, com participação da sociedade local, o desenvolvimento de um plano turístico para o município de Catas Altas, que está sendo construído em discussão tanto com a prefeitura quanto com os munícipes. E, claro, é nesse plano de turismo que estão contemplados essas variáveis ou esses parâmetros e esses bens históricos culturais, incluindo a fonte hipotermal. O Julio fala da manifestação do Iepha em relação a esses bens. É bom que a gente esclareça que o Iepha trata dos bens culturais tombados. E quando ele faz essa avaliação para emitir a anuência ele faz toda essa tratativa de interferências nesses bens culturais tombados quando for o caso. E quase todas as anuências

do Iepha vêm, assim como os nossos processos de licenciamento, com as condicionantes relativas a esses bens culturais da região. A outra questão, logo na sequência, ele fala novamente da questão das modificações vistas em relação à rodovia e do próprio distrito de Morro da Água Quente. Eu vou afirmar que não haverá impacto adicional ao que já existe lá hoje e que todos esses problemas de habitação estão sendo resolvidos. O plano de turismo de Catas Altas foi um compromisso assumido pela Vale, inclusive na audiência pública. A empresa Zanone Consultores Associados foi contratada, já iniciou os trabalhos, neste momento está fazendo contato com associações, com empreendedores do município, com os órgãos públicos e fazendo levantamento de informações e essa avaliação com os stakeholders para chegar à prefeitura e estabelecer um plano conjunto. A questão de outorga que o Grillo levantou e o Paganini vai ser respondida na sequência. Vamos agora à questão formal da declaração de Catas Altas. A declaração de Catas Altas é uma declaração emitida em 2014, quando da formalização do processo, e foi revogada pela prefeitura atendendo à solicitação dos moradores do Morro de Água Quente e de Catas Altas. Quando a Vale se comprometeu a retirar do processo a retomada das cavas Almas e Tamanduá, a prefeitura considerou satisfatório, considerou que a Vale estava atendendo a sua solicitação e procedeu a emissão de nova anuência, nova certidão da prefeitura, que foi apensada ao processo e analisada no decorrer da análise do processo. Com relação ao programa de educação ambiental, esse PEA, atendendo à Deliberação Normativa 214/2017, foi programado a partir de um processo participativo de oitiva com a comunidade. Então os temas trazidos pelas comunidades é que possibilitaram a formatação desse PEA apresentado ao órgão ambiental. Passamos agora para os esclarecimentos da sociedade civil representada pelos munícipes Guilherme Pereira de Souza e Diego Aparecido. Fala que no Plano Diretor é reconhecido que o espaço ocupado pelo empreendimento interferiria no Monumento Natural da Serra do Caraça. A Vale fez um trabalho exaustivo de avaliação desses limites do Monumento Natural da Serra do Caraça. Tanto no Iphan quanto no Iepha não tem um limite geográfico tombado. E também na IDE Sisema o empreendimento não sobrepõe a Unidade de Conservação da Serra do Caraça. Portanto, não tem nenhuma sobreposição com essa unidade de conservação. Tem uma série de questionamentos que são relacionados à questão de qualidade do ar. O que temos a informar é que tem uma condicionante, a condicionante nº 1 do parecer da Suppri, que justamente coloca que a Vale tem que apresentar o estudo de dispersão de acordo com a nota técnica Gesar/FEAM 02/2019. Esse estudo já está pronto, tanto o estudo de dispersão quanto a proposta de monitoramento de qualidade do ar, considerando essa ampliação. E assim, se a licença for emitida, será protocolado na sequência na Gesar atendendo à condicionante da FEAM. Mas significa dizer que já tem um plano de monitoramento de qualidade do ar no empreendimento e que esse plano, de acordo com a nota técnica, considerando essa ampliação, já está inclusive pronto para ser protocolado. Em relação à cortina arbórea entre a cava de São



683 Luiz e a comunidade de Água Quente, também é uma condicionante da Suppri,  
684 de número 25, e será integralmente cumprida pela Vale. Os munícipes aqui  
685 representados por esses dois cidadão propõem a análise de um estudo  
686 epidemiológico na região, retrospectivo, e o que temos que informar é que o  
687 histórico de monitoramento de qualidade do ar já realizado pelo empreendimento  
688 para material particulado e PTS, partículas totais em suspensão, no período de  
689 2013 a 2019, não ultrapassou o padrão de qualidade, atendendo as Resoluções  
690 Conama, e Vale não tem um estudo epidemiológico da região. É um estudo  
691 bastante complexo, que envolve relato de caso, uma avaliação de uma série de  
692 causas, estabelecimento dessas causas, e ainda não tivemos registro de questão  
693 de saúde pública relacionada ao empreendimento. O que pode até ocorrer, e aí a  
694 Vale vai avaliar. Novamente se fala do plano de turismo, e aí reafirmamos que  
695 esse plano de turismo já está contratado. Foi colocada essa informação na  
696 audiência pública. Inclusive, foram convidados os municípios que trabalham com  
697 turismo na região a participar. Passamos agora pelos questionamentos do  
698 MovSAM. O primeiro questionamento é sobre a inversão do rito com a retificação  
699 do FCE. Nós temos a esclarecer que após a audiência pública que, com a  
700 reavaliação da Vale do projeto, atendendo aos anseios da comunidade,  
701 processualmente, é dever do empreendedor retificar o FCE colocando a alteração  
702 do projeto. Optou-se então por alterar o projeto, e o FCE foi retificado. Em relação  
703 aos documentos também, de que a MovSAM fala que a Vale apresentou uma  
704 série de documentos, apresentou, sim. O processo foi formalizado em 2014 e teve  
705 sua análise iniciada em 2019. Só aí se fizeram cinco anos. Com esses cinco anos,  
706 a Vale, por lei, tinha obrigação de atualizar os dados, principalmente os dados  
707 relacionados a vegetação. Então a Vale atualizou os dados relacionados a  
708 vegetação, atualizou o relatório que precisaria ser encaminhado para o Ibama. E  
709 aí houve a solicitação de audiência pública. Então a Vale também procedeu a  
710 atualização do Rima para que a população fosse para a audiência pública com as  
711 informações atualizadas. Na própria audiência pública houve um consenso de  
712 redução do projeto. Com essa redução do projeto, a Vale novamente atualizou os  
713 estudos, tanto da caracterização do empreendimento quanto dos diagnósticos,  
714 tanto da avaliação de impacto, tanto do próprio Plano de Controle Ambiental.  
715 Novamente, o plano, porque houve redução da vegetação, e do relatório a ser  
716 encaminhado ao Ibama e também do próprio Rima, para a população ter uma  
717 análise com os estudos adequados. Então todas essas atualizações têm  
718 explicações que demonstram o ganho de análise. Porque, primeiro, houve  
719 atualização no início porque transcorreram cinco anos, depois a atualização em  
720 função dessa alteração do projeto. Novamente falando que a certidão de março  
721 de 2020 foi apresentada e emitida com alteração do projeto a partir da negociação  
722 da Vale. Com consentimento da redução do projeto, a prefeitura se sentiu  
723 confortável a apresentar essa nova declaração. Em relação à publicidade do  
724 empreendimento e da audiência pública. A audiência pública foi realizada de  
725 acordo com os requisitos legais, em data escolhida a partir de várias oitivas com

726 a população, de escuta ativa da Vale com apresentação da comunidade, de  
727 representantes da comunidade, com antecedência da audiência. Teve uma  
728 participação muito grande na audiência pública, foram 472 pessoas presentes,  
729 transmissão ao vivo com 1.234 visualizações até 10/3. Várias reuniões foram  
730 feitas com os munícipes, e nós apresentamos todas as respostas aos  
731 questionamentos da audiência pública, com um resumo da audiência. Tudo está  
732 dentro do processo que foi divulgado à população. Com relação ao novo  
733 questionamento da modalidade de licença concomitante, o processo foi  
734 formalizado de acordo com o Decreto 47.137/2017, permanecendo na DN 74, na  
735 modalidade LP+LI+LO, em que foram apresentadas todas as justificativas que  
736 levaram a se estabelecer a concomitância desse projeto. Mas também se fosse  
737 de acordo com a DM 217, o artigo 8º, §6º, para as ampliações dos  
738 empreendimentos é permitido que o órgão ambiental enquadre o licenciamento  
739 ambiental em concomitância como LAC 1. Sobre a avaliação ambiental integrada  
740 e a gestão ambiental, foram bastantes discutidas pelos conselheiros no início da  
741 reunião, mas o que a Vale tem a dizer é que na medida do possível a própria  
742 Suppri e a própria Vale vão fazer uma avaliação ambiental integrada desses  
743 processos de licenciamento no complexo minerador de Mariana. Esses  
744 licenciamentos estão sendo analisados por uma única superintendência, por uma  
745 única equipe. Todas as informações que a Suppri tem solicitado, ela tem solicitado  
746 que a Vale proceda essa avaliação ambiental integrada. E os próprios  
747 empreendimentos da Vale na região já o fazem dessa forma. Eu cito, por exemplo,  
748 que o minério é levado por correia transportadora a outro empreendimento da  
749 Vale na região para ser beneficiado e não impactar novas áreas. O minério é  
750 escoado via pera ferroviária e via terra para empreendimentos já licenciados pela  
751 Vale. As estruturas são otimizadas nesse complexo para que não sejam  
752 impactadas novas áreas ou sejam feitas novas ampliações. Presidente, eu me  
753 coloco à disposição para futuros esclarecimentos, e na sequência tem o pessoal  
754 de recursos hídricos que vai esclarecer as questões relativas aos recursos  
755 hídricos.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/Representante da sociedade civil:  
756 “Primeiro eu gostaria de saber se o fato de se ter entrado no mérito do  
757 licenciamento significa que tanto o secretário de Estado quanto o secretário  
758 executivo e tanto o presidente desta reunião, diante do que foi exposto ontem  
759 através de correspondência enviada por e-mail, decidiram já que não seria  
760 retirado de pauta pelas alegações de o processo não estar devidamente instruído.  
761 Porque rege – e eu já testemunhei isso – que quando é retirado de pauta não se  
762 entra no mérito. Inclusive, às vezes, os empreendedores, quando eram reuniões  
763 presenciais, tentavam justificar que poderiam contribuir já com a questão do  
764 mérito, e não era permitido. Isso é muito importante porque se está tratando do  
765 mérito...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu já explico para a senhora,  
766 Maria Teresa, a decisão de manter o processo em pauta não foi do secretário  
767 executivo nem do secretário de Meio Ambiente, foi deste presidente, é minha  
768 decisão. O Regimento Interno fala que a decisão em relação à manutenção de

769 processo em pauta é do presidente da sessão. O presidente da sessão sou eu.  
770 Eu estou mantendo o processo em pauta. A decisão é minha. Sem prejuízo, como  
771 eu disse, de em relação ao momento posterior eu retirar o processo de pauta. Mas  
772 fica claro, fica registrado que a decisão de manter o processo em pauta é deste  
773 presidente, é minha decisão.” Maria Teresa Viana de Freitas  
774 Corujo/Representante da sociedade civil: “Então eu não tenho mais nada, porque  
775 o que tinha que ser informado a esta Câmara, ao secretário de Estado e ao  
776 secretário executivo já foi informado. A fala da representante da Vale confirma o  
777 que já tinha sido colocado nas considerações do MovSAM de que o Relatório de  
778 Impacto Ambiental referente ao que está posto nesta reunião foi formalizado após  
779 a audiência pública, está confirmado que não existe um Estudo Impacto Ambiental  
780 relacionado com o processo que está aqui sendo tratado, e isso fere a legislação  
781 em vigor, que inclusive determina que esses documentos são os documentos que  
782 precisam estar formalizados antes de publicação de edital comunicando a sua  
783 formalização para abertura de prazo para convocação de audiência pública. Não  
784 vou entrar no mérito. Tem muitas questões graves no bojo do mérito, igual  
785 algumas que o Sr. Julio Grillo já trouxe, as que foram trazidas pelos cidadãos que  
786 também enviaram as suas considerações ao parecer de vista da ProMutuca. Tem  
787 questões para além dessas que nós não apresentamos porque entendemos que  
788 se o processo não está devidamente instruído ele não tem como continuar  
789 tramitando. E isso já foi então deliberado tanto pelo secretário, que recebeu a  
790 possibilidade de fazer o controle de legalidade sobre esse processo, quanto pelo  
791 secretário executivo quanto pelo presidente, que mantiveram em pauta um  
792 processo que inverteu a ordem e que não apresenta os dois institutos  
793 fundamentais em qualquer processo de licenciamento, que são o Relatório de  
794 Impacto Ambiental e o Estudo de Impacto Ambiental, antes de prosseguir,  
795 inclusive, com o edital para convocação ou requerimento de audiência pública. Eu  
796 peço que fique registrado na ata, independente de se poder ter a cópia do vídeo.  
797 Era a nossa manifestação, e nós entendemos que é gravíssimo o que mais uma  
798 vez testemunhamos por parte do Estado na gestão ambiental de complexos  
799 minerários. É uma reprise, de certa forma, de vários outros processos de  
800 licenciamento que eu testemunhei como conselheira, inclusive os de Córrego do  
801 Feijão e Jangada. E tem muitos aspectos graves, que esse processo não está  
802 devidamente instruído e não poderia prosseguir. Era essa a minha consideração  
803 nesse item de pauta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só justificando  
804 que esse é o entendimento da senhora. Temos manifestação tanto que houve  
805 aqui por parte da Isabel quanto do superintendente da Suppri, Rodrigo Ribas,  
806 informando que dá para esclarecer todas as informações que foram levantadas.  
807 Eu só quero ler aqui para os senhores, aqueles que não estão acostumados às  
808 nossas reuniões, para saber de quem é a decisão e quem toma. Artigo 32 do  
809 Regimento Interno: ‘Para fins deste Regimento, entende-se por diligência o  
810 requerimento, por conselheiro, ao órgão ambiental de informações, providências  
811 ou esclarecimentos sobre matéria pautada em discussão quando não for possível

812 o atendimento no ato da reunião. §1º - Compete ao Presidente da sessão deliberar  
813 sobre a pertinência da diligência a que se refere o caput deste artigo, decidindo  
814 pelo prosseguimento ou pela interrupção da votação.' Esse entendimento é válido  
815 também para os pedidos de retirada de pauta, que se assemelham. Então a  
816 decisão é desta Presidência, deste presidente, em manter o processo em pauta  
817 até então, salvo se a equipe ou mesmo o empreendedor não conseguir sanar as  
818 dúvidas. Aí, havendo dúvida e havendo necessidade, nós retiraremos o processo  
819 de pauta sem problema algum. Como eu já disse para os senhores,  
820 parafraseando grandes pensadores, não temos compromisso com o erro. Se  
821 estou errado neste momento, eu retiro o processo de pauta posteriormente." Luiz  
822 Cláudio Figueiredo de Castro/Vale S/A: "Eu queria aproveitar esses 5 minutos  
823 para fazer alguns esclarecimentos relacionados especialmente ao processo de  
824 outorga, ao processo de rebaixamento de nível d'água. Iniciar fazendo um curto  
825 histórico da análise desse processo. Ele foi encaminhado para o CBH Piracicaba  
826 em novembro de 2019, passou pelas Câmaras Técnicas. Inclusive, nesse  
827 momento, eram dois processos, e depois um deles foi cancelado, já teve seu  
828 cancelamento, inclusive, publicado por conta da alteração do escopo do projeto,  
829 daquela modificação mostrada pela Isabel naqueles dois slides. Então prosseguiu  
830 apenas o processo de rebaixamento após a passagem pelo CBH. O que  
831 aconteceu no CBH? Teve análise, nas Câmaras Técnicas, do pedido de vista, e  
832 na reunião de apresentar o pedido de vista não teve quórum, na reunião do CBH  
833 Piracicaba. E com isso o processo foi para o Conselho Estadual de Recursos  
834 Hídricos. No Conselho, ele já começou a ser analisado a partir de 11 de fevereiro,  
835 e também houve pedido de vista, apresentação dos pareceres. O processo  
836 passou pela CTIG, foi levado para o Plenária do Conselho Estadual na reunião  
837 extraordinária do dia 18 de julho de 2020 e aprovado. Com isso, ele está  
838 acompanhando esse processo de licenciamento para que seja finalizado junto  
839 com o licenciamento, o que é óbvio, pois a outorga depende da conclusão do  
840 processo de licenciamento. Algumas questões técnicas que eu gostaria agora de  
841 colocar. O estudo geológico que suporta o pedido dessa outorga de rebaixamento  
842 faz a previsão de redução de vazão nas sub-bacias, como já foi mostrado,  
843 inclusive, em alguma leitura dos pareceres. Por conta disso, o parecer técnico do  
844 IGAM inclui algumas condicionantes, que obrigam o empreendedor, com o  
845 suporte de uma rede de monitoramento, a promover uma reposição das vazões  
846 na área de influência do rebaixamento. Com isso, fica garantida a manutenção  
847 das vazões e da qualidade da água com por exemplo nas captações que  
848 abastecem o distrito de Morro de Água Quente e da sede também de Catas Altas,  
849 que estão em sub-bacias que têm a previsão de serem afetadas com redução de  
850 vazão pelo rebaixamento. Essa reposição de vazão garante a manutenção dessas  
851 vazões. E uma observação importante também é que essas estruturas de  
852 captações não serão afetadas pela expansão da cava, vão ser mantidas no  
853 mesmo local. Citando rapidamente, eu tirei aqui do parecer do IGAM a  
854 condicionante de a), de garantir a reposição de vazões quando verificado impacto

855 em cursos d'água, poços e demais captações na área de influência; a  
856 condicionante b) é garantir a qualidade das águas de reposição e lançamento nos  
857 corpos d'água de acordo com as normas ambientais. E em destaque especial  
858 essas duas. Não que elas sejam menores, elas são bem abrangentes, e acho que  
859 ficaram muito bem postas pelo IGAM, porque fazem uma abrangência geral os  
860 impactos. Então uma responsabilidade do empreendedor a cumprir essa  
861 reposição de forma sucinta nesses itens a e b, nas condições a e b. Eu queria  
862 fazer destaque também para a condicionante h) do parecer do IGAM, que é  
863 apresentar proposta de adensamento das redes de monitoramento hidrológico e  
864 hidrogeológico e respectivo cronograma de implantação a fim de melhor  
865 caracterizar as possíveis interferências causadas pelo rebaixamento na área de  
866 influência da mina, especialmente nos regimes das surgências hipotermiais e  
867 captações do município utilizadas para abastecimento público. Tem um prazo  
868 para o empreendedor apresentar. Eu fiz destaque dessa condicionante h) porque  
869 no meu entendimento e já fazendo menção ao comentário apresentado pelo  
870 conselheiro Paganini essa condicionante h) do parecer do IGAM já contempla  
871 uma proposta de melhoria do monitoramento, dos impactos, inclusive, tem prazo  
872 para apresentação e está sendo bem explícita: adensamento das redes de  
873 monitoramento. Então no meu entendimento isso já está contemplando bastante  
874 essa proposta, além, é claro, das condicionantes 7, 8 e 9 do parecer da Suppri,  
875 que são direcionadas especificamente à questão de recursos hídricos. Uma outra  
876 questão importante, com relação a reposição de vazões, que é o impacto  
877 significativo, que mitiga o impacto significativo do rebaixamento, é importante  
878 destacar que as vazões captadas nos postos de bateria de rebaixamento são  
879 obrigatoriamente direcionadas para reposição de vazão nos cursos de água  
880 afetados no entorno, conforme será estabelecido na portaria de outorga  
881 respectiva. E nesse caso da cava São Luiz, apenas 20% da água captada serão  
882 utilizados no empreendimento, para restaurante, vestiários, umectação de vias,  
883 algo mais relacionado ao funcionamento diário do empreendimento. E todo o  
884 restante vai estar disponível para as reposições. Repetindo, 20% vão ser  
885 utilizados no empreendimento, e todo o restante da vazão estará disponível para  
886 reposições. Como último item, eu gostaria de colocar também, relacionado à  
887 questão do uso da água de abastecimento do município e do distrito, informar que  
888 foi contratado pela Vale e já se encontra concluído pela empresa Potamos  
889 Engenharia um estudo de disponibilidade hídrica da região de Catas Altas, que  
890 contempla também o diagnóstico e avaliação do sistema de abastecimento  
891 público de água da sede e também do distrito de Morro da Água Quente. Esse  
892 estudo já foi apresentado, discutido na prefeitura no intuito de uma avaliação  
893 conjunta das alternativas de captação de água e também de melhorias do sistema  
894 de tratamento e abastecimento de água do município. Um estudo que foi proposto  
895 e já foi apresentado, não é condicionante do processo de outorga, mas foi parte  
896 desse processo de discussão com a prefeitura e a comunidade, inclusive, que  
897 resultou na alteração do escopo. É um trabalho que já foi apresentado pela Vale,

898 discutido com a prefeitura, e está propondo realmente melhoria desse sistema de  
899 captação, também está propondo novos pontos de captação para o município e  
900 também abordando o sistema de tratamento, de abastecimento e o sistema  
901 distribuição também de água potável para a sede e o distrito. Seriam essas as  
902 minhas colocações, e eu continuo à disposição para outros esclarecimentos  
903 adicionais sobre esse tema.” Frederico Lemos/Vale S/A: “Eu fiz algumas  
904 anotações aqui para poder tentar esclarecer o máximo possível. Agradeço a  
905 oportunidade de estarmos tendo essa discussão aqui. Eu sou hidrogeólogo do  
906 complexo de Mariana. Foi levantada essa questão dos modelos regionais  
907 integrados. Eu acho isso interessante, na verdade, é até uma boa oportunidade  
908 para discutirmos isso aqui. Só que os modelos integrados... Tudo na nossa vida  
909 tem um viés positivo, um lado positivo e um negativo, então o modelo integrado  
910 que abrangesse todas as operações perderia muito em modelo conceitual e em  
911 modelo geológico. E a base de qualquer modelo numérico hidrológico é um  
912 modelo geológico. Mas de qualquer forma isso também se aplica em situações  
913 específicas, como por exemplo na mina de Alegria hoje nós já temos um modelo  
914 integrado. O modelo hidrogeológico da mina de Alegria abrange também o modelo  
915 da Samarco. Mas por que isso ocorre? Porque ali estamos tratando de um único  
916 aquífero, e o principal aquífero de que tratamos aqui sempre é a formação  
917 ferrífera. Então naquela situação específica ali é bem aplicável. Quando vamos  
918 para Fazendão, por exemplo, o nosso modelo de Fazendão tem  
919 aproximadamente 40 km<sup>2</sup>, e estamos falando de uma área de cava de  
920 aproximadamente 2 km<sup>2</sup>. Então nós temos um domínio de modelo  
921 substancialmente maior à área de interesse nossa exatamente para poder fazer  
922 essa avaliação de impactos. E é isso que apresentamos nas reuniões passadas,  
923 apresentamos no nosso relatório, que foram aquelas zonas de balanço, zonas de  
924 fluxo. E esse modelo mais detalhado, o modelo específico para uma unidade,  
925 também permite o detalhamento em pontos específicos. Porque quando você  
926 passa para o modelo regional você aumenta a sua complexidade numérica, e uma  
927 forma de reverter ou lidar com isso é diminuir a discretização de algumas  
928 estruturas no seu modelo, de forma que consiga rodar esse modelo regional. Mas  
929 como no modelo de Fazendão tem estruturas muito específicas de interesse,  
930 como por exemplo a área de contribuição para as captações, a área da fonte  
931 termal, o nosso modelo, caso vocês abram o relatório e analisem, a região da  
932 fonte termal, nós temos células de 12 por 12 m. O modelo foi detalhado  
933 exatamente naquela região para que conseguíssemos ter uma resposta melhor  
934 desse modelo para aquele ponto específico. Então são essas questões entre os  
935 modelos regionais e os modelos localizados. No nosso caso aqui, o modelo  
936 localizado é muito mais aplicável exatamente pelas respostas que estamos  
937 buscando exatamente. Um outro ponto aqui o Luiz Cláudio já falou que é a  
938 questão da reposição. Nós estamos outorgando 441, porém, pelo nosso balanço  
939 hídrico previsto, estamos prevendo um uso de apenas 20%. Por mais que  
940 tenhamos uma redução calculada de 226 m<sup>3</sup>/h, nós teremos um excedente para

941 reposição de 350 m<sup>3</sup>/h. Em relação à fonte termal, o que o modelo indica é uma  
942 redução de 40% e não desaparecimento daquela fonte. Paralelamente, nós  
943 estamos aprimorando esse modelo conceitual do entendimento daquela fonte  
944 também. Porque o modelo numérico também isso, você faz o modelo. Conforme  
945 começa operar, adensa sua rede monitoramento, você começa a melhorar esse  
946 modelo. De maneira paralela, você melhora o seu entendimento. Então a Vale já  
947 está em conversa com entidades de renome nacional que conhecem aqui o  
948 Quadrilátero Ferrífero para um mapeamento geológico-estrutural da região. Nós  
949 também vamos fazer uma análise de isótopos ali para fazer datação dessa água  
950 e fazer correlações para poder tentar entender melhor a gênese dessa água, as  
951 movimentações. E dentro disso tudo todas as informações vão dentro daquela  
952 condicionante 8 da Suppri, que é disponibilizar as informações que nós vamos  
953 gerar através de canais de comunicação para que as pessoas fiquem cientes do  
954 que estamos fazendo e das respostas que estamos encontrando. O Luiz Cláudio  
955 falou bastante coisa sobre as condicionantes que o IGAM nos colocou, de  
956 adensamento, de elaboração de relatório. Esse modelo que fazemos nós temos  
957 que atualizar, e emitir esse relatório anualmente, assim como mostrar que nós  
958 adensamos a nossa rede de monitoramento, continuar com nosso  
959 monitoramento, porque já temos uma base de dados de informação bem extensa  
960 e que subsidia a nossa modelagem numérica. Eu acho que é basicamente isso.  
961 Caso tenha alguma dúvida adicional, alguma discussão adicional, eu estou à  
962 disposição para novas informações.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
963 “Frederico, ótima explanação a sua, eu concordo com você, inclusive, quando  
964 você perde o detalhe e avalia o macro, o integrado. Mas eu não acho que em  
965 nenhum momento essas duas coisas são excludentes, elas são complementares.  
966 Nós estamos falando de duas coisas e ainda teríamos que agregar uma terceira.  
967 Eu tenho que ter a visão detalhada do processo ali, bem detalhada, mas tenho  
968 que ter análise dele macro, no contexto de todos os outros empreendimentos. O  
969 item que ainda fica faltando ali é o seguinte: eu tenho que ter isso no presente,  
970 mas tenho que ter essa visão clara dos impactos cumulativos e sinérgicos no  
971 longo prazo. No momento em que se encerrarem todas aquelas cavas e todo o  
972 rebaixamento de lençol freático, qual é a situação que nós vamos encontrar, qual  
973 será a situação resultante de todos os rebaixamentos para o futuro? Então eu  
974 acho que é necessário que a sociedade entenda bem isso que você falou, é  
975 importante que no licenciamento específico estejamos vendo todos esses  
976 detalhes, mas é importante que no macro estejamos vendo o impacto cumulativo  
977 e sinérgico. E é importante que o vejamos para o futuro. Então eu não estou  
978 discordando de você, tudo que você falou está legal, mas só que eu acho que são  
979 atividades complementares.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu só  
980 quero alertar, o Sr. Wagner, conselheiro, inclusive, já fez menção disso: essas  
981 outorgas já foram deliberadas pelo CERH. Ou seja, o órgão competente para estar  
982 deliberando sobre isso. Nada impede que nós possamos discutir. Mas o órgão  
983 competente, que é o CERH, já deliberou sobre a outorga. Então deliberar sobre a

984 outorga nós não podemos fazer aqui, uma vez que é a competência é do CERH.”  
985 Guilherme Henrique/Membro da sociedade civil: “Primeiro, eu queria agradecer à  
986 Teca e ao Julio Grillo, em especial a você, Julio Grillo, que tem representado aqui  
987 a comunidade. Eu até me emocionei com a sua fala aqui no início, porque  
988 realmente ela traduz o sentimento que a coletividade não está tendo nesse  
989 processo licenciamento ambiental. Eu queria fortalecer o pedido de retirada de  
990 pauta. Não tem como aqui eu defender todo o escopo do projeto, mas, por todas  
991 as dúvidas que já foram levantadas, esse estudo demonstra que não tem a  
992 complexidade, a notoriedade de estudo de caso de que precisamos para pensar  
993 no presente e também no futuro. Aí eu gostaria de fazer aqui alguns  
994 apontamentos em relação ao que o pessoal da Vale falou e que não faz o menor  
995 sentido. Tamanduá e Almas foram retirados à força, a Vale insistiu até o final,  
996 ameaçou secretário de Turismo, ameaçou fechar a mina de Fazendão, ameaçou  
997 mandar funcionários embora. A Vale já colocou cinco caminhonetes com polícia  
998 para impedir o pessoal escalador ir à serra do Caraça. Eles falam que está tendo  
999 comunicação com a população: leviandade, mentira. A Associação de Turismo  
1000 não foi ouvida. Cadê o diálogo? Vamos sentar em uma reunião. Eu queria que  
1001 demonstrassem essas reuniões que eles fazem por meio de documento, por meio  
1002 de ata. Cadê esse diálogo que a Vale diz que tem, mas que não está registrado?  
1003 Ela fala que conversou com prefeitura. Se for lá conversar com o prefeito e com  
1004 o vice-prefeito, que não têm a coragem de estar aqui presentes nessas reuniões,  
1005 eu quero ver se eles vão afirmar isso na frente do povo. Não vão. A Isabel  
1006 demonstrou que teve diálogo com a Vale. Eu tenho dez anos de luta aqui. É  
1007 mentira. O Conpac, que é o Conselho do Patrimônio Cultural, exigiu da Vale que  
1008 fizesse um estudo junto com a população para levantar o que é patrimônio na  
1009 perspectiva da população. Isso é lei. Não foi cumprido. No que tange a unidade  
1010 de conservação, eu já mandei dois pareceres para a Suppri não me respondeu, o  
1011 Rodrigo Ribas não nos responde. É uma obrigação constitucional do Estado de  
1012 Minas Gerais, ele já declara esse monumento natural. O Plano Diretor do  
1013 município também. Nós já temos diversos artigos acadêmicos tratando do  
1014 assunto, e até hoje no licenciamento ambiental isso não foi reconhecido. O fato,  
1015 Isabel, de não ter o limite, isso é uma omissão do Estado, o poder público é que  
1016 está sendo criminoso. Agora eu não sei se você sabe, no direito ambiental  
1017 prevalece o princípio da prevenção, se não tem a delimitação, primeiro  
1018 delimitamos para saber a área da unidade de conservação e depois retomamos  
1019 a atividade minerária. Porque depois que se fizer a limitação e já estiver detonado  
1020 a área toda qual vai ser a relevância dessa unidade de conservação? A sociedade  
1021 civil não está tendo acesso a esses dados que dizem que tem. Esse plano de  
1022 turismo só foi conversado talvez com o prefeito e o vice-prefeito ou então com o  
1023 secretário de turismo. Mas e a sociedade, por que vocês não me convidaram? E  
1024 não estou falando só por mim, são vários cidadãos. Por que nós não fomos  
1025 convidados? A Isabel e o Luiz Cláudio estão sendo 100% levianos. O Luiz Cláudio  
1026 me parece aqui, até pelo diálogo com a comunidade, é um engenheiro disfarçado,



1027 só está servindo para assinar. Eu queria convidar o conselheiro Carlos Orsini para  
1028 vir aqui tomar a água amarela que eu estou tomando, para respirar a poeira que  
1029 eu estou respirando, para a gente pensar em mineração sustentável. Se os  
1030 impactos atuais não estão sendo levados em consideração, como vocês vão  
1031 garantir a futura geração, como vocês vão pensar nos meus filhos, nos netos?  
1032 Cadê o plano de fechamento de mina? Isso já foi questionado na audiência  
1033 pública? Por que a Vale não colocou os estudos da Bioma, que a Vale mesmo  
1034 paga para fazer os estudos, highline, a escalada, o uso da barragem do Mosquito  
1035 como meio de lazer? Fora isso, a Vale chama a polícia para os moradores para  
1036 eles não usarem o espaço, porque a Vale está querendo desapropriar o nosso  
1037 território. Eu queria provocar o conselheiro da Agência Nacional de Mineração a  
1038 se manifestar nesse processo no que tange ao parecer da ANM, antigo DNPM, nº  
1039 525, o qual deixa muito claro que em unidades de conservação de monumento  
1040 natural, que é de proteção integral, inviabiliza a atividade minerária. O Ministério  
1041 Público de Santa Bárbara já protocolou uma ação civil, já fez o processo  
1042 inquisitivo, e isso vai chegar. Isso tem que ser discutido. A Vale só discute o que  
1043 é interesse dela, todas as nossas proposições aqui não são realizadas. O diálogo  
1044 que a Vale tem é com o prefeito e com o vice, ela não tem diálogo com a  
1045 sociedade. Eu estou aqui de prova e desafio a todos vocês conselheiros a virem  
1046 aqui me provar isso por meio de documento, por meio de foto. Eu só queria  
1047 terminar mesmo e provocar o pessoal da Isabel, o pessoal da Vale: vocês estão  
1048 falando da população de Catas Altas. Deixa-me fazer uma pergunta. Vocês estão  
1049 falando do espaço de Catas Altas? Vocês não conhecem Catas Altas, não  
1050 conhecem nada de Catas Altas. E podem ter certeza, vocês já fazem parte da lata  
1051 de lixo da história desse município.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu vou fazer  
1052 só a introdução porque a Ana Luiza e a Angélica vão fazer a digressão sobre cada  
1053 um dos pontos colocados nos pareceres de vista. Então eu vou fazer só uma  
1054 introduçãozinha bem breve. Voltando agora ao Julio Grillo, obrigado, de novo,  
1055 pelo reconhecimento do trabalho e o elogio. E eu queria te dar parabéns, Julio,  
1056 por duas coisas. Primeiro, por ter qualificado a discussão na CMI. Você tem  
1057 trazido sempre pontos técnicos que são importantes para a gente discutir, e  
1058 vamos amadurecendo desde quando começamos, lá no princípio do ano,  
1059 discutindo. E hoje nós temos pareceres emitidos pela Suppri que são diferentes,  
1060 que tentam responder as questões técnicas, que já estão sendo discutidas. Nós  
1061 vamos aprendendo e melhorando os nossos pareceres com o tempo. Eu acho  
1062 que você – e não só você – com a discussão qualificada em todos os processos  
1063 trouxe muito isso. Também dar os parabéns pela provocação de uma moção do  
1064 início de discussão da avaliação ambiental integrada, pelo reconhecimento de  
1065 que, de fato, nós estamos fugindo um pouco ainda do sistema. O Sistema de  
1066 Licenciamento hoje, como foi previsto na 6.938, é um sistema que vamos chamar  
1067 de estanque, porque trata de cada empreendimento. Mas se não é um sistema  
1068 que não trata de impactos sinérgicos e cumulativos não quer dizer que não trate  
1069 dos outros empreendimentos. Nós discutimos isso aqui uma vez, a Isabel também

1070 trouxe isso aqui de novo, lembrou os conselheiros. Como é a Suppri que licencia  
1071 grande parte desses empreendimentos do complexo de Mariana, nós já trazemos  
1072 essas preocupações todas e fazemos essas avaliações todas de forma que  
1073 conseguimos trazer para cá aquilo que você está chamando de avaliação  
1074 ambiental integrada e que a legislação chama de impacto sinérgico e cumulativo.  
1075 Com relação a isso, Júlio, eu vou tratar só da avaliação ambiental integrada, só  
1076 para ficarmos na tese e não na prática. Eu queria trazer para o seu conhecimento  
1077 uma manifestação que eu achei brilhante, achei muito bem-fundamentada, da  
1078 Advocacia Geral da União. A Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais  
1079 que dá suporte ao Ibama, que você coordenou durante bastante tempo, você  
1080 conhece os advogados lá, sabe da qualidade deles, sabe da pertinência das suas  
1081 manifestações. Eu acho que é indubitável que, quando eles se colocam, eles se  
1082 colocam de uma maneira extremamente qualificada. E aí tem uma contestação  
1083 de uma decisão judicial muito interessante. Não é desse assunto, não é desse  
1084 processo, mas é do assunto avaliação ambiental integrada. Se o senhor  
1085 presidente e os senhores conselheiros me permitirem, eu queria ler rapidinho  
1086 aqui, para podermos estabelecer limite entre uma coisa e outra, conforme a  
1087 Advocacia Geral da União mesmo estabelece. O que ela disse é o seguinte, sobre  
1088 esse assunto: 'Proceder uma avaliação ambiental integrada não é cumular  
1089 empreendimentos, é estudar impactos recíprocos. Isso é feito constantemente  
1090 pelos órgãos licenciadores, afinal, em uma sociedade com modais de transporte  
1091 e interação de efeitos na atuação antrópica, avaliar integradamente não é cumular  
1092 licenciamentos. Portanto, a tese leva uma ruidosa confusão entre competência de  
1093 licenciamento e avaliação ambiental integrada em licenciamentos diversos.' Isso  
1094 posto, Julio, como fundamento só, é importante que tenhamos avaliação  
1095 ambiental integrada, avaliação ambiental estratégica, como o Wagner bem  
1096 lembrou, que já está sendo tratada, e já foi até apresentada uma primeira posição  
1097 no Plenário. Já foi apresentada uma primeira versão de andamento da avaliação  
1098 ambiental estratégica para o setor minerário. Isso não é, de maneira alguma,  
1099 tentar tratar de licenciamento de um pacote de empreendimentos. Isso é  
1100 descabido e desproporcional à ferramenta do licenciamento. Então nós  
1101 precisamos de uma avaliação ambiental integrada, e ela não vai ter substituto do  
1102 licenciamento ambiental por empreendimento. Nós não podemos confundir isso  
1103 de jeito nenhum. E aí eu acho que nós pensamos direito, de que isso é a  
1104 apresentação de um panorama maior daquilo que acontecerá ou que poderá  
1105 acontecer. Eu acho que isso é uma construção que tem que ser feita ao longo do  
1106 tempo mesmo até que tenhamos essa condição. Até lá, não adianta essa  
1107 provocação de ter que fazer avaliação ambiental integrada, porque ela não vai  
1108 acontecer. Mas a avaliação de impactos sempre leva em consideração. Tem  
1109 EIA/Rima, por lei mesmo ela tem que levar em consideração a sinergia como  
1110 atividade. A avaliação de impactos ambientais tem que levar isso em  
1111 consideração, e isso está sendo levado em consideração sempre. As meninas  
1112 vão discutir, você vai poder discutir com elas, claro. Nós temos o finalzinho da

1113 manhã, os próximos 15 minutos, uma tarde inteira para tratar disso. Enfim, nós  
1114 podemos tratar disso item a item, mas é importante saber que nós, de fato, não  
1115 vamos trazer para dentro do licenciamento a avaliação ambiental integrada.  
1116 Talvez o contrário, levar para dentro da avaliação ambiental integrada os  
1117 processos de licenciamento. Eu vou parar por aqui agora e deixar que a Ana Luiza  
1118 e a Angélica apresentem o ponto a ponto. Havendo necessidade, eu volto e dou  
1119 apoio para as meninas, esclareço melhor alguma coisa que seja puramente legal.”  
1120 Ana Luiza de Almeida Gonçalves/SEMAD: “Obrigada, Ribas. Primeiramente, eu  
1121 gostaria de agradecer aos conselheiros pelo elogio ao parecer, em nome da  
1122 equipe técnica. Eu acho que a grande maioria das questões já foi elucidada pelo  
1123 empreendedor, mas acho interessante que haja também uma manifestação da  
1124 equipe técnica quanto aos questionamentos. Primeiramente, quanto à  
1125 manifestação do lepha, trata-se de uma manifestação do órgão interveniente, e  
1126 há previsão legal para que, caso a licença seja aprovada antes da manifestação,  
1127 ela seja sem efeito, segundo o artigo 26, parágrafo 2º, do Decreto 47.383/2018. E  
1128 o nosso parecer foi publicado com essa sugestão, pelo deferimento, mas sem  
1129 efeitos até que o empreendedor obtenha essa manifestação. O segundo ponto,  
1130 que foi em relação aos mapas, de no parecer estaremos borrados, acontece que  
1131 colocamos os mapas no parecer com uma qualidade até boa, mas quando são  
1132 transformados em PDF compactado eles perdem um pouco essa qualidade. Mas  
1133 todos os mapas que inserimos no parecer são referenciados, tem a fonte de onde  
1134 tiramos o mapa, e eles podem ser consultados no documento original, que fica  
1135 disponibilizado para vocês também. E se forem mapas elaborados pela Suppri  
1136 nós estamos à disposição para encaminhar, caso seja solicitado. Em relação às  
1137 consequências do rebaixamento do lençol, eu acredito que esses impactos  
1138 ficaram bem claros ao longo do parecer, foram detalhadamente descritos, e o  
1139 empreendedor também os caracterizou bem aqui na reunião. Mas eu acho que a  
1140 questão maior foi em relação aos impactos serem avaliados de forma cumulativa  
1141 e sinérgica. Esse impacto, para fim de disponibilidade hídrica, cabe na análise do  
1142 processo de outorga a verificação das possíveis interferências entre as captações  
1143 subterrâneas. E os estudos verificaram os impactos sobre as fontes de  
1144 abastecimento. E isso foi amplamente discutido no parecer, e nós trouxemos as  
1145 medidas mitigadoras para esse impacto. O conselheiro citou as condicionantes 7  
1146 e 8 do parecer, sobre criar raio de proteção e dar publicidade aos estudos, mas  
1147 eu gostaria também de citar também a condicionante 9 do parecer, que é de  
1148 ‘apresentar o programa de fomento à melhoria da produtividade econômica no  
1149 território visando apoiar técnica, administrativa ou financeiramente os projetos ou  
1150 ações que abrangem as potencialidades econômicas locais.’ O projeto deverá  
1151 incluir um plano de turismo voltado, principalmente, para esse atrativo de turismo  
1152 que são as fontes hidrotermais. Em relação ao impacto sobre a serra do Caraça,  
1153 essas intervenções previstas vão ser realizadas num contexto que já é  
1154 antropizado, numa área de mineração. Trata-se de ampliação de cava, que já  
1155 existe, já opera, e o que vai trazer impacto é a conformação de uma pilha de estéril

1156 no interior dessa cava. E essa pilha vai criar um alto topográfico que é superior às  
1157 bordas dessa cava. Como podemos observar até numa figura que colocamos no  
1158 parecer, a figura 7.1, representa uma projeção da futura visada da pilha. Quando  
1159 estiver totalmente conformada, é uma visada como se fosse da rodovia. E além  
1160 disso, como colocamos no parecer, com a execução dos programas de  
1161 reabilitação da paisagem, recuperação de áreas degradadas e programa de  
1162 fechamento de mina, a ideia é que os taludes da pilha sejam revegetados,  
1163 inicialmente, por uma vegetação rasteira, mas com o passar do tempo evoluir para  
1164 uma vegetação mais próxima da nativa. E essa pilha vai se integrar à paisagem.  
1165 Onde estaria o buraco da cava vai ter uma pilha, que é um altinho que vai estar  
1166 revegetado com vegetação próxima da vegetação nativa. Em relação à  
1167 declaração de conformidade da Prefeitura de Catas Altas, eu acho que a Angélica  
1168 vai poder falar melhor sobre isso, mas a revogação dessa certidão de  
1169 conformidade não foi impeditivo para a realização da audiência nem comprometeu  
1170 a continuidade do pedido de licenciamento da ampliação, porque o artigo 18,  
1171 parágrafo 1º do Decreto 47.383/2018 também prevê que ‘esse documento deve  
1172 ser apresentado durante o trâmite do processo administrativo’, desde que antes  
1173 da elaboração do Parecer Único pela Suppri. Por óbvio, a audiência pública se  
1174 deu antes da elaboração do parecer, então não teve qualquer irregularidade na  
1175 realização da audiência. Agora em relação às manifestações das ONGs, em  
1176 relação à indisponibilidade dos documentos, eu tive o cuidado de conferir todos  
1177 eles. Com o meu acesso, eu consigo verificar que todos estão disponíveis. Mas  
1178 entendemos que nem todos ficam disponíveis quando o acesso é por visitante.  
1179 Mas de toda forma esses documentos estão todos disponíveis fisicamente na  
1180 pasta do processo. E como já foi dito em outras reuniões da CMI o Siam não é a  
1181 única ferramenta de consulta. Em todos os casos em que a sociedade civil não  
1182 tiver acesso aos documentos citados no parecer ou que não estiverem citados no  
1183 parecer, mas que não estejam disponíveis no Siam ou cujo protocolo não apareça  
1184 ou que teve um relógio amarelo, a sociedade pode entrar em contato ou por e-  
1185 mail ou por telefone e solicitar essa documentação. Então dizer que a sociedade  
1186 não teve acesso ao processo eu não posso concordar, porque são várias as  
1187 formas de acesso. Especificamente sobre as respostas do empreendedor sobre  
1188 os questionamentos que foram protocolados posteriormente à audiência pública,  
1189 a Vale encaminhou um documento para a Suppri com cerca de 92 páginas, foi  
1190 integralmente avaliado pela Suppri, e a gente se manifesta no parecer sobre  
1191 esses questionamentos, mais especificamente nas páginas 72 e 75. Em relação  
1192 às demandas da sociedade civil, relacionadas a emissão de material particulado,  
1193 poluição sonora, foram questões muito abordadas durante a audiência pública,  
1194 então nós tivemos muito cuidado em trazer isso da forma mais clara possível no  
1195 parecer. Então foi escrito que ‘apesar de evidências de conformidade nos  
1196 monitoramentos, as medidas de controle deveriam ser aprimoradas visando ao  
1197 bem-estar da população’. Em relação especificamente à emissão de material  
1198 particulado, ele cita diversas medidas mitigadoras que já foram trazidas pela

1199 equipe técnica no parecer como condicionantes. Em relação à execução prévia  
1200 dessas condicionantes que foi solicitada, principalmente apresentação do plano  
1201 de monitoramento da qualidade do ar, que se solicita que deveria ser prévio, a  
1202 Instrução Normativa 05/2019 traz que esse programa deve ser apresentado à  
1203 Gesar como condicionante do processo. Não existe previsão de se criar obrigação  
1204 antecipada como condição do licenciamento. Então foi tudo tratado na ordem que  
1205 deveria ser. Agora em relação aos questionamentos que embasaram o pedido de  
1206 retirada de pauta, eu acho que, inicialmente, nós devemos deixar claro que a  
1207 maioria das datas que estão no Siam são as datas em que os processos foram  
1208 inseridos no Siam, não são as datas em que os documentos foram protocolados  
1209 no órgão ambiental. Tem uma grande diferença quanto a isso. O processo foi  
1210 formalizado em 2014 na Supram Leste com toda documentação e todos os  
1211 estudos necessários para isso, conforme se pode verificar no recibo de entrega  
1212 de documentos que consta nos autos, o que inclui o EIA e o Rima, integrais. O  
1213 que aconteceu foi que, quando o processo vem para a Suppri, as meninas do  
1214 operacional fazem uma varredura de documentos conferindo, e nós verificamos  
1215 que o EIA não estava no Siam. Os volumes 2, 3 e 4 estão com data posterior a  
1216 2014, o que não significa que o EIA foi formalizado fragmentado; ele foi inserido  
1217 no Siam posteriormente. Em relação ao Rima, ele foi apresentado em 2014 na  
1218 formalização do processo certinho, o que aconteceu foi que o empreendedor  
1219 promoveu a publicação de requerimento de licença em jornal de grande circulação  
1220 para dar publicidade, e o Estado fez o mesmo, no 'Diário Oficial', em 27 de  
1221 setembro de 2019. Foi disponibilizado acesso ao Rima no sistema apropriado  
1222 para isso, que não é o Siam, mas o sistema de solicitação de audiência pública.  
1223 O link foi disponibilizado aos interessados com o Rima datado de 2019, uma  
1224 versão mais atualizada do que o Rima de 2014. E essa atualização foi motivada  
1225 principalmente pela atualização do diagnóstico do meio biótico. Em abril de 2019,  
1226 a Suppri solicitou, como informação complementar, que essa atualização fosse  
1227 feita. E com a possibilidade da realização de audiência pública em 2019 a Vale  
1228 atualizou esse Rima considerando esse diagnóstico do meio biótico atualizado.  
1229 Em 2020, após a audiência pública, foi formalizado um novo Rima, e esse Rima  
1230 foi solicitado na audiência pública. Os participantes solicitaram, e a Vale se  
1231 comprometeu a apresentar esse Rima. Agora eu vou passar para a Angélica  
1232 complementar, caso tenha ficado alguma." Angélica Aparecida Sezini/SEMAD: "A  
1233 Ana já passou grande parte das dúvidas, e eu vou me ater apenas a algumas  
1234 questões jurídicas que foram colocadas pelo Sr. Guilherme e também pelo  
1235 MovSAM. Sobre o que o Dr. Julio Grillo trouxe, a Ana já passou todos os pontos.  
1236 Eu quero me atender especificamente à questão da unidade de conservação, que  
1237 foi um ponto questionado pelo Sr. Guilherme em relação ao tombamento da serra  
1238 do Caraça como monumento natural. De fato, o artigo 84 das disposições  
1239 transitórias da nossa Constituição Estadual trata desse assunto. Contudo, apesar  
1240 de no caput do artigo ter a determinação do legislador à época – nossa  
1241 Constituição é de 89 –, de ter colocado como um bem tombado na forma de

monumento natural, tanto a serra da Piedade quanto a do Caraça, o Ibitipoca, ela também trouxe, logo no parágrafo 1º, que o Estado deveria providenciar no prazo de 360 dias, contados da promulgação da Constituição, a demarcação dessas unidades. Para alguns pontos, alguns locais citados no artigo 84, essa demarcação já foi feita, já existe legislação apropriada para isso. Mas especificamente para o Caraça não existe até hoje a regulamentação desse artigo. Então de fato não há legislação delimitando a área dessa unidade de conservação. Uma outra questão que ele trouxe para nós foi que o Plano Diretor do município de Catas Altas também traz a previsão de criação de uma unidade de conservação. E verificando a legislação municipal eu também constatei que, apesar dessa previsão no Plano Diretor, nós não temos a efetividade dessa determinação, não foi feito nenhum tipo de legislação nem estadual nem municipal declarando essa área como unidade de conservação. Então carece de regulamentação no sentido de dar efetividade à norma. Inclusive, o Ministério Público – o Sr. Guilherme já trouxe aqui para nós essa informação – entrou com uma ação civil pública em 2014 exigindo a regulamentação dessa unidade. Essa ação não foi julgada ainda, ela ainda está em tramitação. O último movimento dela já foi há mais de seis meses. A liminar que foi pedida à época foi indeferida. Então não é um assunto que está já decidido no âmbito do Legislativo, do Executivo e nem sequer do Judiciário. Então essa questão, infelizmente, nós não temos como resolver de outra forma se nós não temos legislação que dê suporte a qualquer decisão em sentido diferente desse que nós estamos tomando hoje. Uma outra questão abordada – e aí já pelo MovSAM – foi uma questão relativa ao rito processual do licenciamento. Nesse ponto, a ONG questiona a questão de ter havido audiência pública antes do EIA ou de EIAs/Rimas formalizados em momentos diferentes, inclusive posteriores à audiência pública. Na verdade, a Ana já trouxe isso para nós. O que aconteceu foi que nós abrimos o edital para uma audiência pública já o EIA atualizado, com o Rima atualizado, que é um documento de outubro de 2019. Ele atualizou o Rima de 2014. Então a audiência foi aberta com esse documento devidamente atualizado, inclusive atendendo a um pedido, uma solicitação da Suppri que foi feita em abril de 2019. Então a população teve acesso através do sistema de audiência pública a um documento que refletia a realidade em 2019 e não aquela descrita inicialmente em 2014. De fato, se você olhar o Siam, parece que há vários documentos, mas é um documento apenas, o momento de digitalização desse documento e de inserção no sistema é que foi diferente. As datas citadas no parecer de vista são reais, mas não refletem a formalização do processo, elas refletem a inserção dos documentos no Siam. Nós temos que lembrar que esse processo começou na Supram Leste de Minas em 2014 e só veio para a Suppri muito tempo depois. E quando um processo chega nós fazemos mesmo uma varredura verificando quais os documentos que estão no Siam, quais ainda precisam ser digitalizados. Então toda essa verificação processual acontece. E eventualmente pode haver documentos que não foram digitalizados à época e que estão sendo digitalizados

1285 nesse momento. Uma outra questão, a própria publicação do edital de audiência  
1286 pública, o requerimento para esse licenciamento foi feito em 2014, e nós só  
1287 tivemos uma publicação para audiência pública em 2019. Foi uma correção do  
1288 nosso sistema processual. Então não há ilegalidade nisso, há, sim, a correção de  
1289 dados que não foram feitos na época adequada. Então toda a documentação foi,  
1290 de fato, disponibilizada conforme tínhamos os documentos mais atualizados da  
1291 época. Após a audiência pública, de fato, houve apresentação de um novo Rima.  
1292 Isso foi, inclusive, pedido na audiência pública, já que o projeto foi alterado, já que  
1293 houve uma alteração significativa. Isso foi uma das exigências da própria  
1294 população presente na audiência pública, de que precisaria ter um novo  
1295 documento, mais atualizado. E isso foi feito pela empresa após a audiência  
1296 pública, conforme solicitado pela população e determinado pela Suppri. Uma outra  
1297 questão que foi debatida já – mas eu quero frisar – é em relação à declaração de  
1298 conformidade do município. A nossa legislação exige que os municípios se  
1299 manifestem em relação ao uso e ocupação do seu solo. Portanto, a declaração  
1300 de conformidade é necessária para esclarecer se a atividade que se pretende  
1301 licenciar está de acordo com o uso e ocupação do solo. Essa declaração pode ser  
1302 emitida a qualquer momento, desde que seja antes da emissão da licença. Se  
1303 nós estamos no processo discutindo o licenciamento, em qualquer momento a  
1304 prefeitura pode emitir essa declaração, não há exigência legal, não há exigência  
1305 administrativa de que essa declaração seja emitida antes da audiência pública,  
1306 isso não existe na nossa legislação. Nós como servidores públicos não temos  
1307 como exigir que o empreendedor apresente isso no momento de formalização do  
1308 processo ou anterior à audiência pública ou anterior a qualquer evento que seja.  
1309 Desde que seja antes da emissão da licença, essa certidão vai ser considerada  
1310 válida. O artigo 18 do Decreto 47.383 é muito claro nesse sentido. Então também  
1311 superamos esse questionamento que nos foi feito. E por fim, em relação à  
1312 modalidade de licenciamento, nos foi questionado que esse processo não poderia  
1313 se dar na maneira concomitante LP+LI+LO. Nesse sentido, além daquilo que já  
1314 foi dito, inclusive pela Sra. Isabel, da Vale, eu quero complementar a informação  
1315 que ela já deu, porque ela embasou na legislação, de que na época nós tínhamos  
1316 como entendimento do órgão ambiental a Orientação de Serviço nº 04/2017. E na  
1317 página 3 dessa Orientação de Serviço 04/2017 existe claramente a orientação do  
1318 Estado de que nós pudéssemos fazer a concomitância, ainda que para as classes  
1319 5 e 6, desde que houvesse na prática a comprovação de que a instalação do  
1320 empreendimento se confunde com a sua operação. Isso é o entendimento do  
1321 Estado, manifestado através dessa orientação formal, a qual nós acatamos. E por  
1322 isso o nosso parecer trouxe essa previsão da concomitância de licenças para este  
1323 empreendimento. Então eu acredito que nós superamos todos os pontos aqui que  
1324 foram discutidos, na forma técnica e na forma jurídica. Todas as questões foram  
1325 superadas, eu acredito que conseguimos esclarecer. Se porventura ainda houver  
1326 alguma dúvida em relação a isso, alguma dúvida jurídica, eu continuo aqui à  
1327 disposição. Agradeço ao Yuri, agradeço aos conselheiros e me coloco à

1328 disposição para qualquer outro questionamento.” Ribas/Suppri/SEMAD: “Só para  
1329 fazer uma informação para os conselheiros. Na verdade, nós temos um  
1330 documento até agora assinado pela Sra. Sandra Vita e pelo Sr. Guilherme, dentro  
1331 do processo, decorrente da audiência pública. Conforme foi informado na própria  
1332 audiência pública, todos os documentos, todas as considerações passadas pela  
1333 comunidade e documentos apensados ao processo decorrentes da audiência  
1334 pública seriam devidamente respondidos e tratados de forma condensada no  
1335 Parecer Único da Superintendência de Projetos Prioritários, como acontece em  
1336 todos os processos. Nós não fazemos uma seleção de documentos que nós  
1337 vamos respondendo um a um tempo dentro de um processo administrativo. A  
1338 Superintendência que está analisando o projeto faz a sua manifestação através  
1339 do Parecer Único. Isso foi esclarecido na audiência pública, que eu tive o prazer  
1340 de presidir. Foi uma audiência pública muito bonita, muito limpa, todas as pessoas  
1341 puderam falar tranquilamente, não houve nenhuma intercorrência. Talvez uma ou  
1342 outra aparição de pessoas um pouco mais animadas, isso acontece em todas as  
1343 audiências. Fora isso, com relação à discussão do processo, nenhuma  
1344 intercorrência na audiência, todos os que se manifestaram tiveram resposta, não  
1345 ficou resposta faltando. Quem se manifestou depois por escrito, essas  
1346 manifestações foram enviadas à empresa, que trouxe as respostas e que estão  
1347 no processo. E aquilo que diz respeito à análise está respondido no Parecer  
1348 Único. Está no parecer, isso foi tratado, está lá, nós não ocultamos nenhuma  
1349 informação em relação a isso. Em relação às outras informações, me parece que  
1350 já ficou bastante claro que não houve inversão do rito, não houve fragmentação  
1351 de estudo, nós seguimos à risca a legislação, e mais ainda do que seguir à risca  
1352 a legislação nós exigimos a atualização, que não está prevista em legislação  
1353 específica. Mas nós exigimos a atualização porque os estudos tinham cinco anos.  
1354 E aí nós falamos ‘precisa atualizar porque estão velhos’. Isso foi levado à  
1355 consideração da população. Em última instância, não há que se falar de  
1356 invalidação, por exemplo, da audiência pública porque mudou o projeto. Na  
1357 verdade, é decorrência da própria existência da comunidade que o projeto mude.  
1358 E ele foi reduzido, impactos foram reduzidos. E aí o que a legislação diz, o que a  
1359 DN 225 trata? Que quando houver alteração do projeto que possa incrementar  
1360 impactos ambientais, aí, sim, deve-se abrir novo prazo de audiência pública. Mas  
1361 quando for para reduzir não precisa. Por óbvio, nós estamos tratando de muito  
1362 menos impactos, nós reduzimos o escopo. E isso foi motivo, inclusive, de elogio  
1363 do Julio, a redução de escopo e a melhoria desse projeto de forma que a  
1364 sociedade sinta cada vez menos. Nós ficamos à disposição para qualquer dúvida  
1365 dos conselheiros que ainda restar.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Eu só  
1366 queria respondeu ao Guilherme, que citou a ANM, mas confesso que não entendi  
1367 muito bem a pergunta dele. Ele falou de um parecer, e só com o número eu não  
1368 consegui identificar do que se trata. Mas eu acredito, se entendi a pergunta dele,  
1369 que a Dra. Angélica, da Suppri, já respondeu, a questão da demarcação da  
1370 unidade de conservação. Outro detalhe que eu acho interessante ressaltar é que



1371 esse processo que é citado no parecer 930/583/88 é um grupamento mineiro.  
1372 Então são seis processos que fazem parte desse grupamento que são da década  
1373 de 50. Um é da década de 30. Então bem anterior à unidade de conservação. Eu  
1374 não sei se respondi ao Sr. Guilherme. Confesso que não entendi muito bem a  
1375 pergunta dele, mas estou à disposição.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
1376 “Tanto para a Angélica quanto para a Ana Luiza: as explicações estão muito boas.  
1377 Tem um ponto que ainda para mim não foi explicado, não foi abordado por  
1378 ninguém aqui. Tem outro do qual eu discordo fundamentalmente, mas esse ponto  
1379 ainda não foi esclarecido. É o seguinte: nós teremos uma perda nas águas  
1380 termais. Isso é passível de ser revertido no futuro? E a segunda parte: existe  
1381 alguma compensação para aquele município, específica, por estar perdendo,  
1382 mesmo que temporariamente, uma fonte de receita que seria da exploração das  
1383 águas termais? Agora, para mim, o mais importante é: como é que fica essa  
1384 situação no futuro? Esse é um ponto que estou perguntando. Agora, tem um ponto  
1385 aqui de que eu discordo, que é o seguinte. Eu não fico satisfeito de aumentar, de  
1386 fazer um rebaixamento de lençol freático tão significativo, de duzentos e tantos  
1387 metros, sem que vejamos também, complementarmente, tudo que tem no  
1388 entorno. Nós estamos ali embaixo daquela parede da serra do Caraça que está  
1389 exatamente atrás do Inficionado. Eu já subi e dormi no Inficionado umas quatro  
1390 ou cinco vezes. Mas tem nascentes de água lá em cima, não nos últimos 100 m,  
1391 mas um pouco abaixo. Elas vão ser afetadas no futuro com esses rebaixamentos?  
1392 Eu não sei, eu não estou seguro com isso. Pode não estar sofrendo impacto em  
1393 função desse rebaixamento, mas pode estar sofrendo impacto em função do  
1394 conjunto. Eu acho que é necessário que conheçamos a dinâmica, tenhamos um  
1395 modelo integrado, hidrográfico, de águas profundas e superficiais, considerando  
1396 os impactos de todas aquelas mudanças. Sem isso eu acho complicado deliberar,  
1397 porque estaríamos deliberando sobre o futuro, e sobre um futuro que também  
1398 pode significar fonte de receita, nas águas termais, principalmente, mas também  
1399 em outros lugares. Perdemos determinadas nascentes, determinados contextos,  
1400 e ali no futuro se tem um impacto. Então era só essa a minha consideração final.”  
1401 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Teve um representante da empresa,  
1402 um engenheiro hidrogeológico, que falou justamente sobre essa questão em  
1403 relação às águas termais. Ele até estava falando de 40%. Então eu solicito que o  
1404 Sr. Frederico ou então alguém da empresa possa complementar essas respostas  
1405 justamente em relação às águas termais, se há compensação em relação ao  
1406 prejuízo. E depois nós vamos debater também, caso seja deferido o processo, a  
1407 sugestão do José Angelo em relação a condicionantes de paralisação das  
1408 atividades. Seria um segundo debate. E a questão ainda do rebaixamento. Eu  
1409 acho que ficaram essas questões colocadas pelos conselheiros. Embora já  
1410 respondidas, podemos retornar a elas. Então já solicito o retorno posterior,  
1411 voltando ao Conselho, ao Sr. Frederico e à Sra. Isabel.” Frederico Lemos/Vale  
1412 S/A: “Eu agradeço ao Julio pelos pontos colocados, eu acho que é importante  
1413 realmente a discussão que temos aqui. Como eu falei inicialmente, dei uma visão

1414 geral sobre essas diferenças entre os modelos integrados regionais e os modelos  
1415 localizados. Quando tratamos desse modelo localizado, no caso aqui, eu falei  
1416 sobre a dimensão do modelo, dos 40 km<sup>2</sup>, da dimensão de 2 km<sup>2</sup> da nossa cava.  
1417 E esse modelo engloba toda a geologia da região. Se você pega o relatório, o  
1418 nosso modelo, vai ver que tem na parte esquerda do modelo a serra do Caraça e  
1419 na parte central do modelo a formação ferrífera e na parte direita o Minas  
1420 Piracicaba e todas as rochas que estão ali encaixantes, de baixa permeabilidade.  
1421 Esse modelo fez essa análise integrada, similar até àquela discussão que tivemos  
1422 há cerca de um mês sobre o modelo de Fábrica Nova também, que eu falei sobre  
1423 essas zonas de fluxo. E essas zonas de fluxo exatamente permitem fazer essa  
1424 avaliação de redução de vazão. Então quando você questiona alguma redução  
1425 de vazão específica em algum ponto você coloca a sua zona ali, e essa zona vai  
1426 te mostrar quanto que vai ser essa redução. Nesse modelo – isso está no parecer  
1427 até –, foi calculada uma redução geral de 38%. Obviamente, tem reduções  
1428 maiores, como por exemplo na zona 10, que foi comentado onde era 60%, uma  
1429 outra zona que tem 20%. Então vai haver alguma redução? Pelo calculado pelo  
1430 modelo, sim, e é esse o geral que foi apresentado de 38%. Em relação  
1431 especificamente a água termal, tem essa redução também calculada de 40%. Se  
1432 chego para você e digo: ‘Nós vamos fazer reposição com água de bombeamento  
1433 nas reduções de vazões.’ Obviamente, eu não posso usar essa água de  
1434 bombeamento para poder fazer essa reposição ali. Então o que estamos  
1435 buscando hoje é: nós temos esse modelo conceitual com esse entendimento  
1436 dessa redução de 40%, essa água termal não tem reposição durante essa  
1437 operação. Após a operação, tem a recuperação, em geral, ao longo do tempo do  
1438 lençol freático, de todas as rochas encaixantes etc. E a forma que a Vale  
1439 encontrou – e isso até o Luiz Cláudio falou – é um suporte turístico, além das  
1440 águas termais, um projeto de turismo, além das águas termais, para a  
1441 comunidade de Morro de Água Quente e de Catas Altas. Mais da parte técnica,  
1442 entendermos melhor aquilo ali antes que a gente cause algum impacto. Porque  
1443 as análises preliminares que tem mostram que essa água tem uma característica  
1444 hidroquímica diferente da água da cava. Então o que estamos buscando? Isso já  
1445 conversamos com professores aqui das universidades para fazer esse  
1446 mapeamento geológico para ver o que está condicionando pontualmente. E além  
1447 disso aquele outro ponto também de que eu falei sobre análise isotópica, para  
1448 poder ver o tempo de residência dessa água, quanto tempo essa água passa lá  
1449 por baixo para poder chegar àquele ponto, porque é uma coisa extremamente  
1450 pontual e dentro desse contexto regional é mais complexa de ser entendida. Então  
1451 calculamos para o nosso modelo a redução de 40%, não tem uma reposição  
1452 específica para essa água termal ali, mas o que estamos fazendo é poder  
1453 entender melhor e, dentro desse entendimento melhor, melhorar o nosso modelo  
1454 conceitual, antes que causemos algum impacto. Porque também estamos falando  
1455 40%, mas não estamos falando 40%, a licença foi deferida hoje, e amanhã  
1456 estamos provocando esse impacto de 40%. Tudo na hidrologia é um processo,

um processo longo, porque estamos falando de parâmetros de condutividade hidráulica, de armazenamento, envolve os parâmetros hidrológicos também de regimes pluviométricos etc. Então hoje a resposta é basicamente isso dentro dessa linha. Eu não sei se foi suficiente, se esclareceu as questões que foram levantadas.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Só complementar aqui para o Frederico. Já chegamos assim: enquanto tem a exploração da mina, tem uma perda de 40%. Mas e após a exploração da mina, vamos dizer daqui a cem anos? Qual é a garantia de que nós voltaremos a ter 100% das águas termais?” Frederico Lemos/Vale S/A: “Em relação a isso, a experiência que temos em operações similares, eu acho que isso foi até levantado também na reunião que tivemos sobre Fábrica Nova, e temos um exemplo disso hoje, que é na mina de Águas Claras, em Belo Horizonte, que é a recuperação gradual dos fluxos subterrâneos prévios à operação mineira. Então o que temos é exatamente isso: vai ter esse rebaixamento ao longo do período operacional, e, após o encerramento e a paralisação desses postos de bombeamento, o aquífero sempre vai buscar o equilíbrio dele novamente prévio às operações, e a tendência novamente é que tanto as nascentes como a fonte termal estejam recompostas à condição anterior ao rebaixamento. Porque o rebaixamento que você faz é causar uma alteração pontual e temporária. Então uma direção de fluxo que você tinha, prévio ao empreendimento, vai ser modificada durante o empreendimento, e após a paralisação vai ter a interrupção daquele cone de rebaixamento ali, pontual, e o fluxo subterrâneo volta à sua condição natural.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Frederico, eu estou gostando muito das suas explicações, mas ainda não estou me sentindo confortável e seguro a respeito do seguinte: você mesmo falou que a análise química da água que vem pelo lençol freático para a cava é diferente da análise química da água termal. Claro, se não teríamos temperaturas idênticas ou a média de todas as temperaturas. Isso quer dizer que do ponto de vista do lençol freático você está tendo duas fontes distintas, mas essas fontes distintas, quando vão chegando – ao menos até onde eu estou entendendo – à superfície, vão ter aqueles cones que puxam a água numa determinada direção. Eu acho que é perfeitamente plausível supor que no futuro você não restabeleça integralmente a reposição das águas termais justamente porque você alterou esses cones de vazão dos lençóis freáticos com esse rebaixamento. O rebaixamento ali, nós temos que notar o seguinte, são 280 m de rebaixamento. Eu acho complicado tentar prever aqui agora, sem ter um estudo muito mais elaborado, qual é a consequência desses 280 m de rebaixamento para o futuro. Eu acho realmente complicado. Agora, eu entendi perfeitamente a sua explicação. Quando não temos uma água que é completamente diferente das outras, depois que acabou a exploração, teoricamente, vai ter uma recomposição com os lençóis freáticos. Não necessariamente das nascentes, porque em alguns casos o rebaixamento do lençol freático é definitivo. Em alguns casos, sim, você não recompõe aquelas nascentes.” Frederico Lemos/Vale S/A: “Exatamente isso, o cone de rebaixamento é temporário. E esse rebaixamento, quando fazemos

1500 uma análise comparativa entre as outras operações, é muito menor do que em  
1501 geral tem em Alegria ou teve na mina de Águas Claras ou tem na mina de Fábrica  
1502 Nova, por exemplo, e é bem restrito ali. Se você olha, geologicamente, a formação  
1503 ferrífera está bem espessa ali na região onde tem a projeção da cava e vai  
1504 afinando para norte e para sul. Então quando você faz o rebaixamento você faz  
1505 rebaixamento bem específico ali. Até por isso mesmo, quando você verifica  
1506 aquele mapa de reduções, você vê que são praticamente nulas as reduções  
1507 distantes da região da cava. Então a nossa expectativa sempre, com base em  
1508 experiência passada, novamente, e base na experiência que temos hoje na mina  
1509 de Águas Claras, essa recomposição, e o que a Vale está se propondo a fazer  
1510 em relação a essas expectativas é o refinamento do conhecimento. Porque na  
1511 realidade o refinamento do conhecimento é a prática da modelagem numérica.  
1512 Você faz uma modelagem numérica preliminar, obtém respostas, e essas  
1513 respostas vão guiar as investigações futuras que vai ter ali naquela análise. Se  
1514 você pensa de ter um pleno conhecimento antes de fazer a modelagem numérica,  
1515 isso também não é possível, porque a própria modelagem numérica vai guiar  
1516 conhecimentos posteriores. Então nós temos essa modelagem, estamos  
1517 pleiteando. Essa diminuição não é para amanhã, essa diminuição é para o longo  
1518 prazo. E nesse longo prazo o que estamos querendo? Vamos entender e refinar  
1519 esse nosso modelo conceitual para lá na frente, anualmente, nós apresentamos  
1520 esse modelo numérico para o IGAM, e o IGAM: 'O pessoal está fazendo novas  
1521 investigações, esse conceito aqui mudou.' Porque isso pode acontecer, é natural  
1522 que aconteça, que o conhecimento que estamos debatendo e analisando aqui  
1523 mude, porque o conhecimento, afinal de contas, é mutável com base nas  
1524 informações que vamos adquirindo. Então o que nós já estamos fazendo é isso,  
1525 um mapeamento geológico-estrutural e esse mapeamento de caracterização  
1526 isotópica das águas subterrâneas para que ajudem e balizem esse nosso  
1527 refinamento dessa nossa modelagem numérica. De qualquer forma, agradeço,  
1528 Julio, pelas colocações. Eu acho que é sempre engrandecedor para a própria  
1529 melhoria nossa também, melhoria dos modelos que são desenvolvidos aqui no  
1530 Brasil. Eu acho que isso é bem importante." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
1531 Nunes de Lima: "Primeiramente, eu queria contextualizar ao Guilherme, que fez  
1532 uma questão a respeito à água amarela lá de Águas Claras, de Catas Altas. Eu  
1533 não tenho conhecimento da qualidade da água, porque frequentei Águas Claras  
1534 há 50 anos, quando iniciamos exatamente uma exploração da mina de Fazendão.  
1535 Então isso foi bem no início, eu era muito pequeno, então não tinha consequência  
1536 nenhuma naquela ocasião. Mas de qualquer forma eu acho que as explicações  
1537 que foram dadas, tanto pelo Luiz Cláudio, como e principalmente agora pelo  
1538 Frederico, me deixam tranquilo com relação a qualquer tipo de decisão. Foram  
1539 muito bem contextualizadas e muito bem explanadas. A outra coisa é com relação  
1540 à equipe da Suppri. Eu acredito que tanto o Ribas, a Dra. Angélica e a Ana Luiza  
1541 foram muito felizes em todas as explicações. Eu vejo que a conduta das  
1542 Superintendências tem sido muito adequada aos princípios legais e aos princípios

1543 lógicos de tudo que se passa aqui. Absolutamente, eu não quero fazer  
1544 comparações. Mas vejo também. Ontem, quando estive participando também da  
1545 Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, eu notei a mesma coisa, nós tivemos  
1546 colocações idênticas às que estamos tendo aqui, essas colocações do Grillo, a  
1547 respeito de avaliação integrada e outras colocações feitas aqui por outros colegas,  
1548 como o Zé Angelo. E vi a presença realmente adequada, uma presença constante  
1549 e responsável das Superintendências Regionais. Então quero deixar isso  
1550 também, porque isso, presidente, nos dá exatamente isso que nós precisamos,  
1551 que o próprio Julio fala: nós precisamos de conforto para decisão. Então eu me  
1552 sinto realmente confortável para tomar decisões aqui na nossa Câmara, a CMI,  
1553 com tranquilidade. As colocações da Vale, as colocações dos seus técnicos, da  
1554 Isabel. Então eu me sinto muito bem. E como engenheiro de minas,  
1555 representando a nossa Sociedade Mineira de Engenheiros, eu vejo que as coisas  
1556 estão certas, as coisas devem ser conduzidas da forma como estão sendo. E  
1557 parabéns, mais uma vez, Yuri, a sua conduta tem sido exemplar.” Presidente Yuri  
1558 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu que agradeço, Dr. Orsini, pelas palavras. Eu acho  
1559 que falo por mim e pela equipe do Ribas e das Superintendências. É por isso que  
1560 quando solicitam a retirada de pauta ou a baixa em diligência, primeiro, eu escuto  
1561 a equipe, porque acho que toda colocação tem, no mínimo, dois pontos para  
1562 serem vistos. Então eu nunca me arrependi de ter escutado a equipe e até hoje  
1563 nunca me arrependi das decisões que tomei na condução das reuniões, todas  
1564 fundamentadas nos pareceres e nas manifestações técnicas da  
1565 Superintendência. E mais uma vez eu parabenizo a equipe da Suppri, o Rodrigo  
1566 Ribas, a Ana Luiza, a Angélica, que esclareceram, pelo menos nas minhas  
1567 anotações aqui, todos os pontos. É o que eu sempre digo, às vezes nós não  
1568 ficamos contentes com as colocações, com algumas ponderações e ficamos na  
1569 dúvida, mas a linha de tempo que foi traçada pela Ana Luiza, pela Angélica, até  
1570 pelo Rodrigo esclareceu todas aquelas divergências em relação às declarações.  
1571 Então tendo em vista também as colocações do próprio empreendedor eu vou  
1572 manter o processo em pauta e levá-lo a julgamento. E que fiquem registradas em  
1573 ata todas as colocações e as minhas decisões. Eu questiono aos senhores se tem  
1574 alguma consideração final para fazer o encaminhamento para votação.”  
1575 Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Primeiramente, eu gostaria também de  
1576 parabenizar a equipe da Suppri. Certamente isso traz muita segurança e acredito  
1577 que muito conforto no momento de tomarmos qualquer decisão em relação ao  
1578 nosso parecer. Eu só gostaria de esclarecer um ponto, que eu sei que não faz  
1579 parte do processo, mas concordo muito também, no momento em que se discute  
1580 a questão ambiental, que seja efetivamente olhado o processo como um todo. Em  
1581 relação à questão dos processos de contenção de sedimentos, na verdade, é uma  
1582 curiosidade que eu tive, acho que seria só interessante que isso fosse esclarecido.  
1583 Em relação às barragens de contenção de sedimentos, eu até fiz uma anotação  
1584 aqui: Mosquito e Dicação Leste, juntamente com os diques de Paracatu, das Cobras  
1585 e Lavra Azul. O que despertou a minha curiosidade foi saber que esses dois

1586 últimos diques foram submetidos a processo de descaracterização e a partir do  
 1587 momento que eu olhei isso está muito claro no parecer. Foi também comentado  
 1588 que as barragens, no caso, Mosquito e Didão Leste, estão com as suas  
 1589 declarações de estabilidade de acordo mesmo com os procedimentos requeridos.  
 1590 Eu sei que essas barragens, especialmente a de Mosquito, eu acho, também  
 1591 servem de captação. Daí eu entendo até o motivo de ser uma barragem, no caso,  
 1592 para atuar como um sistema de contenção de sólidos. Mas eu queria saber, no  
 1593 horizonte de vida útil do empreendimento, se há uma previsão de  
 1594 descaracterização dessas barragens. É um ponto que eu gostaria que fosse  
 1595 esclarecido. Seria mais ou menos isso, uma informação que eu gostaria de obter.  
 1596 No caso, não sei se seria da Suppri ou da própria Vale. Mais uma vez, deixando  
 1597 claro que essas dúvidas eu acho que até aparecem decorrentes do nível técnico  
 1598 do parecer, que recebemos, e isso traz muito conforto. Mas especificamente sobre  
 1599 esses pontos eu gostaria só de saber se há alguma previsão ou se não é o caso.  
 1600 É mais um esclarecimento nesse sentido.” Renan/Engenheiro geotécnico/Vale  
 1601 S/A: “De fato, já teve a descaracterização concluída dos diques Cobras e Lavra  
 1602 Azul. Estamos em processo de verificação de estudo sedimentológico do dique  
 1603 Paracatu para descaracterização. Quanto à barragem Didão Leste e a barragem  
 1604 Mosquito, no momento, a curto prazo, ainda não tem previsão de execução de  
 1605 projetos de descaracterização dessas estruturas, por serem importantes para o  
 1606 complexo Mariana, mina Fazendão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 1607 “Maria Eugênia, alguma colocação adicional.” Conselheira Maria Eugênia  
 1608 Monteiro: “Acho que não. Eu imaginei isso no parecer, no caso da barragem, de  
 1609 ela atuar como fonte de recursos mesmo, de captação do próprio sistema. Era  
 1610 isso mesmo, eu agradeço o esclarecimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 1611 Trovão: “Mais algum conselheiro quer fazer uso da palavra, algum destaque? Não  
 1612 havendo, eu vou colocar em votação o item 5.1 da nossa pauta, Vale S/A,  
 1613 Complexo Mariana. Processo Administrativo 312/1996/045/2015. Em votação.  
 1614 Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra,  
 1615 Fiemg, SME e Abes. Abstenções: Relictos e ProMutuca. Justificativa de voto  
 1616 favorável. Conselheiro Wagner Soares Costa: “A Fiemg vota favorável porque  
 1617 considerou que todas as dúvidas levantadas foram muito bem respondidas pelo  
 1618 grupo da Suppri, pelos técnicos da Suppri, e pelos técnicos da empresa, não  
 1619 deixando dúvidas para o futuro.” Justificativas de abstenções. Conselheiro José  
 1620 Angelo Paganini: “Pela ausência de certeza de que os impactos e sua mitigação  
 1621 foram avaliados adequadamente ou feitos de forma isolada e não integrada.”  
 1622 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Antes de mais nada, quero aplaudir as  
 1623 explicações do empreendedor. No caso da Vale, o Frederico foi muito claro nas  
 1624 explicações. A explanação do Rodrigo, da Ana Luiza e da Angélica foram também  
 1625 muito boas. Mas eu não fiquei confortável, não estou me sentindo confortável com  
 1626 o total das explicações. Aí dividido em três partes. A primeira: sem que haja uma  
 1627 avaliação realmente integrada de todo aquele complexo e não só da mina, eu fico  
 1628 muito inseguro sobre quais serão os impactos hidrológicos na região. Mais

1629 especificamente. No todo, é isso. Segundo ponto: no caso das águas termais, eu  
1630 acho que esse é um bem para séculos e não estou seguro quanto à recuperação  
1631 disso após o encerramento da mina. Eu não estou fazendo uma afirmação de que  
1632 não se recomporá, mas eu não estou seguro em função do nível, do estado dos  
1633 estudos que podem ser apresentados atualmente nessa situação. E por último eu  
1634 gostaria que a Teca estivesse aqui ainda – ela está fora do ar – para essa parte  
1635 mais legal da tramitação do processo. Ali eu ainda também não me senti  
1636 completamente seguro. Em função de tudo isso, o meu voto é pela abstenção. Eu  
1637 entrei nessa votação com a intenção de votar pelo indeferimento, mas as  
1638 explicações que eu recebi me tiraram do indeferimento para abstenção.”  
1639 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Aprovado por dez votos favoráveis e  
1640 duas abstenções. José Angelo, o senhor fez uma colocação em relação a uma  
1641 possível condicionante. O senhor quer se manifestar ou podemos dar seguimento  
1642 à nossa pauta?” Conselheiro José Angelo Paganini: “Pelas explicações que foram  
1643 colocadas, nós vamos ter uma redução certa e líquida de 40% da vazão nas fontes  
1644 hipotermiais. Eu acho que essa redução é uma perda significativa para a  
1645 comunidade e deveria ser compensada de alguma forma. Agora, se essa perda  
1646 for maior que esses 40%, que está estimada, eu acho que o empreendimento tem  
1647 que parar até que retorne o valor apresentado e estimado no projeto. Então nesse  
1648 sentido é que eu estava propondo a condicionante de interrupção do  
1649 rebaixamento e das operações, consequentemente, até restabelecer as  
1650 condições estabelecidas no Parecer Único. Seria que vai ter uma redução de  
1651 40%, essa redução vai ser compensada, vai ser negociada com a comunidade,  
1652 prefeitura e comunidade, vai ser compensada. Mas acima disso é inaceitável. É  
1653 inaceitável uma redução maior disso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
1654 “Você quer redigir? Redija para nós, que vamos colocar no quadro, enquanto  
1655 debatemos a sugestão do senhor. Redija para nós, ou se o senhor quiser falar a  
1656 redação específica, porque aí nós jogamos no quadro antes de colocar em  
1657 votação. Enquanto isso, vamos debatendo.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD:  
1658 “Senhor presidente, antes de qualquer decisão, eu acho realmente importante  
1659 ouvir do hidrogeólogo do empreendedor a respeito desses impactos possíveis,  
1660 porque está se estabelecendo um volume de 40% que foi apresentado como  
1661 volume médio de impacto sobre a disponibilidade hídrica afetada pelo  
1662 rebaixamento, e não necessariamente ela vai se reproduzir em todas as áreas.  
1663 Isso eu acho que ele tem a possibilidade de discutir mais aprofundadamente. Nos  
1664 estudos dele, ele já falou aqui mais cedo que vai ter área de 60% de impacto. Em  
1665 primeiro lugar é isso. Em segundo lugar, é preciso tomar muito cuidado porque  
1666 esses impactos do rebaixamento já foram tratados no órgão ambiental correto,  
1667 que é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Os impactos foram tratados na  
1668 outorga. E aí nós estaríamos colocando uma condicionante, a Câmara de  
1669 Atividades Minerárias vai estabelecer uma condicionante que contraria a próxima  
1670 outorga dada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Eu acho que isso  
1671 causa uma grande insegurança jurídica. E causar insegurança jurídica é uma

1672 vedação da Lei 14.184/2002, dos Processos Administrativos. É estranho ao órgão  
1673 ambiental, seja qual for a sua estrutura, causar insegurança jurídica, porque a Lei  
1674 de Processo Administrativo assim impede, em segunda instância. Em terceira  
1675 instância, o Parecer Único da Suppri já trouxe a condicionante nº 9, que deixa  
1676 muito claro. Aí eu quero voltar um pouquinho na discussão, senhor presidente.  
1677 Me parece que a discussão a respeito das águas termais apresentada nesta  
1678 Câmara foi sempre a respeito dos usos possíveis dessas águas termais. Nós  
1679 estamos falando de usos turísticos e apropriação econômica de um serviço  
1680 ambiental, de um bem natural. Nós não estamos tratando do valor intrínseco da  
1681 água. Nós estamos tratando de capacidade de apropriação de uma água que tem  
1682 características físico-químicas diferenciadas das demais. Nós já tratamos da  
1683 reposição da água, como um todo, mas agora estamos tratando da apropriação  
1684 econômica pela comunidade e seu uso turístico das águas termais. Quanto a isso,  
1685 o Julio Grillo já deu o ok, que ele está de acordo. A condicionante nº 9, aquela que  
1686 foi tratada pela Isabel e também pela Ana Luiza, já deu essa condição da garantia  
1687 do uso econômico das águas termais. Eu vou ler rapidinho: 'Apresentar programa  
1688 de fomento à melhoria produtiva e econômica.' Aí é muito mais ampliado. Não é  
1689 só turístico, mas também turístico. '... visando apoiar técnica, administrativa ou  
1690 financeiramente projetos ou ações que abranjam as potencialidades econômicas  
1691 locais.' De todas as ordens. Continua: 'O programa deverá incluir o plano de  
1692 turismo conforme sugerido pelo empreendedor no ofício...' '... no qual serão  
1693 contemplados o valor histórico e cultural da fonte hipotermal, as suas condições  
1694 atuais e a relevância para o turismo do município e que deverá propor medidas e  
1695 ações relacionadas à fonte hipotermal.' Já há o estabelecimento de uma  
1696 condicionante que determina ao empreendedor a necessidade de apropriação  
1697 econômica e turística da fonte hipotermal pela comunidade. Então eu acho que  
1698 em lugar de gerar uma trava no processo, que pode causar a inviabilidade do  
1699 empreendimento, inclusive gerando insegurança jurídica sobre o processo,  
1700 contrariando uma outorga já dada, a condicionante 9 já trouxe a condição  
1701 necessária para que haja apropriação social. Esse programa de fomento é feito  
1702 com a comunidade, com a sociedade, através, primeiro, dos seus representantes  
1703 legítimos, a prefeitura, secretário de Turismo, secretário de Meio Ambiente do  
1704 município. Mas já há uma determinação dessa própria Câmara, que acabou de  
1705 aprovar. Essa condicionante acabou de ser aprovada. Já há uma determinação  
1706 desta Câmara para que se faça apropriação econômica e turística da fonte  
1707 hipotermal. Claro, a Câmara é soberana, mas nesse caso eu acho que aquilo que  
1708 está sendo proposto pelo próprio Julio Grillo, não sei se pelo José Angelo, a  
1709 garantia de manutenção e apropriação dessa fonte, já está estabelecido na  
1710 condicionante. Eu acho, no meu entendimento, desnecessário estabelecer uma  
1711 trava." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só esclarecendo aos senhores  
1712 conselheiros e àqueles que nos veem, é direito do conselheiro debater, discutir a  
1713 matéria, votar e propor condicionantes. Independentemente da condição, se o  
1714 José Angelo quiser propor a condicionante, nós vamos colocá-la em votação.



1715 Certo é que nós, secretaria executiva – e aí entram o Rodrigo e a equipe da Suppri  
1716 –, somos obrigados a prestar assessoria técnica e jurídica. É o que o Rodrigo está  
1717 fazendo aqui neste momento. E aí eu já aproveito o gancho do Rodrigo para  
1718 informar que, quando as outorgas são deferidas, elas possuem condicionantes. E  
1719 quando há descumprimento dessas condicionantes impostas em uma outorga  
1720 isso leva ao indeferimento da outorga, e pode estar aí a suspensão também.  
1721 Então, como eu disse, e o Wagner já adiantou isso em determinado momento,  
1722 logo no início, a outorga foi vista pelo CERH. Isso é um fato. Outro fato, se estou  
1723 entendendo o que o José Angelo está querendo levar, não a análise dessa  
1724 outorga, mas uma condição de suspensão caso ela seja desobedecida. Vamos  
1725 colocar dessa forma. O que já deve estar previsto. Eu não conheço as  
1726 condicionantes da outorga. Isso provavelmente pode estar dentro da outorga, que  
1727 o descumprimento de uma das condições da outorga concedida leva justamente  
1728 ao indeferimento ou suspensão daquele processo. Mas nós vamos debater aqui,  
1729 vou abrir, sim, a possibilidade da manifestação do empreendedor. Nós vamos  
1730 fazer igual fizemos agora com o processo: vamos debater e chegar a um  
1731 consenso sobre a proposta do Sr. José Angelo.” Conselheiro José Angelo  
1732 Paganini: “Eu queria esclarecer que não estou questionando as condicionantes  
1733 da outorga nem as condicionantes impostas pelo Parecer Único. Mas só acho que  
1734 essas condicionantes não garantem a perenidade das fontes hidrotermais. As  
1735 condicionantes colocadas pela outorga são relativas ao aumento do  
1736 monitoramento, que vai monitorar mais e saber o que está acontecendo, mas só  
1737 isso. Não tem nenhuma providência séria para ser tomada. Só a divulgação  
1738 desses estudos para a comunidade etc. Então o que eu estou propondo é que, se  
1739 forem descumpridas, se alterar a quantidade, qualidade e temperatura das áreas  
1740 previstas no Parecer Único e na outorga, então teria que ser suspenso o  
1741 rebaixamento imediatamente. Isso em lugar nenhum está falando. Está falando  
1742 que vai compensar fazendo plano de turismo, de atividades econômicas etc., pela  
1743 redução de 40% que está sendo estimada. E se passar disso vai continuar, vai  
1744 acabar a fonte hidrotermal? Então eu acho que tem que ter um limite. Até quanto  
1745 isso é possível? Nós estamos sugerindo o que foi estabelecido no Parecer Único.  
1746 E foi falado: 40% no máximo de redução. Para esses 40%, a Vale vai fazer um  
1747 plano de turismo, vai implementar atividades econômicas etc. E se passar disso  
1748 como é que fica? Eu estou propondo que, se passar disso, interrompe o  
1749 rebaixamento. Seria a minha consideração.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Há  
1750 uma discrepância entre o texto que está sendo apresentado aqui e a informação  
1751 dada pelo conselheiro. O conselheiro, por duas vezes, afirmou que, quando  
1752 passar de 40%, quem garante o que vai acontecer. Então ele estabeleceu, pelo  
1753 menos no discurso, a trave nos 40% de impacto. E aqui no texto está qualquer  
1754 quantidade. Há uma previsão de impacto e de redução nas fontes termiais. Essa  
1755 redução de impacto já foi analisada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos,  
1756 avaliada, e o impacto foi considerado possível de ser autorizado. E desse jeito  
1757 que está a proposta de condicionante não há previsão de impacto. Então contradiz

1758 o texto da própria outorga. É preciso que se estabeleça então se serão os 40%  
1759 na proposta ou será integralmente na proposta de condicionante, porque senão  
1760 depois não temos como fazer cumprir um ou outro.” Presidente Yuri Rafael de  
1761 Oliveira Trovão: “José Ângelo, a condicionante está sendo proposta pelo senhor.  
1762 O senhor quer fazer uma modificação conforme a observação do Rodrigo?”  
1763 Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu acho que pode até ser modificada, mas  
1764 ela está falando da alteração da qualidade, quantidade e temperatura, das  
1765 condições previstas no Parecer Único. Então o que se estabeleceu no Parecer  
1766 Único é o parâmetro. Se for 40%, é 40%.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
1767 Trovão: “Entendido o que o José Angelo está colocando?” Rodrigo  
1768 Ribas/Suppri/SEMAD: “Entendido, mas acho que ainda gera dúvida.” Conselheiro  
1769 José Angelo Paganini: “O que você sugere que seja a condicionante?” Presidente  
1770 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A sugestão da Suppri é que não haja essa  
1771 condicionante, eles entendem que isso foi deferido pelo CERH e que as  
1772 condicionantes já sugeridas dentro do Parecer Único já cumprem as demais  
1773 funções. Por isso que eu quero deixar claro, em que pese as observações do  
1774 Rodrigo Ribas, que a condicionante está sendo sugerida pelo senhor, no que pese  
1775 podermos tentar melhorar aqui.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Do jeito que  
1776 está se apresentando está meio confuso.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Senhor  
1777 presidente, eu acho que se colocar ‘além daquelas previstas no parecer’, já  
1778 resolve pelo menos em relação ao que está proposto.” Conselheiro Carlos  
1779 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu acho que está havendo uma tremenda  
1780 confusão. Se nós temos uma outorga perfeitamente definida pelo Conselho  
1781 Estadual de Recursos Hídricos, com todo respeito ao José Angelo, esse negócio  
1782 não está muito certo, para mim está dando uma dicotomia muito grande no  
1783 processo da outorga em si. Qualquer coisa que você interfere na outorga, você  
1784 está indo contra uma decisão do Conselho Estadual. Eu até de certa forma apoio  
1785 a posição do Ribas, eu acho que não devia ter condicionante nesse aspecto, a  
1786 menos que fosse alguma coisa que pudesse minimizar aspectos das vazões. Mas  
1787 eu acho que isso está muito confuso para o meu gosto. É isso que eu queria  
1788 dizer.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Eu estou com o Orsini e estou junto  
1789 com o Ribas. É sempre bom ouvir o Ribas, porque ele é muito objetivo e didático.  
1790 Eu tenho percebido, José Angelo, e me desculpe também: eu acho que nós  
1791 estamos começando a pensar em interferir numa decisão do Conselho Estadual  
1792 de Recursos Hídricos. Por outro lado, na proposta de se ter um plano turístico  
1793 para toda a região, eu acho que é muito mais abrangente em termos. Inclusive,  
1794 como o Ribas falou, em um dado momento, ele vai analisar a importância da fonte  
1795 termal. E com certeza, verificando a importância da fonte termal no contexto do  
1796 turismo regional, eu acho que ele vai apresentar alguma indicação de mitigação  
1797 ou de até inviabilidade da continuidade do empreendimento. Eu penso que, nesse  
1798 momento, pensando em desenvolvimento sustentável, nós temos que estar  
1799 dando um crédito a essa análise do turismo regional para que possamos dar  
1800 condições de análise futura nesse processo como um todo.” Conselheiro Enio

1801 Marcus Brandão Fonseca: “Eu percebi, no primeiro momento desta discussão, a  
1802 clareza da preocupação do nosso colega quando fez a proposta. Percebida a  
1803 clareza da análise feita pelo superintendente Ribas da proposta feita, quando no  
1804 primeiro momento ele concluiu de uma maneira muito objetiva sobre os aspectos  
1805 que nós teríamos ao colocar essa condicionante versus os atos autorizativos que  
1806 já estavam estabelecidos anteriormente dentro desse processo, tanto ao nível das  
1807 estruturas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos quanto do próprio parecer  
1808 aqui já aprovado hoje. Então eu fiquei no primeiro momento muito tranquilo de  
1809 perceber essa análise. No entanto, como a conversa continuou no sentido de  
1810 melhor entendimento do texto e que mesmo assim ao final parecia que não está  
1811 muito bom no seu final, aí eu percebi o Rodrigo Ribas, o superintendente, já  
1812 aquiescendo mais ou menos, ‘pode ser que sim’. Então eu gostaria de ter a  
1813 posição absolutamente clara do superintendente responsável por esse processo  
1814 se essa condicionante fere ou trará algum tipo de impacto em relação aos atos  
1815 autorizativos emitidos anteriormente para que eu possa ter a consciência tranquila  
1816 de emitir o meu voto, sabendo que aquilo que está sendo proposto não impacta  
1817 atos já consolidados ou o que de fato impacta, e aí nessa condição eu emitiria o  
1818 meu voto conforme esse entendimento claro dele.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD:  
1819 “Em relação a isso, Enio, pode até ter dado a entender assim, porque eu tratei do  
1820 texto. Como o Yuri disse, nossa obrigação é fornecer informações ao Conselho  
1821 para que o Conselho possa tomar as decisões. Como a condicionante vai ser  
1822 avaliada, é preciso que ela seja avaliada conforme aquilo a que ela se propõe. O  
1823 que eu perguntei foi se ela se propõe a interromper o rebaixamento tão logo haja  
1824 efeito ou – como o conselheiro José Angelo propôs verbalmente – se era a partir  
1825 dos 40%. Só para que fique corretamente instruída. A posição da Suppri como  
1826 apoio administrativo, técnico e jurídico da Câmara é que essa condicionante  
1827 interfere diretamente em decisão emitida pelo Conselho Estadual de Recursos  
1828 Hídricos, em primeiro lugar, porque ela interfere na outorga que foi emitida. O  
1829 Conselho Estadual de Recursos Hídricos é o órgão administrativo com  
1830 competência para julgar e deliberar sobre as outorgas, e ele assim o fez com  
1831 todas as informações apresentadas, inclusive as interferências do rebaixamento  
1832 em relação a todos os cursos de água e em relação a todas as fontes, inclusive  
1833 hipotermiais, que foram discutidas dentro daquele Conselho, e assim ele  
1834 deliberou. E aí na minha opinião uma deliberação contrária a essa outorga  
1835 interfere em competência de outro órgão e causa insegurança jurídica no  
1836 processo. Essa foi a minha posição clara do ponto de vista administrativo e  
1837 jurídico. Do ponto de vista técnico, aí eu tive a aquiescência do Julio em vídeo,  
1838 quando se fala da apropriação econômica e turística da fonte hipotermal, o  
1839 parecer que foi emitido e aprovado pelos senhores já traz essa previsão ao  
1840 determinar a fonte hipotermal como um dos temas a serem tratados – está  
1841 expresso na condicionante 9 – no plano de desenvolvimento turístico, que  
1842 portanto prevê a apropriação econômica e turística dessa fonte hipotermal. Já  
1843 está resolvido ali. E dentro dessa condicionante, é claro, é preciso viabilizar essa

1844 atividade econômica, não é só o rebaixamento, é viabilizar a atividade econômica,  
1845 viabilizar o turismo em relação a isso, inclusive estabelecendo níveis de impacto  
1846 que sejam aceitáveis ou inaceitáveis para essa viabilização. Como é uma  
1847 condicionante, o órgão ambiental vai acompanhar e verificar esse programa e  
1848 aprovar o programa assim que ele for apresentado. Então não há descontrole em  
1849 relação ao uso turístico da fonte hipotermal. Por isso que nós falamos que já está  
1850 garantido. Nesse sentido, nós somos contrários à inclusão dessa condicionante.  
1851 Mas, se os senhores decidirem pela inclusão, é preciso que o texto seja claro  
1852 quanto ao limite de sua aplicação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
1853 “Mas algum conselheiro quer fazer uso da palavra? Eu vou chamar então o  
1854 representante da empresa. Quem vai se manifestar pela empresa em relação ao  
1855 texto da condicionante?” Luiz Cláudio Figueiredo de Castro/Vale S/A: “Eu posso  
1856 me manifestar, presidente. Eu queria fazer alguns comentários. Estou com o texto  
1857 da condicionante aqui na tela. A primeira questão da qual nós precisamos estar  
1858 cientes nessa discussão é que o modelo hidrogeológico que dá suporte ao pedido  
1859 de outorga de rebaixamento é conceitual, é feito com base, com medições que  
1860 foram feitas na pesquisa hidrogeológica. Então ele é construído e rodado no  
1861 computador. Então nós temos 38%, a média que podemos ter de problema com  
1862 redução de vazão, a área como um todo; e 40% especificamente na hipotermal.  
1863 Então é um modelo conceitual e que se retroalimenta. Então o empreendedor, a  
1864 partir do momento que começa a rebaixar, a alimentação desse modelo começa  
1865 a ficar melhor, vai se aperfeiçoando. Tanto o entendimento do IGAM que está no  
1866 processo de outorga, a condicionante do IGAM, eu vou ler: ‘Apresentar a cada  
1867 dois anos atualização do modelo hidrogeológico numérico, contemplando  
1868 calibração em regime transiente, simulações de desaguamento e rebaixamento  
1869 do NA em regime transiente, em cenários de lavra de curto, médio e longo prazo  
1870 e avaliação de impactos sobre a disponibilidade hídrica da área de influência da  
1871 mina.’ A gente já começa com esse problema de colocar uma regra específica  
1872 porque o modelo é conceitual, não sabemos para onde ele vai. Pode ser que esse  
1873 40% sejam exagerados. Aliás, uma outra observação, 40%, relatado no processo,  
1874 é a pior situação que foi verificada no modelo durante todo o tempo que ele rodou,  
1875 durante todo o tempo que ele teve abrangência. Então esse 40% já é um valor  
1876 maior. Mas o modelo sendo retroalimentado vai melhorar isso, e de repente a  
1877 proposta vai inviabilizar o empreendedor a partir do momento em que o modelo  
1878 rodou e apresentou valor diferente disso. Então é importante ver isso e ver que o  
1879 IGAM, sim, está entendendo isso e está pedindo essa calibração. A partir do  
1880 momento que se está calibrando, você começa a ver os impactos efetivamente  
1881 quando eles estão acontecendo. E outra questão é que precisamos entender  
1882 também a dinâmica dessa questão da reposição de vazões. O processo corre  
1883 dinâmico. Tem a previsão do modelo, então com isso começa a ter os  
1884 monitoramentos aonde está prevendo. Com isso você vai saber se teve redução  
1885 de vazão. A partir do momento que se teve redução de vazão, você vai mitigar e  
1886 não interromper. Fica uma proposta que vai contra a operação. Passou do valor,

ou seja, se está definido o valor ou não está, se o modelo confirmou ou não, de qualquer forma vai contra a operação. Então precisamos entender que essa dinâmica funciona é dessa forma. E outra questão: é uma regra característica de processo de outorga, o que estamos discutindo agora, é uma regra muito mais característica do processo de outorga do que do licenciamento. Essa discussão poderia estar no processo de outorga. Não esteve e já está aprovada no Conselho Estadual. E novamente, reforçando, o IGAM está preocupado com isso, tem entendimento disso, e essas condicionantes, no meu entendimento, não precisam ser refinadas, elas são colocadas no processo de outorga e devem ser cumpridas pelo empreendedor. Reforçar, melhorar? As condicionantes a) e b) do IGAM que estão no processo de outorga já falam isso claramente. Então eu não vejo por que tentar melhorar ou reforçar isso, porque afinal de contas eu fiz toda essa argumentação mostrando que não faz sentido ter uma condicionante com essa característica que está sendo colocada neste momento do processo.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu queria questionar o Jurídico se essa condicionante não representaria uma invasão à competência do CERH. Porque a outorga foi concedida por ele sem que tenha sido à época avaliada a necessidade disso, e eu não sei até onde as competências entre COPAM e CERH podem estar se confundindo, até mesmo para lá na frente ser uma condicionante que depois não tenha como o COPAM avaliar, porque às vezes pode estar fugindo das atribuições da equipe técnica. Eu queria entender isso um pouquinho mais. Não que seja estritamente ilegal, mas se não está havendo uma confluência das competências.” Angélica Aparecida Sezini/SEMAD: “As competências das Câmaras são muito bem definidas em legislação, e me parece que esse assunto deveria ser tratado, sim, no CERH e não aqui. Pode haver uma interface dos assuntos, mas o momento me parece que não é o momento adequado para essa inclusão de condicionante, já que ela é estritamente relacionada à questão de outorga, que já foi decidida pelo outro Conselho.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu estou de acordo com essa colocação da Verônica e da Dra. Angélica. Eu acho que isso cria um mal-estar muito grande para nós. Se nós temos já um Conselho de Recursos Hídricos bem-estruturado aqui em Minas Gerais, com uma outra condicionante que já foi estabelecida através do IGAM, na minha opinião não tinha que ter condicionante nenhuma, de colocar isso. Eu sou totalmente contra a colocação de uma condicionante dessa natureza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais algum conselheiro, algum destaque. Eu vou colocar em votação. A condicionante sugerida pelo conselheiro José Angelo eu vou ler: ‘O empreendedor deverá interromper imediatamente o rebaixamento do lençol freático tão logo se constate alteração na quantidade, qualidade e temperatura das insurgências hipotermiais, além daquelas previstas no parecer, até que sejam restabelecidas as condições previstas. Prazo: durante a validade da licença.’ Em votação. Eu não vou pedir justificativa porque é uma condicionante que está sendo proposta não pela Superintendência. Aqueles que quiserem se manifestar se manifestem favorável ou contrário, já que está sendo proposta pelo

1930 conselheiro. Então fiquem à vontade, mas eu não vou cobrar a justificativa. Votos  
 1931 contrários: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME  
 1932 e Abes. Voto favorável: Relictos e ProMutuca. Justificativas de votos. Conselheiro  
 1933 Enio Marcus Brandão Fonseca: “Eu voto contrário e vou justificar pelos aspectos  
 1934 de impacto nos atos autorizativos já emitidos pelo sistema do governo do Estado.”  
 1935 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu voto contrário e sou  
 1936 favorável às colocações feitas pelo nosso conselheiro Enio.” Presidente Yuri  
 1937 Rafael de Oliveira Trovão: “Então a proposta de condicionante do Sr. José Angelo  
 1938 foi rejeitada por dez votos contrários.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
 1939 **EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM**  
 1940 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Draga Milan Construtora e Terraplanagem**  
 1941 **Ltda. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção**  
 1942 **civil. Paracatu/MG. PA 1339/2020, ANM 832.100/2008. Classe 4 (conforme Lei**  
 1943 **nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram**  
 1944 **Noroeste. Retorno de vista: ProMutuca.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
 1945 “Nas minhas análises iniciais, o empreendimento, aparentemente, não  
 1946 apresentava problemas. Mas após a minha análise eu recebi observações da  
 1947 Amda sobre os itens 6.1, 7.1 e 9.2 desta pauta, que alertam sobre os pareceres  
 1948 técnicos citarem os impactos dos empreendimentos e não solicitarem a cobrança  
 1949 de compensação ambiental do Snuc. Então isso é uma coisa que para mim  
 1950 deveria ter alguma informação a respeito. Recebi também o relatório das ONGs  
 1951 de defesa do meio ambiente elaborado pela Teca, a partir das conversas com a  
 1952 comunidade local e da análise do processo. Esse relatório nos apresentou  
 1953 diversos outros problemas sobre o histórico do empreendimento, sua  
 1954 documentação e licenças anteriores. Parece que existem diversas questões  
 1955 técnicas que não foram devidamente tratadas no Parecer Único. E a questão da  
 1956 localização, eu mesmo apanhei um pouco disso, porque peguei as coordenadas  
 1957 que estavam no Parecer Único e joguei no Google, e realmente o negócio não  
 1958 estava casando. E só depois com a confirmação do e-mail da Draga Milan eu  
 1959 pude ver que o local que estava ali não era realmente o que deveria estar. Ontem  
 1960 no final da tarde, eu recebi esse e-mail da draga Milan com um anexo contendo  
 1961 explicações sobre alguns itens apresentados no nosso parecer. Repassei o e-mail  
 1962 ao Movimento pelas Serras e Águas de Minas, que fez as considerações  
 1963 colocadas no parecer, que está presente aí agora para poder falar sobre esse  
 1964 item de pauta. Eu realmente acho que esse é um caso de retirada de pauta no  
 1965 mínimo para corrigir, por exemplo, e não só, a questão de coordenadas, porque  
 1966 sei lá como isso devia ser usado no futuro. Nós estamos, no final das contas,  
 1967 deliberando sobre uma coordenada que não é aquela que vai ser do local exato.  
 1968 Então eu gostaria que a Teca complementasse a fala em seguida.” Presidente  
 1969 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como eu sempre faço e fiz agora no processo  
 1970 anterior, eu quero inicialmente escutar a equipe que fez a análise para me  
 1971 subsidiar em relação à permanência ou não do processo em pauta, de forma  
 1972 idêntica a que eu fiz no item 5.1. Eu gostaria da manifestação da equipe da

1973 Supram Noroeste.” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste: “Com relação ao  
 1974 parecer do conselheiro, estamos aqui prontos para debater todos os assuntos,  
 1975 mas tem um item que foi levantado que realmente merece destaque, que são as  
 1976 coordenadas que estão na ANM; elas não estão de acordo com a coordenada da  
 1977 localização exata do empreendimento. Isso constatamos realmente, então por  
 1978 esse motivo gostaríamos que o processo baixasse em diligência para que o  
 1979 empreendedor apresentasse a poligonal correta do empreendimento.” Presidente  
 1980 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Considerando o posicionamento da equipe da  
 1981 Supram Noroeste, que analisou o processo, estou baixando esse processo em  
 1982 diligência para fazer as retificações devidas em relação às coordenadas e outras  
 1983 que porventura foram colocadas no parecer do Julio, para voltar na reunião – não  
 1984 na subsequente, não tem obrigatoriedade de voltar na reunião subsequente igual  
 1985 o parecer de vista – assim que possível. Estou baixando o item 6.1 em diligência.  
 1986 Ele volta na próxima reunião, se possível.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
 1987 **PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Pedreira**  
 1988 **São João Ltda. Extração de rocha para produção de britas com ou sem**  
 1989 **tratamento. Alpercata/MG. PA 00184/1997/008/2016, ANM 835.548/1993 e**  
 1990 **833.698/1996. Classe 5. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Retorno de**  
 1991 **vista: ProMutuca e SME.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Novamente,  
 1992 aparentemente, nem o empreendimento nem o Parecer Único apresentavam  
 1993 problemas. Mas creio que faltou nas condicionantes algo referente ao  
 1994 monitoramento de ruídos e um programa para monitorar a manutenção dos  
 1995 equipamentos que geram esses ruídos. Eu não vi isso no Parecer Único. No texto  
 1996 do PU, literalmente: ‘Ruídos e vibrações. O ruído é introduzido no meio ambiente  
 1997 diariamente. Esse som provoca desconforto mental e físico que pode  
 1998 desencadear alguns problemas de saúde e conseqüentemente perda na  
 1999 qualidade de vida. Ocorrerá alterações dos níveis de pressão sonora, já que será  
 2000 necessária a utilização de equipamentos, máquinas, veículos, explosivos,  
 2001 alterando as condições naturais. Medidas mitigadoras. Promover a manutenção  
 2002 dos equipamentos, máquinas e veículos rotineiramente para garantir o bom  
 2003 funcionamento, além da otimização do plano de fogo para evitar a ocorrência de  
 2004 outros lançamentos, reduzir ruídos e vibrações geradas.’ Essas medidas  
 2005 mitigadoras não aparecem nas condicionantes deste PU e deveriam aparecer,  
 2006 acrescidas de um monitoramento dessas medidas. Na página 9/24 se coloca que  
 2007 ‘as condicionantes impostas no PU 3509/11/2008, que solicitou a concessão da  
 2008 LO, são: tabela 2, condicionantes da LO. Monitoramento das pilhas de estéril e  
 2009 barragem de rejeito’. Aí eu pergunto uma coisa: que barragem de rejeitos é essa?  
 2010 Eu não vi referências a ela nesse Parecer Único. Quer dizer, nós temos uma  
 2011 barragem de rejeito envolvida no processo, e ela não apareceu no Parecer Único?  
 2012 Eu não fico nem um pouco inseguro em relação a isso. Se as análises fossem  
 2013 apenas minhas, eu solicitaria que fosse inserido nos condicionantes esse  
 2014 monitoramento de ruídos e dos equipamentos. E caso as explicações sobre a  
 2015 barragem de rejeito citadas fossem satisfatórias eu poderia formular meu voto.

Entretanto, como disse na análise do item 6.1, eu recebi observações da Amda sobre os itens 6.1, 7.1 e 9.2 desta pauta, em que apesar de os pareceres técnicos citarem os impactos dos empreendimentos não solicitam a cobrança da compensação ambiental do Snuc. Diante desse exposto, a ProMutuca novamente se manifesta pela retirada de pauta. E eu acho que a Teca vai ter ainda alguma argumentação complementar.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “A colocação que nós fizemos, nós fizemos uma avaliação não tão detalhada, mas uma consulta ao Parecer Único e a alguns detalhes que nós pudemos avaliar mais. Eu realmente achei estranho um pouco isso que o Julio comentou desse problema de barragem de rejeito, que pode ter sido alguma coisa que a própria Supram possa explicar. Com relação aos aspectos ambientais, normais. E com relação às condicionantes eu fiz a seguinte proposição. ‘Os programas e condicionantes ambientais atendem às premissas dessas renovações’. É uma renovação também de operação da LO. ‘Mesmo assim, em função da proximidade da área da Pedreira São João...’ Inclusive, presidente, eu queria corrigir a sua fala: não é Pedreira São José, é Pedreira São João. ‘... com o distrito de Era Nova, pertencente ao município de Alpercata, estamos propondo que se inclua uma condicionante nº 10, qual seja: elaboração de estudos e implantação de PEA (Programa de Educação Ambiental) na comunidade do distrito de Era Nova, o qual deverá prever o relacionamento com as instituições de educação básica existentes nesse distrito.’ E aliam-se a essa solicitação os cuidados ambientais e higiênicos que devam ser dados pós ou durante a pandemia de Covid-19. Eu acho muito importante hoje que todas as instituições, sejam elas empreendedoras, já comecem a trabalhar dentro de uma solução de uma mitigação para a questão da pandemia de Covid-19. Por isso que eu coloquei isso aqui. E evidentemente – tem até um gráfico, uma figura – a proximidade da operação dessa pedreira com relação ao próprio distrito. Distância que talvez nem chegue a 1 km. Eu sou a favor do deferimento, com a colocação dessa condicionante.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Sobre a manifestação do Julio, eu fiz uma breve pesquisa: é uma estrutura cadastrada. Só para deixar claro. Aí eu acho que até merece a Supram mencionar isso, deve ter sido um erro de digitação, alguma coisa desse tipo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou voltar para a Superintendência, posteriormente, para as explicações. Inclusive, no mesmo sentido que nós fizemos nos itens anteriores, eu solicito que os representantes da Supram Leste se manifestem, antes de mais nada, sobre a pertinência ou não de mantermos o processo em pauta ou se é realmente necessário, conveniente, tirarmos esse processo de pauta, baixarmos em diligência para complementações posteriores. Mais ainda é com o Conselho. Mais algum conselheiro quer se manifestar. Não há nenhuma manifestação por parte do Conselho.” Vinícius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Entendemos pela pertinência do processo nesta reunião, quando serão dadas todas as explicações para os pontos abordados pelo conselheiro Dr. Carlos e pelo Sr. Julio Grillo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então mantenho o processo



2059 em pauta neste momento, sem prejuízo, como eu sempre falo, de tirarmos esse  
2060 processo ao final das discussões, se houver algum erro da nossa parte, na nossa  
2061 condução.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/Representante da sociedade  
2062 civil: “Eu queria então dizer que quando analisamos o processo e enviamos as  
2063 considerações para o conselheiro Julio Grillo nós observamos alguns aspectos  
2064 que as nossas considerações são no sentido do indeferimento da renovação da  
2065 Licença de Operação, principalmente no sentido de que este é um processo de  
2066 licenciamento classe 5, o que significa que é um empreendimento de porte, para  
2067 renovar uma Licença de Operação de um empreendimento que vem operando  
2068 desde 2016 sem uma Licença de Operação renovada. Foram quatro anos sem  
2069 um devido acompanhamento. E desde 2014, no outro direito minerário, que é  
2070 limítrofe, através de uma Autorização Ambiental de Funcionamento, que venceu  
2071 em abril de 2018. Quando olhamos esse empreendimento no sentido cumulativo  
2072 e sinérgico, inclusive com a proximidade de uma BR e de um distrito, nós  
2073 colocamos, primeiro, como tratar um licenciamento classe 5, renovar uma Licença  
2074 de Operação, com situações que indicam a necessidade de se tratar esse  
2075 licenciamento do porte que ele tomou. Inclusive, porque não teve auto de  
2076 fiscalização. Nas nossas considerações, nós transcrevemos, teve várias questões  
2077 de condicionantes não cumpridas ou cumpridas fora do prazo. E nesse contexto  
2078 nós entendemos que, se é um empreendimento que veio sendo tratado e  
2079 analisado como de pequeno porte, e por isso eu tinha Autorização Ambiental de  
2080 Funcionamento num dos direitos minerários e no outro uma Licença de Operação  
2081 que não foi avaliada ou acompanhada para sua renovação durante quatro anos,  
2082 não se pode de pronto renovar essa Licença de Operação considerando já como  
2083 classe 5, sem tratar isso de acordo com seu porte. Então essa nossa visão  
2084 sistêmica e cumulativa de impactos entende que o empreendedor deveria ser  
2085 orientado a iniciar um processo como o empreendimento é, classe 5, envolvendo  
2086 dois direitos minerários e tratando de todas as questões afetas a impactos e  
2087 medidas mitigadoras e compensatórias nos parâmetros atuais do  
2088 empreendimento, e não somente uma renovação de uma Licença de Operação  
2089 por mais um período, sem tratar disso de uma forma completa pelos seus  
2090 impactos. Essas são as nossas considerações do Movimento pelas Serras e  
2091 Águas de Minas.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Em função  
2092 de todas as caracterizações feitas, inclusive na palavra da Teca, eu gostaria de  
2093 ouvir o empreendedor, se fosse possível, presidente. Porque trata-se de uma  
2094 operação de longo período de tempo, envolvendo empregos, pessoas,  
2095 fornecimentos, e isso é muito importante para a própria comunidade existente na  
2096 região. Qualquer medida que fôssemos fazer aqui no sentido mais radical, de não  
2097 aceitar a renovação da LO, poderia prejudicar todo o cenário, inclusive a  
2098 sociedade local. Essas são as minhas considerações. Portanto, eu gostaria de  
2099 ouvir o empreendedor ou o representante do empreendedor.” Francisco de Assis  
2100 Pinho Tavares/Representante do empreendedor: “Francisco de Assis Pinho  
2101 Tavares, engenheiro de minas, diretor técnico da Enal, que é a consultoria da

2102 Pedreira São João. É um empreendimento pequeno sendo, está sendo renovado  
 2103 para 210 mil t/ano. Em termos de brita, é um empreendimento pequeno. O  
 2104 mercado da Pedreira São João é Governador Valadares. E Governador Valadares  
 2105 ficaria desabastecida, porque só tem mais uma lá que produz brita. Em relação à  
 2106 rodovia, a boca da pedreira é virada para o outro lado. Quem passa na rodovia no  
 2107 sentido de Valadares para o rio não vê a pedreira, ela está escondida atrás de um  
 2108 morro. Quem passa no sentido contrário, tem uma cortina arbórea que tampa e  
 2109 protege contra poeira e tal. É um empreendimento antigo, são dois direitos  
 2110 minerais que não somam 20 hectares. É um empreendimento tradicional de  
 2111 Alpercata. O maior empregador de Alpercata é a Pedreira São João. É um  
 2112 empreendimento pequeno, com pouquíssimos impactos, é uma pedreira como  
 2113 qualquer outra. Não vejo motivo algum para que essa licença não seja renovada.  
 2114 O Rada foi feito em tempo hábil, não se perdeu prazo, foi tudo feito certinho. Todos  
 2115 os monitoramentos foram feitos. É isso, estou à disposição.” Conselheiro Carlos  
 2116 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria fazer mais uma questão ao meu colega  
 2117 engenheiro de minas. Francisco, quantos empregados hoje estão na operação e  
 2118 na administração da jazida?” Francisco de Assis Pinho Tavares/Representante do  
 2119 empreendedor: “Quando fizemos o Rada, eram 28. Hoje eu acho que vai envolver  
 2120 umas 60 pessoas, mas na folha de pagamento mesmo são 35.” Presidente Yuri  
 2121 Rafael de Oliveira Trovão: “Senhor Francisco, em relação à sugestão de  
 2122 condicionante proposta pelo Dr. Orsini, alguma ponderação por parte do  
 2123 empreendedor?” Francisco de Assis Pinho Tavares/Representante do  
 2124 empreendedor: “Na hora que ele sugeriu a condicionante, eu não escutei. Se ele  
 2125 pudesse refazer de forma rápida eu agradeceria muito.” Conselheiro Carlos  
 2126 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “A condicionante é muito simples, colega  
 2127 Francisco, é simplesmente em função da proximidade com o distrito de Era Nova.  
 2128 Nós temos colocado isso. Apesar de trabalharmos dentro de um foco muito  
 2129 técnico, muitas vezes, a visão que nós temos, da sociedade, é a visão também  
 2130 da educação ambiental. Então estamos propondo isso, porque eu não vi essa  
 2131 condicionante proposta pelo pessoal da Supram Leste. Eu queria te cumprimentar  
 2132 também, Vinícius. Seria a condicionante 10: ‘Elaboração de estudos e  
 2133 implantação do programa de educação ambiental na comunidade do distrito de  
 2134 Era Nova, que deverá ser feito através do relacionamento com as instituições de  
 2135 educação existentes.’ Deve ter um grupo escolar, deve ter escola. Então a  
 2136 empresa fazer um trabalho desse junto a essas comunidades educacionais. E  
 2137 aliando-se a isso exatamente o problema com que nós estamos convivendo hoje,  
 2138 que a questão da pandemia da Covid-19, quando há necessidade de cuidados  
 2139 ambientais extras e higiênicos. Então essa é uma proposta que eu vejo que  
 2140 tranquilamente poderá ser aceita pelo próprio empreendedor, que venha a dar  
 2141 uma condição melhor para os próprios empregados e a comunidade próxima.”  
 2142 Francisco de Assis Pinho Tavares/Representante do empreendedor: “Eu não vejo  
 2143 nenhum problema nisso, isso já é feito, nós vamos é sistematizar, porque o  
 2144 relacionamento com a comunidade é sempre feito, e nós vamos sistematizar isso.

2145 Eu não vejo nenhum problema de se acrescentar essa condicionante.”  
2146 Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Só para complementar, Dr. Orsini. Qual é o  
2147 prazo dessa condicionante? Ficou sem prazo.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
2148 Nunes de Lima: “Normalmente, um PEA é um programa de no mínimo um ano de  
2149 trabalho junto à comunidade, junto às instituições educacionais. Então é durante  
2150 um ano que a empresa faria esse tipo de trabalho junto à própria comunidade, de  
2151 atividade social.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação ao  
2152 programa de educação ambiental, nós temos uma deliberação que trata do  
2153 assunto. Talvez a equipe, o Vinícius e o Elias possam esclarecer, caso seja  
2154 deferida.” Vinícius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “De forma bem  
2155 pragmática, vamos tecer nossas ponderações a respeito dos pareceres de vista,  
2156 iniciando pelo do Dr. Carlos Orsini. No tocante ao PEA, Dr. Orsini, não foi  
2157 solicitado pela equipe o programa de educação ambiental, pois, conforme o  
2158 regramento vigente na DN 214, a exigência do PEA se dá apenas para  
2159 empreendimentos licenciados com apresentação de EIA/Rima, o que não é o caso  
2160 para esse empreendimento. Então por não existir o lastro legal para solicitar a  
2161 este empreendimento, nós não solicitamos. Aproveitar a oportunidade de, depois  
2162 da minha fala, solicitar ao senhor esclarecimentos se o programa de educação  
2163 ambiental a que o senhor faz menção é para ser realizado de acordo com as  
2164 diretrizes da DN 214 ou se já é o programa de educação ambiental que o  
2165 empreendedor já realiza com a comunidade do seu entorno. Existe uma diferença  
2166 entre os dois devido à questão da metodologia a ser utilizada. É preciso deixar  
2167 isso registrado, caso a condicionante porventura venha a ser aprovada, com  
2168 vistas a futura avaliação da equipe do Nucam, para saber se o empreendedor  
2169 seguiu as diretrizes ou não. Então reitero que não foi solicitado por não haver na  
2170 legislação vigente a obrigatoriedade para o empreendimento. Esse é o motivo.  
2171 Adentrando agora nas ponderações do conselheiro Julio Grillo, primeiro precisa  
2172 ser esclarecido de que há um erro registrado no processo de 2008 com relação à  
2173 pilha de rejeito e barragem. O empreendimento nunca possuiu pilha de rejeito  
2174 nem barragem. O histórico de imagens de satélite do software Google Earth pode  
2175 evidenciar isso para todas as pessoas. Nunca teve barragem lá. Pode ter ocorrido  
2176 um equívoco em 2008, e aí eu não tenho como fazer juízo de valor a respeito  
2177 disso, em virtude da questão das barreiras de contenção de material particulado,  
2178 os Sumps. Ocorreu uma situação análoga em outra pedreira, num município  
2179 diferente, em que o Sump tinha sido cadastrado como barragem, mas não era  
2180 uma barragem, não tinha estrutura de barragem. Então eu justifico essa citação  
2181 que o senhor colocou como um possível erro material que ocorreu no processo  
2182 em 2008. A questão dos ruídos, conselheiro Julio, como bem colocou o Dr. Orsini,  
2183 quando demonstrou na figura, os equipamentos de britagem da pedreira estão  
2184 localizados a cerca de 900 m em linha reta da primeira residência do distrito de  
2185 Era Nova. Anexo a isso, o empreendimento é localizado às margens da rodovia  
2186 BR-116, o que na avaliação da equipe da Supram não demandaria uma avaliação  
2187 de ruídos, haja vista a localização ao lado da BR. É uma das BRs mais

2188 movimentadas do país. Há um intenso tráfego de caminhões e veículos, o que  
2189 poderia mascarar os resultados de uma eventual avaliação de ruído. Não  
2190 obstante, o empreendedor tem por obrigação – e por isso foi citado no parecer –  
2191 manter seus equipamentos com manutenção em dia. E a questão da saúde que  
2192 o senhor tocou tem um enfoque muito mais sobre os colaboradores do  
2193 empreendimento. Essa parte entra mais na área da medicina do trabalho, e uma  
2194 avaliação do Ministério do Trabalho, do que propriamente dito da questão  
2195 ambiental. Por fim, eu quero tecer ponderações a respeito dos pontos colocados  
2196 pela Sra. Maria Teresa com relação a situações que estão descritas, inclusive, no  
2197 seu próprio parecer de vista, Sr. Julio. Há uma evidente contradição no seu  
2198 parecer de vista quando se alega que o empreendimento operou de 2016 até o  
2199 presente momento sem nenhuma avaliação das suas características ambientais.  
2200 Vocês pontuam isso. E no próprio parecer de vista do senhor, na página 4, vocês  
2201 fazem menção ao Auto de Fiscalização 146849/2000, que foi emitido pelo Nucam,  
2202 em que foi realizada, sim, uma avaliação de todas as condicionantes, desde a  
2203 emissão da LO que está sendo revalidada até o presente momento. Então a  
2204 equipe do Nucam, atualmente vinculada à Diretoria de Regularização, fez essa  
2205 avaliação desse desempenho ambiental, que é o que é tratado nas revalidações,  
2206 fazendo uma análise de todas as condicionantes e corretamente. Algumas  
2207 condicionantes foram cumpridas intempestivamente, e algumas condicionantes  
2208 foram descumpridas, por não terem sido cumpridas integralmente. Mas conforme  
2209 o regulamento vigente, na revalidação da Licença de Operação, deve ser  
2210 analisado pela equipe da Supram o desempenho ambiental do empreendimento.  
2211 Então hoje não existe uma métrica, uma equação onde nós possamos calcular, a  
2212 partir de um escore entre condicionantes cumpridas, condicionantes cumpridas  
2213 parcialmente, condicionantes descumpridas, qual o produto dessa avaliação, de  
2214 uma forma matemática simples, para falar que o empreendedor teve ou não  
2215 desempenho ambiental. Atualmente, essa avaliação é feita com os critérios da  
2216 equipe que está analisando, pela pertinência daquela condicionante, de forma que  
2217 possa se chegar no final a essa resposta. O empreendimento, eventualmente,  
2218 descumprindo ou cumprindo de forma intempestiva determinadas condicionantes,  
2219 isso afetou, numa escala macro dessa análise de desempenho ambiental, a sua  
2220 performance? Para o caso em tela do empreendimento da Pedreira São João,  
2221 tanto a equipe técnica do Nucam quanto a equipe técnica da Diretoria de  
2222 Regularização verificaram que a resposta foi positiva, que numa avaliação macro  
2223 de todos os aspectos ambientais o empreendimento tem uma performance  
2224 ambiental positiva, fazendo-lhe valer do posicionamento positivo pela equipe com  
2225 vistas ao deferimento de licença. Então são essas as ponderações que eu  
2226 gostaria de dividir com vocês conselheiros, em especial o Dr. Julio e o Dr. Carlos  
2227 Orsini, que trouxeram à baila essas questões, e permaneço à disposição para  
2228 eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.” Elias Nascimento de  
2229 Aquino/Supram Leste Mineiro: “Eu confirmo todas as informações prestadas pelo  
2230 Vinícius. A DN realmente prevê como regra a incidência da apresentação do

2231 programa de educação ambiental para os processos construídos com EIA/Rima,  
2232 o que não é o caso. E a DN faculta ao órgão ambiental solicitar a apresentação  
2233 do PEA como informação complementar, caso as características do  
2234 empreendimento assim justifiquem. Não tendo sido identificado pela equipe  
2235 técnica o cabimento da exigência do PEA como informação complementar, não  
2236 seria cabível, portanto, a exigência do programa de educação ambiental nos  
2237 moldes da Deliberação Normativa do COPAM nº 214/2017. E além disso confirmo  
2238 também que é descabida a informação de que o empreendimento operou  
2239 desamparado de licença, na medida em que tendo formalizado o processo de  
2240 renovação ambiental e continuando vinculado ao cumprimento das medidas de  
2241 controle e cumprimento de condicionantes, ainda que não tenham sido  
2242 efetivamente cumpridas dentro do prazo, não se pode afirmar de modo algum que  
2243 o empreendimento operou sem licença. Como o Vinícius bem destacou,  
2244 recentemente, o Núcleo de Controle Ambiental da Supram promoveu análise, e o  
2245 empreendimento não vem operando de maneira irregular.” Conselheiro Julio  
2246 Cesar Dutra Grillo: “Tanto o Vinícius quanto o Elias deram algumas respostas,  
2247 mas o item 13 do Parecer Único cita claramente o monitoramento das pilhas de  
2248 estéril e barragens de rejeito. Então eu acho que esse processo deveria ser  
2249 retirado de pauta no mínimo para que se alterasse essa questão. Vocês sabem a  
2250 minha posição sobre barragens de rejeito. Eu vou ser sempre extremamente  
2251 rigoroso quando aparecer qualquer referência a barragens de rejeito. Esse é um  
2252 ponto. Outro ponto é o monitoramento do nível de ruído. Vinícius, eu entendi sua  
2253 explicação, perfeitamente, mas tenho uma visão um pouco diferente da de vocês.  
2254 Era Nova, com as características da cidade, deve ter hoje – você pode fazer  
2255 depois esse teste lá com a britadeira sem estar em funcionamento – um nível de  
2256 ruído de fundo entre 45 e 50, dependendo da proximidade ou não da rodovia. O  
2257 que está mais distante da rodovia deve estar por volta de 45 decibéis. A rodovia,  
2258 na média, vai dar entre 60 e 70 decibéis. Eventualmente, com um caminhão com  
2259 cano de descarga aberto, vai chegar a 90. Eu não sei exatamente que britadeira  
2260 tem ali. Por exemplo, a bailarina chega a dar quase 110 decibéis. Então ali tem  
2261 que realmente ter a medicina do trabalho para poder segurar um pouco a barra  
2262 do pessoal que está trabalhando ali diretamente. Mas até que ponto que esses  
2263 110 decibéis emitidos por uma bailarina ou um processo de britadeira vão  
2264 influenciar o nível de ruído de fundo da cidade de Era Nova? Então esse  
2265 monitoramento teria que ser feito lá também. Eu sou favorável que haja esse  
2266 monitoramento de ruídos, e é um monitoramento durante todo o período de  
2267 existência da mina. Você não pode pegar uma cidade, um lugar bucólico, com  
2268 seus 45 decibéis de ruído de fundo, e jogar nela uns 70. Não dá para fazer isso.  
2269 Então eu acho que esse monitoramento tem que ser feito, e essa medição de  
2270 nível de ruído não é tão óbvia. Porque mesmo que se olha em linha reta eu não  
2271 sei o que tem de impedimento que ali não dá para se verificar os aspectos  
2272 topográficos como eles, o que teria de barreira natural entre a emissão e o  
2273 receptor. De qualquer forma, independentemente do monitoramento de nível de

2274 ruído, tem essa questão do artigo 13 e também a observação que a Amda fez,  
2275 que eu acho importante, que é o seguinte: apesar de os pareceres técnicos  
2276 citarem os impactos dos empreendimentos, não solicitam a cobrança da  
2277 compensação ambiental do Snuc. São essas as minhas observações.” Presidente  
2278 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação à retirada de pauta, em relação a esse  
2279 item da barragem de rejeitos, o Vinícius já colocou que não existe barragem de  
2280 rejeito. Então o meu andamento em relação a isso vai ser o seguinte. Que se faça  
2281 a correção no parecer, excluindo isso, e como os senhores já têm ciência de que  
2282 não existe barragem de rejeito a gente dê segmento ao caminhamento do  
2283 processo para votação. Então não vou retirar de pauta por esse motivo. Eu solicito  
2284 à equipe da Supram Leste retifique essa parte da barragem de rejeitos. Pelo  
2285 menos eu entendi que o senhor falou que não existe. E já que consta, como o  
2286 Julio falou, no item 3, que se faça essa retificação. É sabido pelos senhores, no  
2287 momento de votação, que não existe essa questão. Em relação à compensação  
2288 ambiental da Lei do Snuc, o Elias pode explicar com maior propriedade que eu.  
2289 Em relação ao EIA/Rima, em relação a impacto significativo demonstrado, então  
2290 tem toda uma dinâmica em relação a isso. Mas aí a equipe explica.” Vinícius  
2291 Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Senhor Julio Grillo, pode estar  
2292 ocorrendo algum tipo de equívoco nessa análise do senhor. No item 5 do Parecer  
2293 Único vem falando avaliação do desempenho ambiental. Consta nesse item 5  
2294 uma tabela, a tabela 2, onde estão listadas as 13 condicionantes da LO de 2008.  
2295 A condicionante 13 diz ‘monitoramento das pilhas de estéril e da barragem de  
2296 rejeitos’. O único momento em que está sendo citada no parecer a questão de  
2297 barragem de rejeito e pilha de estéril é quando se faz uma menção ao processo  
2298 de LO de 2008. E oportunamente a equipe técnica, quando da análise dessas  
2299 condicionantes – isso também está no parecer que vocês elaboraram –, especifica  
2300 que a condicionante 13 foi desconsiderada por não representar a realidade do  
2301 empreendimento. Ou seja, está grafado no parecer atual, que vossas senhorias  
2302 estão para deliberar, sobre um erro material ocorrido no passado. E no auto de  
2303 fiscalização está especificado exatamente isso, que essa condicionante foi  
2304 desconsiderada para análise por não refletir a realidade do empreendimento. É  
2305 cristalino de que não existe neste parecer que está submetido à apreciação dos  
2306 ilustres conselheiros menção a barragem de rejeito. Muito pelo contrário, nós  
2307 estamos aqui neste momento fazendo uma correção de um erro material do  
2308 passado. Aproveitando já a oportunidade, a especificação do senhor com relação  
2309 a compensação ambiental, da mesma forma como é exigido pelo PEA, que nós  
2310 discutimos anteriormente, pela Lei do Snuc, 9.985, somente os empreendimentos  
2311 que são licenciados mediante apresentação de EIA/Rima é que devem promover  
2312 junto à GCA formalização do processo de compensação ambiental. O que não é  
2313 o caso deste empreendimento. Então, novamente ao senhor e aos demais  
2314 conselheiros, para a equipe técnica da Supram está muito cristalino que não há  
2315 necessidade de se retificar o parecer, tendo em vista que a informação correta  
2316 nele já está grafada.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “E em relação ao

2317 monitoramento de ruídos? Por favor.” Vinícius Valadares Moura/Supram Leste  
 2318 Mineiro: “Como eu coloquei para o senhor, a nossa equipe técnica multidisciplinar  
 2319 não vê a necessidade de inserção desse monitoramento. Contudo, o senhor,  
 2320 enquanto conselheiro, tem a prerrogativa de propor isso a seus pares. Caso seja  
 2321 aceito pelos demais conselheiros, a Supram vai acatar.” Presidente Yuri Rafael  
 2322 de Oliveira Trovão: “Só fazendo a correção, conforme explicado pelo Vinícius, e  
 2323 eu até faço a correção da minha fala também da desnecessidade de se alterar o  
 2324 parecer, sendo que a citação em relação à pilha é de um processo de 2008, que  
 2325 foi desconsiderado. Em relação à compensação ambiental da Lei do Snuc, tem o  
 2326 Decreto que regulamenta, o Decreto 45.175, e salvo engano no artigo 5º ou 1º  
 2327 fala que a compensação ambiental é baseada no EIA/Rima e no impacto  
 2328 significativo. Então temos essa orientação, conforme o decreto, de não exigir  
 2329 quando o processo não é instruído com EIA/Rima.” Conselheiro Carlos Eduardo  
 2330 Orsini Nunes de Lima: “Considerando as observações tanto do Vinícius como do  
 2331 Elias, que realmente comentam a respeito da questão do Rada, o Relatório de  
 2332 Avaliação do Desempenho Ambiental, e considerando também as próprias  
 2333 palavras do Dr. Francisco de Assis de que a empresa já tem na sua rotina a  
 2334 questão da educação ambiental, eu retiro essa minha condicionante da minha  
 2335 avaliação. Fica sendo como uma sugestão de continuidade dos trabalhos de  
 2336 educação ambiental que a empresa está proporcionando, inclusive enfatizando a  
 2337 questão do coronavírus.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais algum  
 2338 destaque dos senhores conselheiros? Então considerando as explicações do Dr.  
 2339 Elias e do Vinícius, que souberam sanar as dúvidas colocadas nos pareceres, eu  
 2340 vou levar o processo em votação, em não havendo mais nenhum destaque dos  
 2341 senhores. Então em votação o item 7.1, Pedreira São João Ltda. Processo  
 2342 Administrativo 184/1997/008/2016. Em votação. Votos favoráveis: Segov, Sede,  
 2343 Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME e Abes. Abstenções:  
 2344 Relictos e ProMutuca. Justificativas de abstenções. Conselheiro José Angelo  
 2345 Paganini: “Pelas dúvidas levantadas pelo parecer da ProMutuca.” Conselheiro  
 2346 Julio Cesar Dutra Grillo: “Meu voto também é pela abstenção, mas condicionado  
 2347 ao fato de acrescentarmos uma condicionante relativa ao monitoramento dos  
 2348 ruídos. Eu já tive que enfrentar próximo da minha casa um aumento de nível de  
 2349 ruído que foi durante algum tempo, provocado também por uma mineradora, que  
 2350 era extremamente desagradável. Então a condicionante que eu proponho é o  
 2351 seguinte. Você analisa o ruído de fundo da comunidade de Era Nova em diversos  
 2352 pontos, estabelece a média.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Processo  
 2353 deferido. São dez votos favoráveis e duas abstenções. Julio, você quer colocar  
 2354 para nós a redação da condicionante?” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu  
 2355 vou dar a sugestão. A condicionante seria a seguinte. Você estabelece um nível  
 2356 de ruído de fundo da comunidade de Era Nova, e depois a casa mais próxima da  
 2357 comunidade da mina não poderá ter o nível de ruído equivalente a 10% acima do  
 2358 nível de ruído de fundo. Lembrando que a escala de decibéis é uma escala  
 2359 logarítmica. Quer dizer, se sai de 45 para 50, não quer dizer que aumentou só

2360 9%, na verdade, aumentou muito mais do que isso. Então se estabelece o nível  
 2361 de ruído de fundo, e o máximo que pode ser aumentado para aquela comunidade  
 2362 é 10%. Isso é possível depois de a britadora solucionar parcialmente com cortina  
 2363 arbórea, como a manutenção adequada do sistema de britadores, tem uma série  
 2364 de formas. Mas tem o monitoramento contínuo disso, e elimina o problema.”  
 2365 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou solicitar auxílio ao Vinícius, à  
 2366 equipe dele e ao Elias, qual redação poderíamos colocar. De qualquer forma,  
 2367 precisamos de uma redação para colocar em cotação.” Conselheira Denise  
 2368 Bernardes Couto: “Senhor presidente, eu queria ouvir o empreendedor sobre essa  
 2369 proposta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vamos ouvir. Eu quero só  
 2370 a redação inicialmente para termos algo mais substancial para trabalharmos.”  
 2371 Vinícius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Acabei de enviar, podem  
 2372 melhorar a redação, caso julguem necessário. A ideia foi sintetizar a fala do  
 2373 conselheiro Julio Grillo com relação à avaliação do eventual impacto que possa  
 2374 estar ocorrendo na comunidade. A ideia, presidente e demais conselheiros, é que  
 2375 o empreendedor promova uma avaliação mensalmente apresentando em 180  
 2376 dias a compilação desses resultados para que a equipe técnica da Supram possa  
 2377 avaliar se está ou não ocorrendo influência dos ruídos advindos do  
 2378 empreendimento na comunidade e possamos então adotar as providências  
 2379 necessárias em virtude do resultado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 2380 “Apresentar à Supram LM monitoramento mensal de ruído de fundo no distrito de  
 2381 Era Nova, com ou sem funcionamento do empreendimento, para avaliação e  
 2382 tomada de providências necessárias.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu  
 2383 gostaria de uma referência aos 10% de nível de ruído de fundo. Mas depois eu  
 2384 me lembrei do seguinte: de onde que eu tirei esses 10%? Eu acho que está na lei  
 2385 estadual. Não tenho certeza disso, mas acho que realmente você tem que  
 2386 respeitar os 10% do nível de ruído de fundo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 2387 Trovão: “Tem essa previsão legal mesmo, então a Supram, de qualquer forma,  
 2388 vai trabalhar dentro daqueles limites.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Se já  
 2389 tem essa previsão legal, eu acho que a redação está ok.” Presidente Yuri Rafael  
 2390 de Oliveira Trovão: “Tem a previsão legal, sim. Inclusive, tem alguns municípios  
 2391 que têm uma previsão legal um pouco mais restritiva do que a do Estado. Então  
 2392 eu volto para o Conselho para algum debate, antes de passar para o  
 2393 empreendedor. Algum conselheiro. Não havendo, eu vou solicitar a manifestação  
 2394 dos representantes do empreendedor sobre a concordância ou não ou eventual  
 2395 solicitação de alteração de algum ponto.” Francisco de Assis Pinho  
 2396 Tavares/Representante do empreendedor: “Nós temos medido ruído lá desde que  
 2397 damos consultoria para a Pedreira São João. Eu vou falar de pressão sonora –  
 2398 ruído é um termo complexo – é a rodovia, que se sobrepõe imensamente ao ruído  
 2399 provocado por outros empreendimentos como a Pedreira São João. Eu acho que  
 2400 é um custo totalmente desnecessário que está se colocado para a empresa. Se  
 2401 for mantida... Eu gostaria que não fosse, porque acho que realmente não tem  
 2402



2403 necessidade de medir ruído ali, porque a pressão sonora significativa é da  
2404 rodovia. A pedreira está muito longe da comunidade. O sistema de perfuração é  
2405 rotativo. Mas se for mantida eu gostaria que antes a gente submetesse a  
2406 metodologia à Supram para ver se ela aprova. Porque o ruído noturno é  
2407 totalmente diferente do ruído diurno, a pressão sonora que a comunidade joga no  
2408 empreendimento noturno é muito maior do que o contrário diurno. De forma que  
2409 eu acho que tem a questão também da rodovia, teria que ser feita uma coisa de  
2410 madrugada para a rodovia. Que nos intervalos de passagem de veículos,  
2411 conseguíssemos avaliar em relação à pedreira.” Presidente Yuri Rafael de  
2412 Oliveira Trovão: “O que o Vinícius colocou como sugestão é o prazo de 180 dias  
2413 para fazer esse monitoramento, e que seja mensal. E desse resultado que vocês  
2414 vão trabalhar talvez um monitoramento contínuo do decorrer da licença ou se isso  
2415 vai ser dispensado. No meu entender agora é como se fosse um teste. Precisa  
2416 realmente estar fazendo esse monitoramento? Até então, a equipe da Supram  
2417 Leste entendeu que é desnecessário, que não era necessário fazer esse  
2418 monitoramento, pelas circunstâncias já faladas. O Julio está ponderando que seria  
2419 necessário. Então, Vinícius, me corrija se eu estiver errado. Está propondo que  
2420 se faça em 180 dias um teste dia e noite, com e sem funcionamento, para ver se  
2421 é cabível ou não monitoramento contínuo do empreendimento. Inclusive, de  
2422 acordo com isso que o senhor está propondo.” Conselheiro Julio Cesar Dutra  
2423 Grillo: “Posso acrescentar alguma coisa? Um decibelímetro é um equipamento  
2424 muito barato. Eu não sei hoje exatamente quanto está, mas nós compramos no  
2425 ProMutuca deve ter uns dois anos. Não é um equipamento caro, é um  
2426 equipamento simples de usar, fácil de usar e é um equipamento barato. Quer  
2427 dizer, isso não vai onerar a empresa. Tenho certeza de que não vai. Se a empresa  
2428 só vai trabalhar durante o horário comercial ou durante o dia, não existe a  
2429 necessidade de monitorar de noite ou de madrugada. E quando eu falo do  
2430 monitoramento do nível de ruído de fundo da comunidade, você tira em alguns  
2431 pontos e faz a média, ele já estará considerando o nível de ruído recebido pela  
2432 rodovia. Então o que eu quero é o seguinte: durante o dia, qual o nível de ruído  
2433 atual sem a britadora, mas com a rodovia. O nível de ruído de fundo é X. Põe a  
2434 britadora para funcionar e verifica quanto deu na comunidade mesmo, em Era  
2435 Nova. E verifica a relação entre os dois. Não precisa ter monitoramento de  
2436 madrugada, não precisa ter monitoramento esperando parar de passar carro na  
2437 rodovia, nada disso. Porque essa rodovia já faz parte do ruído de fundo de Era  
2438 Nova.” Francisco de Assis Pinho Tavares/Representante do empreendedor: “Nós  
2439 temos todo esse instrumental, temos toda a norma da ABNT, temos o curso da  
2440 norma, nós fizemos isso no Estado de Minas todo. Nós visitamos pelo menos a  
2441 cada semestre a Pedreira São João e vamos medir ruído da rodovia. Mas tudo  
2442 bem.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vinícius, alguma colocação  
2443 adicional? Algum conselheiro?” Vinícius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro:  
2444 “Só depois de ‘monitoramento mensal de ruído de fundo’, entre vírgulas,  
2445 ‘conforme NBR 10151/2000’.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então

2446 eu vou colocar em votação a sugestão de condicionante: 'Apresentar à Supram  
 2447 LM monitoramento mensal de ruído de fundo, conforme NBR 10151/2000, no  
 2448 distrito de Era Nova, com ou sem funcionamento do empreendimento, para  
 2449 avaliação e tomada de providências necessárias. Prazo: 180 dias. Votos  
 2450 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Relictos, ProMutuca,  
 2451 SME e Abes. Votos contrários: Sindiextra, Fiemg. Justificativas de votos  
 2452 contrários. Conselheira Denise Bernardes Couto: "Voto contrário por entender que  
 2453 a própria Supram já tinha dito anteriormente que não havia necessidade desse  
 2454 tipo de condicionante." Conselheiro Wagner Soares Costa: "Meu voto é contrário  
 2455 porque, pelo que já foi demonstrado, a empresa tem uma cortina arbórea, e a  
 2456 boca da pedreira é contrária à comunidade. Então eu acho que é um cuidado  
 2457 excessivo." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então condicionante  
 2458 incluída, deferida, por dez votos favoráveis e dois contrários." **8) PROCESSO**  
 2459 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**  
 2460 **COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 8.1) Nexa Recursos Minerais S/A. Nexa**  
 2461 **Recursos Minerais S/A. Projeto Bonsucesso. Lavra subterrânea, exceto**  
 2462 **pegmatitos e gemas. Paracatu/MG. PA 09657/2018/001/2018. ANM:**  
 2463 **831.287/2015. Classe 6. Apresentação: Supram Noroeste.** Processo retirado  
 2464 de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada por  
 2465 Fundação Relictos, Sindiextra e SME. Justificativas. Conselheiro Julio Cesar  
 2466 Dutra Grillo: "Conforme eu já disse em outras reuniões, eu vou pedir vista em  
 2467 todos os processos: 8.1, 9.1, 9.2... Todos eles. É para dar oportunidade de as  
 2468 ONGs de defesa do meio ambiente e a comunidade local poderem se manifestar."  
 2469 Conselheiro José Angelo Paganini: "Nós estamos solicitando vista, por solicitação  
 2470 de uma ONG local, para possibilitar a análise do rebaixamento do lençol freático."  
 2471 Conselheira Denise Bernardes Couto: "Eu vou pedir vista também neste processo  
 2472 da Nexa. Tem algumas questõezinhas técnicas que eu quero tirar a limpo. Então  
 2473 eu vou pedir por isso." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu  
 2474 queria pedir vista porque, em se tratando de mina subterrânea, a defesa dela em  
 2475 termos de uma melhor condição ambiental subterrânea sempre traz benefícios  
 2476 importantes para a questão ambiental." **9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**  
 2477 **PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE**  
 2478 **INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Anglogold Ashanti Córrego**  
 2479 **do Sítio Mineração S/A. Aterro para resíduos perigosos. Classe I. Nova**  
 2480 **Lima/MG. PA 00089/1985/052/2018. Classe 6. Apresentação: Supram Suppri.**  
 2481 Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta  
 2482 solicitada por SME, Sindiextra e Fiemg. Justificativas. Conselheiro Carlos  
 2483 Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu acompanho a vista em função de avaliação  
 2484 com relação à questão de empilhamento de resíduos especiais." Conselheira  
 2485 Denise Bernardes Couto: "Eu também acompanho a vista seguindo o  
 2486 entendimento da SME." Conselheiro Wagner Soares Costa: "Eu peço vista nesse  
 2487 processo acompanhando o argumento do Sindiextra." A justificativa da ProMutuca  
 2488 foi registrada em bloco conforme descrito no item 8.1. **9.2) J&F Mineração Ltda.**

2489 **Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.**  
 2490 **Alvinópolis/MG. PA 08118/2010/003/2018, ANM 832.011/2006. Classe 4**  
 2491 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**  
 2492 **Supram Leste Mineiro.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da  
 2493 ProMutuca e vista conjunta solicitada por SME e Fiemg. Justificativas.  
 2494 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Acompanho a vista em  
 2495 função de avaliação a respeito do programa de educação ambiental.” Conselheiro  
 2496 Julio Cesar Dutra Grillo: “Neste caso específico do 9.2, além do pedido de vista  
 2497 que eu faço normalmente, eu estou solicitando vista para que até a próxima  
 2498 reunião seja esclarecida uma colocação que foi feita pela Amda – a Amda só me  
 2499 mandou essa colocação após eu ter enviado os relatórios de vista – sobre o  
 2500 recolhimento da cobrança da compensação ambiental do Snuc, que não está  
 2501 sendo abordada neste parecer, neste processo.” Conselheiro Wagner Soares  
 2502 Costa: “Eu peço vista conjunta para acompanhar o argumento do Julio Grillo  
 2503 nessa questão.” Manifestação da Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 2504 Trovão: “O pessoal da Leste está nos ouvindo, então eu já solicito de antemão  
 2505 que na próxima reunião ou até entrem em contato com o conselheiro Julio e o  
 2506 conselheiro Wagner, embora possam trazer isso em reunião, e manifestem em  
 2507 relação a essa questão da compensação.” **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
 2508 **PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) CSN Mineração S/A. Pilha**  
 2509 **de Rejeitos do Fraile II; pilhas de rejeito/estéril; minério de ferro.**  
 2510 **Congonhas/MG. PA 1134/2020, ANM 043.306/1956. Classe 4 (conforme Lei nº**  
 2511 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Suppri.** Processo  
 2512 retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada  
 2513 por Sindiextra e SME. Justificativas. Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu  
 2514 quero ver a questão talvez da supressão de cavidade.” Conselheiro Carlos  
 2515 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Acompanho a vista, conjunta com o Sindiextra.  
 2516 A questão da pilha de rejeito é pelo seguinte, porque a CSN já tem um estudo  
 2517 anterior feito com relação a pilhas de rejeito. Então nós queremos fazer uma  
 2518 comparação sobre metodologia da pilha de rejeito atual com as anteriores.” A  
 2519 justificativa da ProMutuca foi registrada em bloco conforme descrito no item 8.1.  
 2520 **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE**  
 2521 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 11.1) Belmont Mineração Ltda. Lavra subterrânea**  
 2522 **de pegmatitos e gemas; lavra a céu aberto; minerais não metálicos, exceto**  
 2523 **rochas ornamentais e de revestimento; pilhas de rejeito/estéril; unidade de**  
 2524 **tratamento de minerais (UTM), com tratamento a úmido; postos**  
 2525 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**  
 2526 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de**  
 2527 **combustíveis de aviação. Itabira/MG. PA 00062/1994/017/2019, ANM**  
 2528 **830.142/1978. Classe 5. Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Processo  
 2529 retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada  
 2530 por SME, Sindiextra e Fiemg. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
 2531 Nunes de Lima: “Vista em função do conhecimento mais detalhado do modelo da

2532 mineração subterrânea.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu também vou  
 2533 pedir vista em virtude dessa questão colocada pelo Orsini.” Conselheiro Wagner  
 2534 Soares Costa: “Vista conjunta para verificar também essa questão, porque é um  
 2535 projeto de renovação. Então eu acho que precisamos fazer uma leitura melhor da  
 2536 situação.” A justificativa da ProMutuca foi registrada em bloco conforme descrito  
 2537 no item 8.1. **12) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO A**  
 2538 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 12.1) Mineração Riacho dos Machados Ltda.**  
 2539 **Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro. Riacho dos**  
 2540 **Machados e Porteirinha/MG. PA 11961/2009/005/2013, ANM 831.005/1982 e**  
 2541 **833.480/2006. Classe 6. Apresentação: Supram Norte de Minas.** Processo  
 2542 retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada  
 2543 por SME, Sindiextra e Fiemg. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
 2544 Nunes de Lima: “Vista no sentido de verificar. Ele está fazendo aumento de  
 2545 produção, inclusive, de entaludamento da mina versus a questão da drenagem  
 2546 ácida que muitas vezes ocorre nesse tipo de mineração de ouro.” Conselheira  
 2547 Denise Bernardes Couto: “Eu também vou pedir vista uma vez que é  
 2548 empreendimento de lavra ouro de grande magnitude. Então a questão talvez de  
 2549 impactos a serem avaliados.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Acompanho o  
 2550 pedido de vista com a argumentação da Denise.” A justificativa da ProMutuca foi  
 2551 registrada em bloco conforme descrito no item 8.1. **13) ENCERRAMENTO.**  
 2552 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Temos a moção, Júlio. O senhor  
 2553 redigiu?” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu não redigi, mas ela é simples  
 2554 de ser feita. Eu acho que vocês têm condições de colocar isso de uma forma legal.  
 2555 Antes da próxima convocação da reunião e na pauta da próxima reunião, já se  
 2556 colocaria essa votação da moção, e vocês nos enviariam uma proposta de moção  
 2557 a ser votada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou fazer a seguinte  
 2558 proposta. A proposta tem que vir de algum conselheiro. Depois eu vou tentar  
 2559 redigir e mando para o e-mail do senhor.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
 2560 “Combinado. Mas de qualquer forma já fica o espaço para na próxima reunião da  
 2561 Câmara de Atividades Minerárias nós discutirmos e votarmos a moção.”  
 2562 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria propor ao Julio e  
 2563 também para o Wagner, ao pessoal com que nós estamos aqui trabalhando  
 2564 dentro da dentro da visão da mineração sustentável. Nós faríamos uma  
 2565 reuniãozinha entre nós, combina com o pessoal, e mandamos para o Yuri, e o  
 2566 Yuri coloca dentro da formatação legal. Ontem mesmo eu fiz uma moção, que foi  
 2567 aprovada por unanimidade na Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, e  
 2568 imediatamente hoje eu já recebi formatada legalmente. Eu fiz a proposta ontem,  
 2569 e foi formatada. Então poderíamos fazer isso, e quando fosse na próxima reunião  
 2570 a deliberação é muito mais simples, mais consensual.” Conselheiro Julio Cesar  
 2571 Dutra Grillo: “Então para isso nós precisamos ter essa reunião marcada, porque  
 2572 senão vamos chegar à próxima reunião, e isso ainda não foi discutido.”  
 2573 Conselheiro Wagner Soares Costa: “Eu concordo com o Orsini e posso fazer uma  
 2574 sugestão: eu acho que pode pautar essa moção na próxima reunião, ela já vem

2575 como pauta, a deliberação da moção. E o comportamento nosso é de encaminhar  
2576 dentro daquele prazo semelhante aos relatórios de vista, com dez dias de  
2577 antecedência. Encaminha para a Câmara distribuir a proposta de moção a todos,  
2578 para ser deliberada de acordo com a pauta. A reunião vocês dois podiam marcar  
2579 e nos passar para nós a data.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:  
2580 “A gente marca uma reunião e passa para o Wagner.” Conselheiro Julio Cesar  
2581 Dutra Grillo: “Combinado. Se possível, vamos fazer essa reunião já na próxima  
2582 semana, dependendo da disponibilidade de vocês.” Presidente Yuri Rafael de  
2583 Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, nós já estamos acertados da seguinte  
2584 forma: Julio, Orsini e Wagner vão acertar o dia, hora, e depois de acertado o texto  
2585 da moção eu solicito que passem para os demais conselheiros, até mesmo porque  
2586 junto com essa moção não podemos ter talvez 12 conselheiros trabalhando no  
2587 mesmo tema, temos que formar pelo menos um grupo menor para estar  
2588 coordenando os temas que serão tratados. Então os senhores façam isso e  
2589 mandem. Eu vou precisar somente repassar a informação para a Vânia, para  
2590 pautar na próxima reunião. Então aguardamos dos senhores a proposta de moção  
2591 para pautarmos na próxima reunião.” Não havendo outros assuntos a serem  
2592 tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de  
2593 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

2594  
2595  
2596  
2597  
2598 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
2599 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**